



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

BEATRIZ HEITICH DA SILVA FARIAS

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE:
CAUSAS PERSISTENTES**

Tubarão

2023

BEATRIZ HEITICH DA SILVA FARIAS

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE:
CAUSAS PERSISTENTES**

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito para a qualificação à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Flávia Wagner, Dra.

Tubarão

2023

BEATRIZ HEITICH DA SILVA FARIAS

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: CAUSAS
PERSISTENTES**

Este Projeto de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Educação foi julgado adequado à obtenção do título de Mestra em Educação e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 04 de dezembro de 2023.

Professora e orientadora Flávia Wagner, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Mariléia Maria da Silva, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Gilvan Luiz Machado Costa, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos os profissionais da Educação, que conhecem a realidade entre seu campo de trabalho e a saúde docente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a Deus, minha fortaleza e guia, pela Sua presença constante ao longo desta jornada de mestrado, conduzindo-me e revestindo-me com Sua luz e sabedoria. Em especial, desejo expressar minha sincera gratidão por abrir caminhos que pareciam intransponíveis e por cumprir Seus desígnios em minha vida.

Quero dedicar um agradecimento especial ao meu amado esposo, Clodoaldo, por seu apoio inabalável e amor incondicional. Você tem sido meu pilar de apoio, meu companheiro incansável e minha maior fonte de incentivo. Suas estratégias habilidosas, atenção dedicada e palavras de encorajamento sempre encontraram eco em meu coração. Mesmo quando minha dedicação aos estudos limitava minha disponibilidade para lhe oferecer a atenção que você merecia, você estava sempre presente, pronto para me apoiar e acolher. Sua presença constante e apoio foram fundamentais para a minha conquista.

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento à minha amada mãe, cuja existência e convicção inabalável de que eu seria capaz de trilhar esse caminho e alcançar a vitória são fontes de inspiração constante. Seu amor incondicional e apoio foram pilares sólidos que sustentaram minha determinação em momentos de desafio. Minha mãe personifica meu entendimento de que posso conquistar tudo o que almejo. Sua presença e encorajamento constante têm sido fundamentais para o meu crescimento e sucesso nessa jornada. Sou imensamente grata por tê-la ao meu lado.

Aos meus amigos, em especial a Thaís e a Rosalin, gostaria de expressar minha profunda gratidão por estarem sempre presentes, prontos para ouvir, aconselhar e encontrar maneiras de me auxiliar no que fosse necessário. Nossos momentos compartilhados, risos e até mesmo as dificuldades enfrentadas juntos fortaleceram nossa amizade e tornaram essa jornada mais leve e significativa.

Não posso deixar de mencionar meus estimados professores, em especial minha orientadora Flávia Wagner, cuja criticidade, comprometimento e orientação me impulsionaram a buscar caminhos mais refinados e adquirir conhecimentos significativos. Suas contribuições transcendem a esfera acadêmica, moldando-me como pesquisadora e despertando em mim um desejo constante de aprendizado.

Também gostaria de estender minha gratidão a todos aqueles que tive a felicidade de conhecer ao longo dessa trajetória e que generosamente me auxiliaram de diversas maneiras, seja através de conversas inspiradoras, conselhos valiosos, suporte emocional ou

contribuições intelectuais, cada um de vocês teve um impacto significativo em minha jornada acadêmica e pessoal. Sou profundamente grata pela confiança, apoio e encorajamento que recebi de todos.

Por fim, expresso meu profundo agradecimento a Professora Mariléia Maria da Silva, e ao Professor Gilvan Luiz Machado Costa, membros da banca examinadora por aceitarem o convite para avaliar e examinar minha pesquisa. Sua vasta experiência e avaliação criteriosa serão fundamentais para o meu crescimento acadêmico, e sua contribuição será uma oportunidade valiosa de aprimoramento e aprendizado contínuo.

Este momento do meu projeto de mestrado é uma realização que compartilho com todos.

Que possamos continuar trilhando caminhos de sucesso, crescimento e superação juntos.

Minha imensa gratidão a todos!

“Porque o Senhor dá a sabedoria: da sua boca vem o conhecimento e o entendimento. Ele reserva a verdadeira sabedoria para os retos: escudo é para os que caminham na sinceridade” (PROVÉRBIOS 2:6-7).

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado insere-se na área da educação na linha de educação, história e política e busca analisar o adoecimento dos professores a partir das suas condições de trabalho no cenário capitalista. O objetivo geral consiste em investigar os fatores que afetam a saúde dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual no município de Tubarão, Santa Catarina. Os objetivos específicos são: (a) identificar o cenário das políticas educacionais que provocam a desvalorização docente; (b) analisar os fatores que provocam o mal-estar docente e prejudicam sua saúde e o exercício da profissão; (c) analisar o contexto da saúde dos professores no período pandêmico e pós-pandêmico; e (d) analisar estratégias voltadas para aprimorar as condições de trabalho docente, promover sua saúde e, por consequência, elevar a qualidade da educação. Elencamos como hipótese do estudo que um dos fatores que contribuem para o adoecimento dos professores é o reflexo da desvalorização de seu trabalho, manifestado no contexto social, nas deficientes condições de trabalho na sala de aula, na carência de recursos humanos e materiais, assim como na sobrecarga de trabalho e insatisfação quanto ao salário e plano de carreira. Para os aspectos teóricos e metodológicos da investigação, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso em uma escola de Educação Básica da rede estadual do município de Tubarão, Santa Catarina. Para a coleta de dados, utilizamos um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, por meio do recurso do Google Forms, aplicado a 37 professores. A classificação dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo, seguindo o aporte teórico de Bardin (2020), que auxiliou na análise qualitativa e na construção de categorias para a análise dos dados, juntamente com os capítulos teóricos. Os resultados apontaram desafios abrangentes, desde sobrecarga de trabalho até questões de saúde mental, todos relacionados às condições laborais precárias e à falta de reconhecimento profissional. A pesquisa revelou estratégias para pensar o bem-estar dos professores, incluindo maior autonomia escolar, formação contínua e equipes multidisciplinares de apoio emocional. Além disso, essa pesquisa mostrou a necessidade de reformular políticas educacionais para valorizar a profissão docente e promover ambientes de trabalho mais saudáveis. No contexto pós-pandêmico, a atenção à saúde emocional dos professores torna-se ainda mais crucial. Em última análise, essa pesquisa demonstra que investir nas melhorias das condições de trabalho dos professores é fundamental para a qualidade da educação e que a voz dos educadores deve continuar a orientar esforços para melhorar o sistema educacional.

Palavras-chave: Educação. Trabalho Docente. Sistema capitalista. Adoecimento Docente.

Des/valorização Docente.

RESUMEN

La presente investigación de maestría se enmarca en el campo de la educación y analiza el deterioro de la salud de los profesores a partir de sus condiciones laborales. El objetivo general consiste en investigar las influencias de las condiciones laborales de los docentes en la salud de los profesores de Educación Básica en una escuela de la red estatal en la ciudad de Tubarão, Santa Catarina. Los objetivos específicos son: (a) identificar el escenario de las políticas educativas que provocan la desvalorización docente; (b) analizar los factores que provocan el malestar docente y perjudican su salud y el ejercicio de la profesión; (c) evaluar la situación de salud de los profesores en el período posterior a la pandemia; y (d) analizar estrategias para promover el bienestar y la salud de los profesores en el entorno escolar. Planteamos como hipótesis de estudio que uno de los factores que contribuyen al deterioro de la salud de los profesores es el reflejo de la desvalorización de su trabajo, manifestado en el contexto social, en las deficientes condiciones de trabajo en el aula, en la escasez de recursos humanos y materiales, así como en la sobrecarga laboral y la insatisfacción salarial y con la carrera. Para los aspectos teóricos y metodológicos de la investigación, optamos por realizar una investigación cualitativa y un estudio de caso en una escuela de Educación Básica de la red estatal en la ciudad de Tubarão, Santa Catarina. Para la recopilación de datos, utilizamos un cuestionario estructurado con preguntas abiertas y cerradas, a través de la herramienta Google Forms, con 37 profesores. La clasificación de los datos se realizó mediante el análisis de contenido, siguiendo el enfoque teórico de Bardin (2020), que ayudó en el análisis cualitativo y en la construcción de categorías para el análisis de los datos, junto con los capítulos teóricos. Los resultados señalaron desafíos amplios, desde la carga de trabajo hasta cuestiones de salud mental, todos relacionados con las precarias condiciones laborales y la falta de reconocimiento profesional. La investigación también destacó estrategias para mejorar el bienestar de los profesores, incluyendo una mayor autonomía escolar, formación continua y equipos multidisciplinarios de apoyo emocional. Además, esta investigación enfatiza la necesidad de reformular las políticas educativas para valorar la profesión docente y promover entornos de trabajo más saludables. En el contexto posterior a la pandemia, la atención a la salud de los profesores se vuelve aún más crucial. En última instancia, esta investigación demuestra que invertir en el bienestar de los profesores es fundamental para la calidad de la educación y que la voz de los educadores debe seguir orientando los esfuerzos para mejorar el sistema educativo.

Palabras clave: Educación. Condiciones laborales. Sistema capitalista. Enfermedad docente.

Desprecio/desvalorización del profesorado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bem-Estar Psicológico na concepção de Ryff (1989).....	81
Figura 2 – Bem-Estar no Trabalho nas perspectivas de Paz (2004) e Siqueira e Padovam (2005)	83
Figura 3 – Bem-Estar Subjetivo na percepção de Diener (1984)	84
Figura 4 – Vínculo de trabalho dos professores. Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina.....	100
Figura 5 – Quantitativo de aulas lecionadas semanalmente pelos professores	101
Figura 6 – Precarização das Condições de Trabalho e Adoecimento Docente	104
Figura 7 – Acumulação Flexível e influências na Saúde dos Professores.....	105
Figura 8 – Temas de Prioridades para a Formação Continuada dos Professores	108
Figura 9 – Emoções dos Professores em Relação ao Trabalho Docente no Período Pandêmico e Pós-Pandêmico: Principais Experiências.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Publicações sobre Adoecimento Docente (2018-2023) - BDTD	21
Quadro 2 – Publicações sobre Adoecimento Docente (2018-2023) - SciELO	33
Quadro 3 – Categorias da Pesquisa	41
Quadro 4 – Leis e Ações de Políticas Educacionais.....	54
Quadro 5 – Leis e Normas de Saúde do Servidor em Santa Catarina	77
Quadro 6 – Características Gerais dos Professores	97
Quadro 7 – Fatores de precarização do trabalho identificados pelos professores	110
Quadro 8 – Razões para Readaptação de Professores devido a Problemas de Saúde	116
Quadro 9 – Propostas dos Professores para Melhoria das Condições de Trabalho Docente .	121

LISTA DE ABREVIATURAS

ACT	Admitidos em Caráter Temporário
APP	Associação de Pais e Professores
ASEC Brasil	Associação pela Saúde Emocional de crianças, jovens e professores
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BEP	Bem-Estar Psicológico
BES	Bem-Estar Subjetivo
BET	Bem-Estar do Trabalho
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCFP	Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica
CDE	Conselho Deliberativo Escolar
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional da Educação
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DASS-21	<i>Depression, Anxiety and Stress Scale - Short Form</i>
DCNFICP	Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada de Professores
DEM	Democratas
DMPFC	Córtex Frontal Dorso Medial
EBEP	Escala de Bem-Estar Psicológico
EBES	Escala de Bem-Estar Subjetivo
EMEI	Escolas Municipais de Educação Infantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMRI	Ressonância Magnética Funcional
FNE	Fórum Nacional de Educação
GAD-7	<i>Generalized Anxiety Disorder</i> – Escala de Transtorno de Ansiedade Generalizada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IFG	Giro Frontal Inferior (em inglês)

MBI	<i>Maslach Burnout Inventory</i>
MEC	Ministério da Educação
NEEMOC	Núcleo de Educação Emocional (Universidade Federal da Paraíba)
NEM	Novo Ensino Médio
NSE	Índice de Nível Socioeconômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PLANCON-EDU	Plano de Contingência para a COVID-19
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
RP	Residência pedagógica
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SC	Santa Catarina
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SED-SC	Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina
SEDUC	Secretaria da Educação
SME-SP	Secretaria Municipal de Educação
SISGESC	Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância e Organização das Nações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O DOCENTE TRABALHADOR NO CENÁRIO CAPITALISTA	44
2.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS IMPLICAÇÕES DO CAPITALISMO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE	45
2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE.....	54
2.3 PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (2014-2024): METAS 15, 16,17 E 18.....	63
3 SAÚDE DOCENTE: UMA QUESTÃO DE URGÊNCIA	75
3.1 MARCO LEGAL DA SAÚDE DOS PROFESSORES: ANÁLISE DAS POLÍTICAS E DESAFIOS DESDE A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	76
3.2 PRINCIPAIS DOENÇAS PREVALENTES ENTRE PROFESSORES NO AMBIENTE DE TRABALHO	79
3.3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA SAÚDE DOCENTE: INTENSIFICAÇÃO DE UM CENÁRIO PREEXISTE DE ADOECIMENTO.....	89
4 CONTRIBUIÇÕES E DESDOBRAMENTOS: UMA ANALISE CRÍTICA DOS RESULTADOS.....	96
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROFESSORES – TRABALHO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES	97
4.2 SAÚDE DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	111
4.3 IMPACTOS DA PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA NA SAÚDE DOCENTE E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NA EDUCAÇÃO	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE A - CONVITE PARA OS PROFESSORES.....	144
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	145
ANEXO A - FOLHA DE ROSTO	155

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como temática o trabalho docente e suas interligações com o adoecimento no contexto educacional. A análise do adoecimento vivenciado pelos professores e suas conexões intrínsecas com o ambiente laboral ultrapassa a superfície evidente e exige uma exploração abrangente, embasada em abordagens históricas, críticas e sociais que permeiam a trajetória desses profissionais.

Neste contexto, a compreensão do mal-estar docente e de sua relação com as condições de trabalho exige um olhar holístico e amplo, capaz de decifrar as raízes complexas dessa questão. Isso requer uma análise que não se limite apenas ao ambiente escolar, mas que adentre as complexas interconexões com os aspectos sociopolíticos, econômicos e históricos que delineiam a realidade dos professores.

O impacto da transformação acelerada da sociedade contemporânea no exercício da docência é incontestável. O trabalho do professor transcende a esfera isolada da sala de aula, e a constante metamorfose da sociedade adiciona novos desafios a essa atividade essencial. A diminuição das condições de trabalho, o inadequado reconhecimento profissional, o engessamento burocrático e uma remuneração insatisfatória constituem apenas uma parcela dos fatores que se amalgamam e contribuem para o surgimento de um quadro de adoecimento nesse grupo profissional.

Nesse âmbito, esta pesquisa se propõe a adentrar no problema, transcender a superfície aparente e investigar a essência do adoecimento docente. As origens dessa problemática se enraízam nas mudanças sociais, econômicas e políticas que permeiam o tecido da sociedade, e é vital compreender como o trabalho e a saúde dos professores se entrelaçam influenciados por uma miríade de fatores que extrapolam o cenário escolar.

A abordagem crítica e do triângulo constituído pelas condições de trabalho, saúde e adoecimento no âmbito educacional exige a análise das mediações econômicas, sociais, políticas e culturais que permeiam o cotidiano dos professores. Nesse sentido, é imperativo ir além das políticas educacionais correntes e compreender as intrincadas relações que circundam o trabalho docente e suas repercussões para a saúde.

Dentro desse enquadramento, o propósito deste estudo é investigar, na Rede Pública Estadual de Educação Básica. E para esse fim é importante caracterizar a instituição de ensino que serviu como nosso campo de estudo. Estas informações foram retiradas do Projeto Político e Pedagógico da Escola (PPP). Esta instituição, localizada em Tubarão, Santa Catarina, tem uma história que remonta à sua fundação em 1920, no bairro São Martinho,

como uma escola pública. Ao longo dos anos, a escola passou por várias transformações e melhorias em sua infraestrutura. Ela atende a uma clientela diversificada, não se limitando ao bairro São Martinho, abrangendo alunos de comunidades vizinhas. É relevante destacar que a maioria dos estudantes apresenta um nível socioeconômico acima da média nacional, o que lhes confere acesso a uma ampla variedade de recursos e bens materiais.

Esta instituição de ensino oferece uma gama abrangente de níveis de ensino, desde os Ensinos Fundamental dos Anos Iniciais e Finais até o Ensino Médio regular e o Novo Ensino Médio. Em 2023, a escola conta com 22 turmas de Ensino Fundamental, 5 turmas da 3ª série do Ensino Médio regular e 9 turmas das séries 1º e 2º do Novo Ensino Médio, totalizando 1.032 alunos. A instituição opera em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

No que se refere à filosofia pedagógica, a escola adota a abordagem Sócio - Interacionista, centrada no desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos estudantes. Ela se alinha com as diretrizes da BNCC de 2018, buscando desenvolver as dez competências gerais propostas. O objetivo primordial é promover o desenvolvimento integral dos alunos, capacitando-os a serem cidadãos críticos e ativos, incentivando o pensamento científico, crítico e criativo, promovendo uma cidadania ética e sustentável.

No âmbito da gestão escolar, os profissionais exercem funções diversas, incluindo supervisão escolar, administração, assessoria de direção, orientação escolar e assistência técnico-pedagógica. Eles apresentam qualificações diversas, abrangendo licenciaturas em Pedagogia, Matemática, Ciências, Química, Física, Biologia, entre outras. Além das habilitações, muitos diretores e coordenadores complementaram suas formações com especializações voltadas para a gestão educacional e pedagógica.

No que concerne à formação contínua, a escola oferece oportunidades de desenvolvimento profissional para seus professores. Essas formações continuadas são conduzidas pela Secretaria de Educação (SED), pela Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e pela própria escola, sejam essas presenciais ou online, com cargas horárias variando de 20 a 40 horas, realizadas duas vezes ao ano, sendo a participação dos professores nessas formações obrigatória.

No PPP de 2023 da escola, a inclusão é destacada como um princípio fundamental. A escola se dedica a integrar alunos com necessidades educacionais específicas, promovendo a convivência e o respeito às diferenças. A Educação Especial é direcionada ao atendimento das pessoas com deficiência, com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades. Além disso, a escola enfrenta desafios relacionados à Educação das Relações Étnico-raciais e aos Temas Contemporâneos Transversais, visando à promoção da igualdade, respeito à diversidade e

conscientização sobre questões sociais relevantes. A busca é por uma educação inclusiva, preparando os alunos para os desafios do mundo contemporâneo e formando cidadãos conscientes, críticos e engajados.

A escola também se destaca por adotar uma abordagem democrática em sua gestão, contando com um Conselho Deliberativo Escolar (CDE) composto por representantes de pais, alunos e professores, bem como, pela Associação de Pais e Professores (APP). Além disso, está em processo de formação do Grêmio Estudantil. Em relação à dimensão financeira, a escola recebe recursos públicos destinados à Educação Básica, conforme determinado pela Constituição Federal. Parte das despesas é realizada por meio de transferências de recursos públicos para a Associação de Pais e Professores (APP), utilizando programas como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, a escola conta com recursos financeiros privados provenientes da comunidade, arrecadados por meio de eventos, como festas escolares.

Os sujeitos da pesquisa são os professores dessa escola estadual de Educação Básica. Atualmente, a escola possui um quadro formado por aproximadamente 85 professores, 30 efetivos e 53 contratados (ACT), que atuam nos diferentes níveis de ensino, abrangendo desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, bem como professores readaptados. O corpo docente da instituição possui formações acadêmicas diversas, incluindo Pedagogia, Letras, Ciências, Matemática, História, Geografia, Química, Física, Biologia, Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes e Ciências da Religião. Além das licenciaturas, muitos desses educadores aprimoraram suas competências por meio de especializações em suas áreas de atuação, abrangendo campos como Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Biologia, Química, História, Geografia, Educação Física, Arte, Filosofia e Sociologia, entre outras. Também é digno de nota que alguns membros do corpo docente possuem pós-graduações, como mestrados e doutorados.

Para este estudo foi realizado um recorte, considerando aqueles que atuaram na instituição no período de 2020 a 2023. Esse recorte abrange tanto a fase crítica da pandemia da COVID-19 quanto o período pós-pandêmico, um fator crucial para o contexto de nossa pesquisa. Portanto, nossa amostra é composta por 37 professores da Educação Básica que atuam na escola estadual de Educação Básica de Tubarão.

Esse escopo inclui a identificação dos fatores que contribuem para o adoecimento desses profissionais. Através da análise das dinâmicas de trabalho, das políticas educacionais vigentes e das experiências dos professores, pretende-se obter uma compreensão substancial que possa contribuir para a formulação de políticas e medidas que promovam a valorização

desses profissionais, melhorando suas condições de trabalho e saúde.

A relevância deste estudo é evidente ao reconhecer os desafios intrínsecos enfrentados pelos professores na atualidade e as consequências adversas que esses desafios podem ter em sua saúde e desempenho profissional. Inicialmente, a motivação pessoal referente ao objeto de estudo se estabeleceu por ser tema que esteve e está presente em minha trajetória profissional e acadêmica. Há 16 anos trabalho na educação. Ingressei na carreira no ano de 2007 aos 26 anos, ao ser aprovada em um Concurso Público no ano de 2004 para o quadro do Magistério Público Estadual, na Área de Conhecimento em Ciências da Natureza, em uma escola pública do Estado de Santa Catarina. Desde então, passei a experimentar e reconhecer quão desafiador era o exercício da profissão. Em 2017 fui convidada a assumir o cargo de assessora de direção, momento em que decidi realizar uma especialização em Gestão Escolar. Naquela época, já evidenciava as inúmeras adversidades que toda comunidade escolar (alunos, professores e funcionários) enfrentava, como também o elevado número de professores adoecidos com sua saúde emocional fragilizada. O novo cargo me possibilitou observar os desafios com mais clareza e amplitude.

Outro fator que reforça a motivação para este campo de pesquisa é a sólida base científica subjacente. Para fundamentar cientificamente este estudo, realizamos uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) em julho de 2023, identificando 160 estudos nos últimos 5 anos utilizando os termos "adoecimento" *AND* "docente". Na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), encontramos 31 trabalhos. Além das palavras-chave "adoecimento docente", aplicamos critérios de inclusão para analisar os estudos, como educação básica, escola pública, perspectiva histórico-crítica. Excluímos pesquisas relacionadas ao ensino superior e outras áreas, como Psicologia, Saúde e Enfermagem.

Dessa forma, após a aplicação dos critérios, foram selecionados 29 estudos da BDTD e 11 da SciELO. Para aprofundar a revisão sistemática, organizaremos os trabalhos encontrados na SciELO no Quadro 2, apresentando os principais pontos evidenciados. Faremos o mesmo para os trabalhos encontrados na BDTD, apresentando-os no Quadro 1. Adicionalmente, realizaremos uma discussão detalhada dos estudos encontrados na BDTD posteriormente. É relevante destacar que, de maneira excepcional, incluímos a pesquisa intitulada 'Trabalho docente e saúde: estudo com professores de escolas da rede pública de ensino do estado de São Paulo no município de Ribeirão Preto/SP', mesmo sendo vinculada à Psicologia, devido à sua relevância para o tema desta pesquisa. Entre os critérios, não conseguimos analisar 3 estudos da BDTD devido à desativação do link de acesso.

Entre as pesquisas na BDTD, 29 atenderam aos critérios de inclusão e foi possível o acesso às mesmas, as quais seguem:

Quadro 1 – Publicações sobre Adoecimento Docente (2018-2023) - BDTD

Base de Dados	Título	Autores	Ano	Repositório
BDTD	Adoecimento de docentes na educação básica: uma revisão sistemática da literatura	COUTO, Andrea Lobato	2018	Universidade Federal do Pará http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10903
BDTD	Saúde do professor: um estudo sobre o adoecimento no trabalho a partir do olhar docente	FROTA, Dlane Lima	2019	Universidade Federal do Ceará http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/45731
BDTD	As significações de professores readaptados sobre as condições de trabalho docente e suas implicações no processo de adoecimento	DOMINGUES, Camila	2018	Universidade Católica de São Paulo https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21685
BDTD	A dialética rotina escolar-saúde: fatores que contribuem para o adoecimento docente	MELO, Leandro Ferreira de	2020	Universidade Federal de São Paulo https://repositorio.unifesp.br/xmlui/handle/11600/64719
BDTD	Trabalhadores docentes de Ciências da educação básica e o contexto de sofrimento-adoecimento	SILVA, Mayara Martins da	2022	Universidade Estadual Paulista http://hdl.handle.net/11449/217889
BDTD	Trabalho docente, racionalidade técnica e adoecimento: um olhar à luz da teoria crítica da sociedade	SANTOS, Jussimária Almeida dos	2023	Universidade Federal de Goiás http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12696
BDTD	Trabalho e adoecimento: uma análise do professorado paulista sob a perspectiva da geografia	VILELA, Anna Paulla Artero	2019	Universidade Federal de São Paulo http://hdl.handle.net/11449/183377
BDTD	Trabalho e Educação: um estudo sobre o adoecimento dos docentes contratados na Educação Básica Municipal em Uberlândia-MG: 2010-2018	ANDRADE, Jacqueline de	2019	Universidade Federal de Uberlândia https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27837
BDTD	Estado da arte sobre trabalho docente nos anos iniciais da educação básica: adoecimento e barbarização	SABATH, Ana Lúcia Nery	2020	Universidade Católica de Goiás http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4540
BDTD	Implicações das políticas educacionais nas condições de trabalho e no adoecimento/readaptação dos professores da rede estadual de São Paulo 2022	MIRA, Bruno Cesar Costa Ribeiro	2019	Universidade Federal do Triângulo Mineiro http://bdtm.ufmt.edu.br/handle/123456789/1467

BDTD	Do trabalho docente às políticas de readaptação profissional : o caso dos professores da Secretaria de Estado da Educação de Goiás	MARQUES, Maildes Helena de Carvalho	2022	Universidade Estadual de Goiás http://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/1087
BDTD	A resistência e a sobrevivência das professoras na rede pública estadual de Santa Maria	ALVES, Maria Tereza Silva	2022	Universidade Federal de Santa Maria http://repositorio.ufsm.br/handle/1/27542
BDTD	Trabalho e saúde docente nas EMEIs de São Paulo: efeitos da implementação do ensino fundamental de nove anos	BOCK, Karen Cristina Sobral	2021	Universidade Federal de São Paulo https://repositorio.unifesp.br/xmlui/handle/11600/62737
BDTD	Adoecimento de professores iniciantes no exercício da docência e a surdez do sistema de ensino estadual/MT	SILVEIRA, Ester Landvoigt da	2022	Universidade Federal de Mato Grosso http://ri.ufmt.br/handle/1/3892
BDTD	Professoras e professores : políticas públicas de trabalho e emprego no estado de São Paulo (2007/2018) e seus reflexos no adoecimento	ZAFALÃO, João Luís Dias	2019	Universidade Estadual de Campinas https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637505
BDTD	Usos de si e testemunhos de trabalhadores docentes readaptados	LEMES, Núbia Cristina dos Santos	2019	Universidade Federal de Goiás http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10012
BDTD	O impacto do mal-estar docente no protagonismo do professor	SILVA, Marlova Gross da	2021	Universidade La Salle http://hdl.handle.net/11690/2582
BDTD	A identidade das professoras categoria "O" na rede estadual paulista: desdobramentos da política de desvalorização do trabalho docente	PERSEGUEIRO, Kelcilene Gisela	2023	Universidade Estadual Paulista http://hdl.handle.net/11449/243476
BDTD	Vivências e desafios de professoras readaptadas na cidade de Corumbá	ZENAIDE, Valéria Leite Olarte	2023	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5795
BDTD	Os indicadores primários e as consequências do mal-estar docente em organizações escolares brasileiras	OLIVEIRA, Marília Câmara de	2021	Universidade La Salle http://hdl.handle.net/11690/2610
BDTD	As vivências do/no trabalho docente na Educação Infantil: ciclo de vida profissional	CARDOSO, Solange	2020	Universidade de Brasília https://repositorio.unb.br/handle/10482/39757
BDTD	Trabalho e mal-estar docente na educação infantil da rede pública municipal de Mineiros-Go: mediações de enfrentamento dos professores	ASSIS, Camila Carolina Alves	2020	Universidade Federal de Goiás http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10406
BDTD	Possíveis fatores de risco e proteção para o bem-estar e saúde	MOTA, Lidiane	2022	Universidade de Brasília https://repositorio.unb.br/han

	mental da categoria docente : um estudo bioecológico com professores readaptados da SEDF	Oliveira Eduardo		dle/10482/44092
BDTD	Trabalho docente e saúde: estudo com professores de escolas da rede pública de ensino do estado de São Paulo no município de Ribeirão Preto/SP	CERVILIERI, Carlos Eduardo	2021	Universidade de São Paulo https://doi.org/10.11606/D.59.2021.tde-07032022-075647
BDTD	Atuação e formação docente na educação básica diante da pandemia da Covid-19 : um estudo de caso na perspectiva decolonial	MORAES, Denise Machado	2022	Universidade de Caxias do Sul https://repositorio.ucs.br/11338/11487
BDTD	“O que tenho a comemorar? o que foi que eu fiz da minha vida? ” : a saúde mental de professores da educação básica de Garanhuns-PE	RAMOS, Mylena Carla Almeida Tenório	2018	Universidade Federal de Alagoas http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4516
BDTD	O mal-estar do professor de língua inglesa: o desvio de função como aposta subjetiva	LEITE, Natália Costa	2018	Universidade Federal de Minas Gerais http://hdl.handle.net/1843/30292
BDTD	Análise da relação entre práticas de autocuidado e Síndrome de Burnout na docência	SILVA, Ana Paula dos Santos	2019	Universidade Federal da Paraíba https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19128
BDTD	Síndrome de burnout: prevalências e fatores associados em professores da rede pública estadual de Mato Grosso	LOPES, Helvécio Pereira	2020	Universidade Federal de Mato Grosso http://ri.ufmt.br/handle/1/3972
BDTD	Quando o trabalho invade a vida: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo	SILVA, Jefferson Peixoto da	2018	Universidade de São Paulo https://doi.org/10.11606/T.6.2018.tde-28062018-083933
BDTD	Professores e Síndrome de Burnout: percepção a partir da gestão escolar, organização escolar e suporte laboral	COQUEIRO, Paulo Henrique da Silva	2021	Universidade Estadual Paulista http://hdl.handle.net/11449/213483
BDTD	Espaço escolar na contradição: educação e violência – experiências de professores no contexto da educação básica	PEREIRA, Edmilso André Carvalho	2022	Universidade Federal de Santa Maria http://repositorio.ufsm.br/handle/1/26661

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O presente estudo realiza uma revisão sistemática abrangente de 29 pesquisas acadêmicas, todas publicadas nos últimos cinco anos, que abordam a interseção entre o adoecimento e a docência. Diante da crescente preocupação com a saúde mental e física dos profissionais da educação, esta revisão busca delinear um panorama contemporâneo sobre a

temática, oferecendo uma síntese das pesquisas mais recentes e relevantes no campo.

Ao explorar as nuances dos estudos selecionados, buscamos compreender os fatores subjacentes ao adoecimento docente, considerando as condições laborais, os desafios emocionais e as variáveis psicossociais que permeiam o exercício da profissão. Esta revisão contribuiu de forma significativa para a compreensão aprofundada dos elementos que impactam a saúde dos professores, oferecendo informações valiosas para embasar esse construto.

A escolha de pesquisas publicadas nos últimos cinco anos visou capturar o cenário atual de pandemia e pós-pandemia, bem como as tendências emergentes no estudo do adoecimento docente.

A seguir, apresentaremos uma síntese cuidadosa dos estudos revisados e os principais resultados evidenciados pelos pesquisadores observados nas pesquisas selecionadas.

No estudo "Adoecimento de docentes na educação básica: uma revisão sistemática da literatura" realizado por Andrea Lobato Couto, o objetivo foi criar um panorama das investigações tanto nacionais quanto internacionais, publicadas entre 2006 e 2017, centradas no adoecimento dos educadores na Educação Básica. As descobertas salientaram que a maioria dos estudos (35 = 77,8%) se concentrou na exploração das condições laborais, saúde e angústia, juntamente com estratégias de enfrentamento. Eles revelaram um enfoque claro na tentativa de compreender a interligação entre o trabalho e o adoecimento dos professores. Uma minoria de 3 artigos (6,6%) adotou a Teoria Social Cognitiva para examinar conceitos relacionados. O emprego da análise de gráficos e redes semânticas permitiu identificar os vínculos entre as variáveis mais significativas nos artigos, como Adoecimento do Professor e Saúde Docente, consideradas as mais cruciais nos gráficos apresentados, indicando sua relevância nas discussões sobre o tema abordado. Para o autor, outras revisões são necessárias para contribuir com pesquisas que auxiliem na compreensão do desconforto sentido pelos professores.

A pesquisa "Saúde do professor: uma análise do adoecimento no ambiente de trabalho sob a perspectiva dos professores" realizado por Dlane Lima Frota teve como objetivo investigar os fatores associados ao adoecimento entre os professores de escolas públicas municipais em Fortaleza, Ceará. Os resultados indicam uma conexão direta entre o adoecimento dos professores e a dinâmica diária escolar. Todos os participantes mencionam a estrutura precária das escolas como um fator que intensifica significativamente o mal-estar dos docentes. A maioria destaca a falta de políticas públicas que valorizem a profissão, assim como a relação distante de alguns gestores escolares com o corpo docente, especialmente os

professores que enfrentam problemas de saúde, como outros elementos que fragilizam a saúde dos professores e acentuam o desânimo no ambiente escolar. Os afastamentos mais comuns entre os professores estão relacionados a questões emocionais, vocais e problemas físicos. Para a autora, novas pesquisas são necessárias para aprofundar a compreensão dessa questão. É crucial promover mais discussões, apoiadas por secretarias de educação, sindicatos, instituições de previdência e dentro das escolas, pois durante toda a coleta de dados, ficou evidente que os professores têm muitas experiências para compartilhar e estão ansiosos por serem ouvidos nesse contexto.

Na pesquisa " As significações de professores readaptados sobre as condições de trabalho docente e suas implicações no processo de adoecimento" realizada por Camila Domingues o objetivo principal é identificar e analisar as relações entre as percepções desses professores e seus processos de adoecimento. A análise sugere que valorizar o professor readaptado deve envolver políticas que promovam sua formação, valorização profissional e saúde, com ênfase em seu autoconhecimento e reconhecimento como profissional da educação.

O autor Leandro Ferreira de Melo no estudo intitulado "A dialética rotina escolar-saúde: fatores que contribuem para o adoecimento docente" teve o objetivo de identificar e compreender os elementos que impactam a rotina escolar e, conseqüentemente, a saúde dos professores. Investigou-se a relação entre a rotina escolar e os sintomas da Síndrome de Burnout, assim como a autoeficácia, o consumo de álcool e tabaco entre professores dos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior. A pesquisa evidenciou que sintomas como depressão, ansiedade, consumo de álcool e tabaco estão diretamente associados à Síndrome de Burnout. Além disso, percebeu-se que não é apenas a rotina escolar que influencia a saúde e o desempenho dos professores, pois fatores externos também têm um papel importante. Entre estes, destaca-se a falta de políticas eficazes de valorização da carreira docente e de prevenção à saúde dos professores. Observou-se também uma crescente perda de credibilidade na carreira docente por parte do poder público, mídia, alunos e famílias. Para a autora esses fatores contribuem diretamente para o desequilíbrio emocional e, conseqüentemente, o adoecimento dos professores. Além dessas descobertas, há outras considerações relevantes. Para a pesquisadora, torna-se imprescindível planejar e implementar ações políticas de investimento, especialmente no que diz respeito à valorização e prevenção da saúde dos professores.

No estudo conduzido por Maya Silva sobre "Trabalhadores docentes de Ciências na Educação Básica e o Contexto de Sofrimento e Adoecimento", o objetivo foi compreender a

gênese do sofrimento e adoecimento. A análise das unidades revelou a necessidade de promover a formação contínua e inicial dos docentes para aproximá-los de referenciais pedagógicos críticos. Destacou-se também a importância da coletividade como uma forma ativa de resistência diante das condições estudadas, que estão interligadas com a autonomia do professor e as circunstâncias reais do trabalho. Além disso, compreendeu-se que a desvalorização do trabalho docente reflete um projeto político intencional. Por fim, concluiu-se que o modelo de trabalho baseado no modo de produção gera contradições, levando à alienação, desumanização e adoecimento dos trabalhadores.

Na pesquisa realizada por Jussimária Almeida dos Santos sobre " Trabalho docente, racionalidade técnica e adoecimento: um olhar à luz da teoria crítica da sociedade", o objetivo foi examinar as implicações do trabalho na vida dos professores, especialmente em termos de saúde física e mental nas esferas sociopolíticas e culturais. Entre os principais pontos discutidos, destacou-se a influência da indústria cultural na (pseudo)formação, levando os professores a um conformismo midiático que impacta criticamente sua atuação profissional. Além disso, foi evidenciada a contribuição analítica de pesquisas sobre saúde mental e adoecimento no trabalho, como as de Christophe Dejours (1993). Este autor reforça a ideia de que o adoecimento no ambiente laboral afeta significativamente a qualidade de vida, apontando estratégias de resistência para intervir nos espaços de trabalho e nas estruturas organizacionais que geram adoecimento. Essa abordagem reconhece as contradições sociais e normativas, especialmente em relação aos limites biológicos.

Na pesquisa de Anna Paulla Artero Vilela sobre " Trabalho e adoecimento: uma análise do professorado paulista sob a perspectiva da geografia foi examinado o impacto das condições de trabalho no adoecimento dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Os resultados evidenciaram que muitos professores, afetados por esse quadro, buscaram o apoio do sindicato da categoria (APEOESP) para encaminhar processos legais contra o Estado de São Paulo. A análise também revelou que o adoecimento ocorreu majoritariamente no ambiente de trabalho entre os casos estudados. Além disso, sugere-se que Leis, Decretos e Resoluções podem estar contribuindo consideravelmente para a deterioração da saúde dos docentes. Para a autora, torna-se relevante discutir o papel do sindicato na abordagem desses problemas, suas dificuldades institucionais e esforços para atender às demandas diante dessa situação.

Na pesquisa conduzida por Jacqueline de Andrade sobre " Trabalho e Educação: um estudo sobre o adoecimento dos docentes contratados na Educação Básica Municipal em Uberlândia-MG: 2010-2018 o objetivo foi investigar as relações entre trabalho, educação e

adoecimento, especificamente o adoecimento dos professores contratados na rede municipal de Uberlândia, no período de 2010 a 2018. Esta pesquisa se justificou pela necessidade de dados reais e análises sistemáticas para embasar a criação de políticas públicas eficazes no ambiente de trabalho. Seu propósito foi contribuir com pesquisas futuras e análises que possam resultar em melhorias para os trabalhadores da educação. A pesquisa sugere que o adoecimento dos professores contratados na rede municipal de Uberlândia, no período de 2010 a 2018, é visivelmente impactado pelas mudanças, pressões diárias e condições precárias de trabalho. A hipótese aponta para a influência das demandas do sistema capitalista nas instituições escolares, destacando a necessidade de políticas públicas eficientes baseadas em dados reais e análises sistemáticas.

O estudo realizado por Ana Lucia Nery Sabath, "Estado da arte sobre trabalho docente nos anos iniciais da educação básica: adoecimento e barbarização", teve como objetivo explorar o adoecimento docente e a barbarização. O estudo aborda a Escola de Frankfurt, uma referência teórico-filosófica para analisar o papel social da educação contemporânea. Discutiu-se também os desafios enfrentados na modernidade, levantando questões sobre a regressão ao mito como forma de dominação e manipulação cultural pela indústria cultural. A pesquisa enfatizou os desafios atuais para proporcionar uma educação formativa e destaca a necessidade de caminhos para uma educação que promova a autonomia individual e a ressignificação da realidade por meio da experiência.

A pesquisa conduzida por Bruno Cesar Costa Ribeiro Mira, intitulada "Implicações das políticas educacionais nas condições de trabalho e no adoecimento/readaptação dos professores da rede estadual de São Paulo 2022", teve como objetivo investigar como as políticas educacionais afetam o adoecimento e readaptação dos professores do Ensino Médio na rede estadual paulista. Foram identificadas três categorias analíticas. A primeira, "Precarização e Intensificação do Trabalho Docente", destacou as condições precárias de trabalho, incluindo infraestrutura escolar, violência no ambiente escolar e salários insatisfatórios, resultando na sobrecarga dos professores ao assumirem múltiplas turmas em diversos períodos. A segunda categoria, "Processo de Readaptação dos Professores do Estado de São Paulo", descreveu o processo de afastamento e avaliação para readaptação, no entanto, evidenciou que o sofrimento não cessa com o afastamento, pois os professores enfrentam estigmas e percepções negativas de seus pares. Por fim, a categoria "Cobrança para o Aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP)" destacou a pressão para alcançar índices satisfatórios no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), direcionando o trabalho dos professores para

treinar os alunos para a prova, o que pode contribuir para o adoecimento ao gerar culpa pelos resultados insatisfatórios. Conclui-se que, embora o IDESP não seja o único fator de adoecimento e readaptação, a pressão por resultados, em conjunto com a precarização do trabalho, pode contribuir para esse processo.

A pesquisa realizada por Maildes Helena de Carvalho, intitulada " Do trabalho docente às políticas de readaptação profissional : o caso dos professores da Secretaria de Estado da Educação de Goiás", teve como objetivo analisar o trabalho docente e seus impactos nos professores que passam pelo processo de readaptação. Os resultados revelaram questões importantes: as normas preveem direitos para os readaptados que, na prática, não são garantidos. Além disso, apesar da readaptação ser uma oportunidade para o professor adoecido continuar trabalhando, não existe um programa eficaz que proporcione tratamento adequado para o retorno ao cargo original. Concluiu-se que as políticas existentes sobre reabilitação e readaptação não abordam a precarização do trabalho docente, embora sejam importantes em suas propostas, nem sempre alcançam os resultados desejados. Sugere-se um acompanhamento contínuo dos readaptados pela Secretaria da Educação (SEDUC), proporcionando-lhes voz e vez, informando adequadamente sobre sua condição funcional e oferecendo suporte para exercerem suas funções de magistério.

A pesquisa conduzida por Maria Tereza Silva Alves, intitulada " A resistência e a sobrevivência das professoras na rede pública estadual de Santa Maria", explorou a discussão sobre a tripla jornada de trabalho das professoras. Utilizou-se análise documental fornecida pela SEDUC para observar o número de laudos médicos das docentes por afastamento do serviço. O resultado da pesquisa indicou que, durante a pandemia, houve uma estagnação no número de laudos médicos das professoras por afastamento do serviço devido ao ensino remoto e híbrido. Isso sugere que o formato de ensino adotado teve um impacto positivo na redução dos afastamentos por adoecimento das docentes nesse período específico.

No estudo realizado por Karen Cristina Sobral Bock, intitulada " Trabalho e saúde docente nas EMEIs de São Paulo: efeitos da implementação do ensino fundamental de nove anos", teve como objetivo abordar o adoecimento docente na Rede Municipal de Educação de São Paulo, especialmente nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), e analisar as implicações das decisões tomadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME-SP) durante a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. Durante a pesquisa, evidenciou-se a tentativa da gestão municipal e da SME-SP de não divulgar dados sobre o adoecimento docente. No entanto, um relatório de 2020 da Fundação Carlos Chagas (FCC), financiado pela SME-SP em colaboração com a UNESCO, revelou dados sobre o absentismo docente. Esses

dados apontaram que o adoecimento ocasionou um grande impacto nas escolas de São Paulo, sendo a principal causa da ausência de professores. Entre as escolas pesquisadas, notou-se um aumento nas licenças médicas das professoras do turno intermediário e um gradual aumento no número de dias de licença, indicando deterioração nas condições de trabalho e saúde. Entrevistas realizadas ressaltaram a percepção das professoras sobre a rotina agitada das EMEIs e destacaram o "número de alunos" como um fator contribuinte significativo para o adoecimento docente.

Na pesquisa sobre o “Adoecimento de professores iniciantes no exercício da docência e a surdez do sistema de ensino estadual/MT”, realizada por Ester Landvoigt da Silveira, o objetivo foi compreender o contexto de adoecimento de professores que ingressaram no estado de MT a partir de 2017 e entender os motivos para o estado de saúde em que se encontram. Os resultados revelaram que a desinformação, a falta de interações interpessoais no ambiente de trabalho e a ausência de programas e políticas de acolhimento, integração e orientação para professores iniciantes têm sido os principais fatores contribuintes para o adoecimento desses profissionais.

No estudo “Professoras e professores : políticas públicas de trabalho e emprego no estado de São Paulo (2007/2018) e seus reflexos no adoecimento” realizado por João Silva Dias Zafalão, teve como objetivo analisar a relação entre as políticas públicas de trabalho e emprego em São Paulo, entre 2007 e 2018, e seu impacto no adoecimento dos professores. Os resultados revelaram um cenário em que o adoecimento docente cresce e as condições de trabalho e remuneração se deterioram. Contudo, também destacaram a presença de um potencial transformador em cada escola e sala de aula, onde professores persistem no ensino e na luta por melhores condições.

Na pesquisa realizada por Kelcilene Gisela Persegueiro sobre “A identidade das professoras categoria "O" na rede estadual paulista: desdobramentos da política de desvalorização do trabalho docente” teve como objetivo analisar a identidade dos professores contratados na Categoria 'O'. Os resultados apontaram que estes profissionais, que atuam nas salas de aula do Município de Rio Claro/SP e estão vinculados à Diretoria de Limeira/SP, enfrentam uma situação laboral precária e com direitos mínimos assegurados, conforme a Lei Complementar nº. 1093/2009. Além disso, os resultados evidenciaram os elementos centrais que moldam a identidade dos professores nessa categoria específica. Entre eles, destacam-se as incertezas relacionadas à progressão na carreira, as condições de trabalho deficientes, a escassez de direitos garantidos, a instabilidade profissional, a falta de reconhecimento, a desigualdade, os salários reduzidos e a invisibilidade dentro do ambiente escolar em relação

aos colegas efetivos e gestores.

A pesquisa intitulada “Vivências e desafios de professoras readaptadas na cidade de Corumbá”, conduzida por Zenaide Valéria Leite Olarte, teve como objetivo compreender as experiências de professoras do ensino fundamental I, pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Corumbá/MS, que foram readaptadas de função devido a afastamento por doença. Os resultados destacaram que, apesar da existência da readaptação em Corumbá/MS, o processo não reduz o sofrimento das professoras, reforçando sentimentos de rejeição, insegurança, preconceito e violência, dificultando a ressignificação do sofrimento, especialmente devido à falta de reconhecimento por parte da organização do trabalho.

A pesquisa intitulada “Os indicadores primários e as consequências do mal-estar docente em organizações escolares brasileiras” conduzida por Marília Câmara de Oliveira, teve como objetivo investigar a presença de indicadores e consequências do mal-estar docente em escolas brasileiras. Os resultados revelaram a existência de problemas estruturais significativos, como infraestrutura inadequada, espaços insalubres e falta de recursos, afetando diretamente a prática pedagógica. Além disso, identificou-se desafios nas relações interpessoais entre os professores, violência escolar e esgotamento profissional. Esses problemas resultaram em insatisfação, desmotivação, rompimento de vínculos professor-aluno e afastamentos por doenças, prejudicando a qualidade do ensino. O estudo destacou a urgência de suporte institucional para melhorar as condições das escolas e promover o bem-estar dos professores.

No estudo “As vivências do/no trabalho docente na Educação Infantil : ciclo de vida profissional” o objetivo foi compreender as experiências ao longo da carreira de professores na Educação Infantil do Distrito Federal. O estudo evidenciou que o trabalho é um elemento essencial na trajetória desses profissionais, moldando sua objetividade e subjetividade como professores. Além disso, a pesquisa destacou que no contexto capitalista, o trabalho docente é impactado por políticas educacionais liberais e neoliberais, resultando em intensificação, fragmentação, desvalorização e precarização, levando ao sofrimento e adoecimento dos profissionais. A jornada ao longo da carreira na Educação Infantil, especialmente nos estágios iniciais e finais, é complexa, marcada por condições materiais, experiências individuais dos professores, dinâmicas escolares e contextos sociais, formando um movimento contínuo com diversas influências.

A pesquisa “Possíveis fatores de risco e proteção para o bem-estar e saúde mental da categoria docente : um estudo bioecológico com professores readaptados da SEDF” realizada por Lidiane Oliveira Eduardo Mota, teve como objetivo investigar os elementos que

influenciam o bem-estar e saúde mental de professores readaptados da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Os resultados evidenciam que fatores ligados ao ambiente de trabalho, como sobrecarga, más condições e falta de reconhecimento, são riscos substanciais. A dinâmica entre família e escola também influencia o bem-estar dos professores. Apesar das adversidades, a maioria mantém uma apreciação pela profissão. Para a autora a mudança de função na escola, especialmente para os professores em readaptação, pode ser vista como um fator protetor.

No estudo "Trabalho docente e saúde: estudo com professores de escolas da rede pública de ensino do estado de São Paulo no município de Ribeirão Preto/SP", Carlos Eduardo Cervilieri investigou como o trabalho afeta a saúde dos professores. Os resultados destacaram a precarização do trabalho, falta de recursos, sobrecarga, baixo reconhecimento e impactos negativos na saúde física e mental dos profissionais. A pandemia intensificou as pressões, evidenciando que as condições atuais prejudicam significativamente os professores da rede pública.

Na pesquisa intitulada " Atuação e formação docente na educação básica diante da pandemia da Covid-19 : um estudo de caso na perspectiva decolonial" de Denise Machado Moraes, o objetivo foi analisar os desafios da docência na Rede Pública Municipal de Caxias do Sul durante a pandemia, sob a perspectiva Decolonial. Os resultados indicaram um aumento na carga de trabalho dos professores, levando a possíveis casos de adoecimento. Também ressaltaram a necessidade de políticas claras nas instituições para lidar com os impactos da Covid-19 e investimentos em formações pedagógicas que valorizem o diálogo e reconheçam os professores como sujeitos fundamentais.

A pesquisa "O que tenho a comemorar? o que foi que eu fiz da minha vida?": a saúde mental de professores da educação básica de Garanhuns-PE, conduzida por Mylena Carla Almeida Tenório Ramos, buscou compreender a saúde mental dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados indicaram que os fatores prejudiciais à saúde desses professores são persistentes, independentemente do processo de inclusão, destacando o ambiente escolar como fonte de angústia e sofrimento. Houve relatos de insatisfação dos professores devido à falta de formação, estrutura física, apoio institucional adequado, além de remuneração e condições de trabalho insatisfatórias.

No estudo intitulado "O mal-estar do professor de língua inglesa: o desvio de função como aposta subjetiva" conduzido por Natália Costa Leite, o objetivo foi investigar os motivos subjacentes ao desvio de função entre os professores de língua inglesa, considerando a peculiaridade desse objeto de ensino como possível influência nessa condição. Os resultados

revelaram que, de forma contrária à suposição inicial, os professores não relacionaram diretamente o ensino da língua inglesa ao desvio de função. Parece ser um investimento pedagógico que não se alinha a metas educacionais específicas, como ampliação de oportunidades de trabalho, enriquecimento cultural ou incentivo a interações sociais. A falta de reflexão sobre suas demandas profissionais pode ter contribuído para o sofrimento psicológico enfrentado por esses profissionais ao longo de suas trajetórias profissionais.

A pesquisa intitulada como “Análise da relação entre práticas de autocuidado e Síndrome de Burnout na docência” conduzida por Ana Paula dos Santos Silva analisou a relação entre práticas de autocuidado e a Síndrome de Burnout em docentes, utilizando a teoria walloniana dos campos funcionais afetivo, cognitivo e motor. Por meio de questionários e escalas de avaliação, os dados foram analisados estatisticamente, revelando uma correlação inversa entre o autocuidado e os sintomas de Burnout. Quanto maior o autocuidado, menor a manifestação da Síndrome de Burnout. Foi observado um paradoxo nos dois perfis de Burnout: o perfil moderado (Perfil 1) indicou maior desintegração dos campos funcionais, enquanto o nível avançado (Perfil 2), apesar do adoecimento, mostrou consciência maior da necessidade de cuidado e mudança, mantendo certa funcionalidade nos campos afetivo, motor e cognitivo. Os resultados evidenciaram que promover o autocuidado individual e um ambiente escolar com foco no cuidado coletivo são cruciais para amenizar os efeitos da Síndrome de Burnout na docência. A autora também destacou que essa síndrome afeta não apenas aspectos individuais, mas também institucionais nas escolas, tornando essencial a implementação de políticas públicas de prevenção e tratamento.

O estudo intitulado “Síndrome de burnout : prevalências e fatores associados em professores da rede pública estadual de Mato Grosso” teve como objetivo Analisar a prevalência e os fatores ligados à Síndrome de Burnout em professores na rede pública de Mato Grosso, investigando a satisfação profissional, diferenças entre índices de Burnout conforme tempo de atuação e gênero, identificando estressores e variações por área de conhecimento, visando contribuir com políticas públicas para lidar com essa questão. Os resultados revelaram que cerca de 63% dos professores apresentaram sinais da síndrome. Aproximadamente 6,1% deles estavam na fase inicial e 2,7% na fase mais severa. O pico do adoecimento ocorreu no período de diversificação e questionamento após dois terços do tempo de docência. Houve diferenças de adoecimento entre gêneros, sendo as mulheres mais afetadas. Na área de atuação, professores de matemática e ciências da natureza lideraram os índices de adoecimento. Os resultados também destacaram a urgência de revisão das políticas educacionais para fortalecer estratégias de prevenção e apoio aos professores.

A pesquisa intitulada "Quando o trabalho invade a vida: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo" realizada pelo autor Jefferson Peixoto da Silva buscou investigar como o trabalho dos professores afeta sua vida pessoal e saúde. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes, especialmente mulheres, vivenciam uma invasão prejudicial do trabalho em suas vidas, resultando em sofrimento prolongado, afetando negativamente suas relações familiares, sociais e sua própria recuperação após o trabalho. A pesquisa também revelou estratégias utilizadas para conciliar essas dimensões, mas mostrou que a invasão do trabalho na vida pessoal prejudica a saúde e o bem-estar dos professores. Essa invasão foi associada ao desprestígio social da profissão, resultando em perda de autoridade e frustrações repetitivas, contribuindo para o adoecimento desses profissionais.

E finalmente, a pesquisa " Espaço escolar na contradição: educação e violência – experiências de professores no contexto da educação básica" realizada por, Edimilson André Carvalho Pereira, teve como objetivo compreender os impactos da violência no cotidiano dos professores, suas reações diante de situações violentas e os efeitos desses eventos na vida profissional. Os resultados revelaram que mais de 70% dos professores sentem medo nas escolas, e a maioria lida com isso individualmente, sem envolver a instituição. Apenas um professor buscou apoio jurídico e policial diante de violência, desde ameaças até agressões, frequentemente registradas como crimes. Mesmo com medidas legais, os professores continuam enfrentando um ambiente hostil, sem políticas eficazes para lidar com o problema. O autor destacou que é necessário focar em medidas preventivas e nos direitos sociais para mitigar a violência.

Quadro 2 – Publicações sobre Adoecimento Docente (2018-2023) - SciELO

Base de Dados	Título	Autores	Ano	Repositório
SciELO	Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica	VIEGAS, Moacir Fernando	2022	Universidade Federal de Minas Gerais https://www.scielo.br/j/ep/a/7Jx7mQXpBGZp5CLgcW94WHy/?lang=pt#
SciELO	Vínculo de trabalho e adoecimento docente: análise das licenças dos professores da rede estadual de educação de Minas Gerais	MARTINS, Felipe Ralf; ARAUJO, Ana Luiza Gomes; AMORIM, Marina Alves	2022	Fundação João Pinheiro Belo horizonte, MG, Brasil. https://www.scielo.br/j/edur/a/rjtX5czHXYnsWLRJgnMbnJh/?lang=pt#
SciELO	Docência na educação infantil: neoliberalismo, desumanização e adoecimento na república inacabada	PAULA, Wagner Eduardo Estácio; LIMA, Rita de Cássia Gabrielli	2020	Universidade do Vale do Itajaí https://www.scielo.br/j/tes/a/S9L4pqzmSyvvbLPVsLCN6zz/?lang=pt#ModalHowcite

	brasileira	Souza		
SciELO	Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I	GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho; NUNES, Célia Maria Fernandes; PÁDUA, Karla Cunha	2019	Universidade Federal de Ouro Preto https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NfjgYksvFCrtdpJhkmTtRjb/?lang=pt#
SciELO	Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento	FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes	2018	Universidade Estadual de Maringá https://www.scielo.br/j/pee/a/Fp3LN9tv4Ym9QfpV8dfGyLS/?lang=pt#
SciELO	Saúde do trabalhador em educação: a gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileira	SANTANA, Franciele Ariene Lopes; NEVES, Ilidio Roda	2017	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul https://www.scielo.br/j/sausoc/a/TS4J9WBtPrM4HDBw5HMzKnJ/?lang=pt#
SciELO	Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR)	MANGO, Maria Silvia Martins; CARILHO, Mônica Kopplin; DRABOVSKI, Bianca; JOUCOSKI, Emerson; GARCIA, Maurício Camargo; GOMES, Anna Raquel Silveira	2012	Universidade Federal do Paraná https://www.scielo.br/j/fm/a/LTyfPM4VDfgvSBj3wNMnCGk/?lang=pt#
SciELO	Intensificação do trabalho e saúde dos professores	ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade	2009	Universidade Federal de Minas Gerais https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfwkF8XYXTfyXGcgCbGL/?lang=pt#
SciELO	O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais	NORONHA, Maria Márcia Bicalho; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade	2008	Universidade Federal de Minas Gerais https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000100005
SciELO	O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde	GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila	2005	Universidade Federal de Minas Gerais https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vzY5zfmnw/?lang=pt#

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O estudo realizado por Moacir Fernando Viegas em 2022 buscou descrever, analisar e explicar as propriedades e características da intensificação e sobrecarga de trabalho enfrentadas por professoras e professores da educação básica em 18 municípios da região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, nos anos de 2018 e 2019. Os resultados revelaram que os docentes nessas localidades enfrentam jornadas intensas e sobrecarga, sendo

frequentemente dedicados ao trabalho, inclusive em seus ambientes domésticos. Essa realidade, por sua vez, contribui para condições propícias ao adoecimento, ressaltando a necessidade de abordagens que visem aprimorar a gestão e reduzir os impactos negativos na saúde desses profissionais.

O estudo conduzido por Felipe Ralf Martins, Ana Luiza Gomes Araujo e Marina Alves Amorim em 2022 analisou as licenças para tratamento de saúde dos professores da educação básica da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais (REE/MG) no período de 2016 a 2018, considerando o tipo de vínculo jurídico de trabalho, seja efetivo ou designado. Os resultados revelaram um preocupante quadro de adoecimento no exercício da função de magistério, destacando um alerta significativo em relação ao uso do vínculo precário da designação. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal declarou parcialmente a inconstitucionalidade desse tipo de vínculo, enfatizando a necessidade de atenção às condições laborais dos professores para preservar sua saúde e bem-estar.

O estudo conduzido por Wagner Eduardo Estácio de Paula e Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima em 2020 teve como objetivo analisar a percepção de professores(as) de uma unidade escolar de educação infantil em um município catarinense. Os resultados apontaram para a experiência de solidão enfrentada pelos professores ao conciliarem a docência na educação infantil com as influências do neoliberalismo. Esse cenário resultou na perda da dignidade no trabalho, acarretando consequências negativas para a saúde desses profissionais. O estudo identificou as condições propícias para essa desumanização e propôs o reconhecimento e o fomento do trabalho coletivo como meios de transformação, destacando a importância de abordagens que promovam o bem-estar e a saúde mental dos educadores.

A pesquisa realizada por Valdete Aparecida Fernandes Moutinho Gomes, Célia Maria Fernandes Nunes e Karla Cunha Pádua em 2019 teve como objetivo investigar a valorização docente por meio das narrativas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa evidenciou diversos elementos relacionados às condições de trabalho docente e à complexidade das atividades práticas da profissão. Aspectos como remuneração, plano de carreira, avaliação de desempenho e infraestrutura física e material das escolas destacaram-se como cruciais na moldagem da experiência na docência.

O estudo revelou que a fragilidade em algumas dessas áreas pode levar à desistência da profissão e ao adoecimento dos docentes. Isso ressalta a urgência de políticas direcionadas para aprimorar as condições laborais e promover o bem-estar dos professores. O reconhecimento da importância desses elementos é fundamental para garantir uma valorização adequada da profissão docente e, por conseguinte, melhorar a qualidade da

educação oferecida nas escolas.

O estudo conduzido por Valdete Aparecida Fernandes Moutinho Gomes, Célia Maria Fernandes Nunes e Karla Cunha Pádua em 2019 teve como propósito investigar a valorização docente por meio das narrativas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa revelou diversos elementos relacionados às condições de trabalho docente e à complexidade das atividades práticas da profissão. Aspectos como remuneração, plano de carreira, avaliação de desempenho e infraestrutura física e material das escolas destacaram-se como cruciais na formação da experiência na docência.

Os resultados do estudo indicaram que a fragilidade em algumas dessas áreas pode contribuir para a desistência da profissão e o adoecimento dos docentes. Isso enfatiza a urgência de implementação de políticas voltadas para aprimorar as condições laborais e promover o bem-estar dos professores. O reconhecimento desses aspectos é fundamental para garantir uma valorização adequada da profissão docente e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas.

O estudo realizado por Marilda Gonçalves Dias Facci, Sonia da Cunha Urt e Ana Teresa Fernandes Barros em 2018 abordou a temática do professor readaptado, destacando a precarização do trabalho docente e seu impacto no adoecimento. Ao discorrer sobre as relações do trabalho, o estudo abordou também a formação da personalidade e o adoecimento, embasando-se nos estudos de A. N. Leontiev.

Os resultados do estudo evidenciaram que as demandas contemporâneas impostas aos profissionais, incluindo os professores, têm gerado uma sensação de estranhamento em relação à atividade docente. Isso se manifesta como uma desconexão entre o sentido e o significado na prática profissional, culminando no adoecimento. Como conclusão, os pesquisadores destacaram a necessidade de esforços voltados para a promoção da emancipação do professor, buscando facilitar o pleno desenvolvimento de suas habilidades. Essa abordagem se torna crucial para enfrentar os desafios do ambiente educacional contemporâneo e preservar a saúde mental e física dos profissionais da educação.

O estudo conduzido por Franciele Ariene Lopes Santana e Ilidio Roda Neves em 2017 teve como objetivo explorar, por meio de uma revisão da literatura, se e de que maneira a gestão em saúde do trabalhador tem apresentado propostas de ações e políticas voltadas para os docentes nas escolas públicas brasileiras. Os resultados apontam para a necessidade de iniciativas e políticas que não ignorem a realidade enfrentada pelos professores.

A pesquisa destacou a importância de novas investigações sobre o processo de saúde e adoecimento no ambiente educacional, assim como sobre a falta de gestão relacionada a essas

questões. A conclusão ressalta a urgência de abordagens que considerem de forma integral a saúde dos trabalhadores em educação, especialmente dos professores, visando a implementação de políticas eficazes e práticas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente escolar.

O estudo conduzido por Maria Silvia Martins Mango, Mônica Kopplin Carilho, Bianca Drabovski, Emerson Joucoski, Maurício Camargo Garcia e Anna Raquel Silveira Gomes em 2012 teve como objetivo examinar os sintomas osteomusculares em professores do ensino fundamental na cidade de Matinhos (PR). Os resultados revelaram que não houve uma associação significativa entre a presença de dor e variáveis como idade, realização de atividade física, número de alunos por classe e tempo de profissão ($p > 0,05$).

Entretanto, foi identificada uma relação entre a presença de dor e o número de classes lecionadas ($p = 0,02$). Por outro lado, a presença de dor nos últimos 12 meses mostrou associação com a limitação de atividades nesse mesmo período e a busca por assistência profissional de saúde ($p > 0,05$). A pesquisa constatou que aproximadamente 95,2% dos participantes apresentaram algum sintoma osteomuscular, sendo a região lombar (51,5%), dorsal (49,2%), ombro (49,2%) e pescoço (47,6%) as mais afetadas.

Em conclusão, os professores analisados exibiram uma prevalência significativa de sintomas osteomusculares, especialmente na região lombar, ombros e dorsal, o que impactou negativamente na realização de atividades cotidianas. Esses resultados enfatizam a importância de medidas preventivas e de intervenções direcionadas para melhorar as condições de trabalho e a saúde desses profissionais.

O estudo realizado por Ada Ávila Assunção e Dalila Andrade Oliveira em 2009 teve como objetivo estabelecer conexões entre o aumento da intensidade laboral nas instituições educacionais e o padrão de adoecimento dos professores, conforme descrito em pesquisas contemporâneas. Os resultados apontam para a intensificação do trabalho, caracterizada por fatores qualitativos que se manifestam nas transformações da atividade sem o suporte social adequado para lidar com as demandas do trabalho.

Além disso, o estudo destaca fatores quantitativos relacionados ao aumento da carga de tarefas nas escolas. As evidências apresentadas no texto possibilitam a formulação das bases para um modelo explicativo do processo de morbidade docente, fundamentado em determinantes ambientais e organizacionais, e suas implicações no exercício profissional na sala de aula. Isso ressalta a importância de abordagens que considerem não apenas os aspectos quantitativos, como a carga de trabalho, mas também os aspectos qualitativos, como o suporte social e as condições organizacionais, para compreender e abordar adequadamente as

questões de saúde dos professores.

O estudo conduzido por Maria Márcia Bicalho Noronha, Ada Ávila Assunção e Dalila Andrade Oliveira em 2008 teve como propósito identificar pontos de convergência entre as demandas excessivas e rigorosas, desprovidas das condições essenciais para a execução do trabalho docente, e os relatos de frustração manifestados por professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais.

Os resultados indicaram a necessidade de desenvolver um modelo de planejamento que inclua uma alocação adequada de tempo para as diversas atividades previstas pela nova missão da escola. Essa abordagem visa aliviar a sobrecarga na sala de aula e prevenir a sobreposição de tarefas, notadamente marcada pelas interrupções descritas. O estudo destaca a importância de considerar não apenas a quantidade, mas também a qualidade das demandas impostas aos professores, buscando proporcionar condições adequadas para a execução de suas atividades e, conseqüentemente, prevenir o sofrimento no trabalho docente.

O estudo conduzido por Sandra Maria Gasparini, Sandhi Maria Barreto e Ada Ávila Assunção em 2005 teve como objetivo analisar as relações entre o processo de trabalho docente, as condições reais sob as quais ele se desenvolve e o potencial adoecimento físico e mental dos professores. A pesquisa também buscou compreender o processo de saúde-doença no contexto do trabalho docente, investigando possíveis associações com o afastamento do trabalho por motivos de saúde.

A análise dos dados do Relatório da Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GSPM) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, referentes aos afastamentos do trabalho na Secretaria Municipal de Educação entre abril de 2001 e maio de 2003, revelou que os transtornos psíquicos foram a principal causa dos afastamentos, embora não tenha sido possível discriminar o número específico de professores afetados. Esses resultados indicam a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre as condições de trabalho nas escolas e seu impacto na saúde mental dos professores.

Os resultados desses estudos convergem na ênfase dada à relação inextricável entre condições de trabalho e adoecimento docente. Eles ressaltam a urgência de políticas públicas capazes de melhorar as condições de trabalho, incluindo remuneração digna e reconhecimento profissional, enquanto consideram a saúde do docente como um componente essencial. Essas pesquisas destacam que o adoecimento dos professores está intrinsecamente ligado às precariedades do ambiente de trabalho, oriundas do baixo reconhecimento profissional, das dificuldades laborais e das políticas insuficientes.

Os estudos realizados confirmam a necessidade de enfrentar de forma coletiva os

desafios inerentes a essa realidade, estabelecendo parcerias com sindicatos e outras instâncias pertinentes. A busca por abordagens e estratégias no âmbito das políticas educacionais, que promovam a valorização dos professores e zelem pelo seu bem-estar, emerge como elemento crucial para assegurar uma educação verdadeiramente transformadora e reflexiva. Nesse contexto, é fundamental proporcionar condições de trabalho adequadas e salvaguardar a saúde dos educadores.

Portanto, considera-se que o presente estudo adquire uma relevância singular para a sociedade, especialmente no cenário pós-pandemia brasileira, reconhecendo que esse quadro afetou as condições de trabalho no campo educacional. Sendo assim, essa pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais os fatores que afetam a saúde dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual no município de Tubarão, Santa Catarina?

Como resposta a essa pergunta, postula-se a hipótese de que um dos fatores que contribuem para o adoecimento dos professores é o reflexo da desvalorização de seu trabalho, manifestada no contexto social, nas deficientes condições de trabalho na sala de aula, na carência de recursos humanos e materiais, assim como na sobrecarga de trabalho e insatisfação quanto ao salário e plano de carreira.

Levando em consideração a temática sobre as condições de trabalho e o adoecimento docente, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar os fatores que afetam a saúde dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual no município de Tubarão, Santa Catarina. Para atingir tal intento, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar o cenário das políticas educacionais que provocam a des/valorização docente; (b) analisar os fatores que provocam o mal-estar docente e prejudicam sua saúde e o exercício da profissão; (c) analisar o contexto da saúde dos professores no período pandêmico e pós-pandêmico; e (d) analisar estratégias voltadas para aprimorar as condições de trabalho docente, promover sua saúde e, por consequência, elevar a qualidade da educação.

O escopo desta investigação reside em identificar as raízes subjacentes ao adoecimento dos professores por meio de uma análise minuciosa das realidades vivenciadas por esses profissionais da Educação Básica em uma escola pública estadual no município de Tubarão. Para uma compreensão ampla do cenário será apresentada o campo de investigação, as características dos sujeitos da amostra e caminhos metodológicos trilhados para esse construto.

Para embasar a metodologia, recorreremos à obra "Metodologia da Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas", escrita por João Mattar e Daniela

Karine Ramos (2021). Foi adotado um enfoque metodológico de estudo de caso qualitativo. O estudo de caso se fundamenta na exploração detalhada de um caso específico por meio da coleta de dados de múltiplas fontes, empregando a triangulação na análise e interpretação dos resultados (MATTAR; RAMOS, 2021). A abordagem qualitativa, conforme recomendado por Minayo (2003), é pertinente para uma análise aprofundada e compreensiva das experiências vivenciadas pelos participantes, permitindo uma exploração mais profunda das nuances e contextos do fenômeno em estudo.

Além disso, é importante mencionar que o estudo de caso foi conduzido de forma imparcial, buscando manter a neutralidade na coleta de dados, conforme exigido pelos princípios éticos e científicos.

A coleta de dados é uma etapa essencial em qualquer pesquisa científica, pois é por meio dela que obtemos as informações necessárias para responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Segundo Flick (2004), a coleta de dados desempenha papel crucial no processo de produção de conhecimento, uma vez que é a partir desses dados que se torna possível analisar e interpretar os fenômenos estudados.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário com questões abertas e fechadas. O questionário foi elaborado com base nas questões que surgiram a partir da revisão da literatura e dos objetivos da pesquisa. O questionário foi validado por meio de um pré-teste com um pequeno grupo de professores (n = 3) semelhantes aos participantes da pesquisa, o que permitiu verificar a compreensão das questões e a identificação de possíveis problemas.

Após a validação, o questionário foi distribuído eletronicamente para os 37 professores via WhatsApp. Essa abordagem facilitou a participação, permitindo que os professores respondessem de acordo com suas rotinas e conveniência.

A pesquisa foi conduzida respeitando os aspectos éticos necessários. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e os participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que detalhava os objetivos, procedimentos, direitos e garantias. A participação foi voluntária e os participantes foram informados sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento sem consequências.

A análise qualitativa dos dados foi realizada seguindo a abordagem proposta por Bardin (2020), um método amplamente utilizado para categorizar e compreender as informações coletadas. Primeiramente, todas as respostas dos participantes foram cuidadosamente lidas e relidas para compreender seu conteúdo. Em seguida, foram identificadas as palavras-chave, frases e ideias centrais em cada resposta.

Depois disso, as palavras, frases e ideias semelhantes foram agrupadas em categorias e

subcategorias, formando grupos temáticos que representavam os diferentes aspectos das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos professores. Essas categorias foram definidas com base nos cinco eixos investigativos do questionário:

Quadro 3 – Categorias da Pesquisa

CATEGORIA
(1) Características Gerais dos Professores
(2) Saúde dos Professores na Educação Básica
(3) Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente e Estratégias para Melhoria das Condições de Trabalho e na Educação

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A próxima etapa envolveu a interpretação das categorias à luz da literatura existente. Essa fase visou compreender as complexas relações entre as condições de trabalho, a saúde dos professores e as práticas pedagógicas, identificando padrões, tendências e desafios emergentes.

O presente estudo se estrutura em cinco capítulos, cada um focalizando aspectos cruciais relacionados às condições de trabalho e à saúde dos professores da Educação Básica.

Cada capítulo foi delineado para aprofundar as dimensões da problemática proposta e fornecer informações pertinentes à compreensão dos desafios enfrentados por esses profissionais.

O capítulo 1 é a presente introdução, que aponta as motivações da pesquisa, o problema, a hipótese, a justificativa, os objetivos gerais específicos, a metodologia com todas as etapas e a apresentação dos capítulos que segue.

No Capítulo 2: “O Docente Trabalhador no Cenário Capitalista”, lançamos um olhar profundo sobre a complexa interação entre os professores e o sistema capitalista. Por meio de uma abordagem histórico-crítica, exploramos como as condições de trabalho dos docentes estão enraizadas em uma estrutura que, muitas vezes, sacrifica a qualidade do seu trabalho e da sua saúde. Dividido em três subseções, esse capítulo detalha cada aspecto dessa relação. Começamos discutindo a relação entre Educação e Trabalho no contexto do sistema capitalista, examinando como as perspectivas de autores proeminentes, como Dejours (1993), Antunes (1995), Oliveira (2004), Saviani (2005), Marx (2013; 2017), Cunha (2014) citado por Wagner (2018), Libâneo (2016), Evangelista et al. (2017), Krawczyk e Ferretti (2017), Martins (2018), Costa (2021), Silva e Santos (2022), Dourado e Siqueira (2022), e outros autores relevantes, lançam luz sobre essa dinâmica. Em seguida, concentramo-nos nos

desafios e perspectivas da formação docente, analisando as legislações e programas institucionais que influenciam a preparação dos educadores. Além disso, investigamos as implicações das políticas educacionais no contexto do trabalho docente, destacando o papel do Plano Nacional de Educação (PNE), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio. Por fim, examinamos o sofrimento mental no ambiente de trabalho docente, contextualizando-o dentro das políticas educacionais e de valorização dos professores.

No Capítulo 3: “Saúde Docente: Uma Questão de Urgência” aborda-se a questão da saúde dos professores como uma preocupação urgente e inadiável. Para esse construto se baseou nos estudos de Diener (1984), Ryff (1989), Dejours (1993), Ryff e Keyes (1995), Codo (1999); Maslach, Schaufeli e Leiter (2001), Paz (2004), Padovam (2008), Assunção e Oliveira (2009), Luchesi et al. (2009), Olivar (2010), Oliveira, Pereira e Lima (2017), Martins (2018), Araújo, Pinho e Masson (2019), Pachiega e Miliani (2020), Saviani e Galvão (2021), Santos e Silva (2022), e outros autores relevantes. Dividido em três subseções, esse capítulo explora a legislação e os desafios que envolvem a saúde dos professores desde a Constituição de 1988, destacando a proteção legal e os obstáculos enfrentados. A segunda subseção concentra-se nas principais doenças prevalentes entre os educadores, analisando como essas doenças afetam a saúde física e mental dos professores e seu desempenho profissional. A terceira subseção examina os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde dos professores, enfatizando como essa crise intensificou um cenário preexistente de adoecimento. A partir de pesquisas e dados, essa seção visa alertar para a necessidade de políticas que efetivamente priorizem a saúde dos educadores diante dos desafios preexistentes e da intensificação da crise sanitária.

No quarto capítulo desta pesquisa, serão minuciosamente expostas as análises realizadas e os resultados obtidos por meio da investigação empreendida. Com base na aplicação do questionário aos professores da Educação Básica na escola da rede estadual em Tubarão, Santa Catarina, este capítulo desvenda as percepções, opiniões e experiências dos docentes no que tange às condições de trabalho e seus impactos na saúde. Os resultados obtidos serão apresentados de maneira estruturada e organizada, com destaque para as principais tendências, padrões e abordagens identificadas. Cada item do questionário será explorado, permitindo uma análise das respostas dos participantes. Serão utilizados gráficos para representar visualmente as informações coletadas, tornando os resultados mais acessíveis e compreensíveis.

Além de fornecer uma descrição das respostas, este capítulo também promove uma

interpretação dos achados. As análises serão contextualizadas à luz das teorias discutidas nos capítulos anteriores, permitindo uma conexão entre os resultados empíricos e o embasamento teórico-conceitual da pesquisa. Eventuais relações entre as variáveis serão exploradas, buscando entender como as diferentes dimensões das condições de trabalho influenciam a saúde dos professores.

Por fim, no quinto capítulo será apresentada as considerações finais desta pesquisa que resumem as descobertas mais relevantes e sua relação com os objetivos do estudo. As implicações práticas e teóricas dos resultados serão discutidas, e possíveis áreas para futuras investigações também poderão ser delineadas. A apresentação das análises e resultados neste capítulo contribuirá significativamente para o aprofundamento do conhecimento sobre as interações entre as condições de trabalho e a saúde dos professores, enriquecendo o panorama educacional e oferecendo subsídios valiosos para a reflexão e ação no campo das Políticas Educacionais.

2 O DOCENTE TRABALHADOR NO CENÁRIO CAPITALISTA

No presente capítulo, examinaremos a intrincada relação entre os professores e o sistema capitalista, aplicando uma abordagem histórico-crítica para entender os impactos das condições de trabalho dos docentes em sua saúde e bem-estar. Dividido em quatro subseções, este capítulo investiga detalhadamente cada aspecto desse fenômeno.

Na primeira subseção intitulada: “Educação e Trabalho: Uma análise crítica das Implicações do Capitalismo sobre o Trabalho Docente” abordaremos a relação entre Educação e Trabalho no contexto do sistema capitalista, com base nas perspectivas de Antunes (1995), Oliveira (2004), Saviani (2005), Marx (2013; 2017), Libâneo (2016), Evangelista et al. (2017), Costa (2021) e outros autores relevantes. Será realizada uma análise crítica sobre como o trabalho docente é apropriado pelo capitalismo, resultando em precarização. Destacaremos a importância da Educação como meio transformador e sua potencialidade como ferramenta de resistência e emancipação diante das dinâmicas capitalistas que afetam as condições de trabalho dos professores. Além disso, exploraremos a influência das políticas educacionais considerando a conjuntura política e as tendências da acumulação flexível do trabalho na história do Brasil. Compreender e conhecer esse cenário é de extrema importância, considerando que se configura como um forte fator para o adoecimento dos professores.

Na segunda subseção intitulada “Políticas Educacionais e a Formação Docente” o objetivo é explorar os desafios e perspectivas relacionados à formação docente como um meio de promover a valorização profissional e a saúde dos educadores. Esta análise abrangerá as legislações e diretrizes que regulam a formação de professores, com destaque para as mudanças recentes e suas implicações no processo formativo. Além disso, serão abordados programas institucionais voltados para a formação inicial e continuada dos docentes, como o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica. Será dada ênfase às suas contribuições e desafios no contexto da crescente precarização do trabalho docente. Para este propósito, recorreremos a autores renomados, incluindo Cunha (2014) citado por Wagner (2018), Libâneo (2015), Evangelista e Shiroma (2007), Dourado e Siqueira (2022), bem como entre outros acadêmicos relevantes.

Na terceira subseção “Plano Nacional da Educação (2014-2024) Metas 15, 16, 17 e 18”, tem-se como objetivo examinar o impacto das políticas educacionais brasileiras, como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a

Reforma do Ensino Médio, na valorização dos professores e na qualidade educacional. Autores como Assunção e Oliveira (2009), Oliveira (2014), Krawczyk e Ferretti (2017), Libâneo (2019), Amaral et al. (2021), Costa (2021), Silva e Santos (2022), são referências importantes nessa análise. Além disso, também explora como essas políticas podem afetar a saúde dos professores no contexto educacional.

Na quarta e última subseção deste capítulo “Abordagens ao Sofrimento Mental no Ambiente de Trabalho Docente” é examinado o sofrimento mental no ambiente de trabalho docente, à luz das políticas educacionais que impactam a valorização dos professores. Autores como Dejours (1993), Martins (2018) e Assunção e Oliveira (2009), fundamentam essa análise. O objetivo é compreender as complexas relações entre as políticas, a precarização da educação pública e o sofrimento experimentado pelos professores, promovendo assim, uma visão abrangente das consequências dessas políticas no ambiente educacional. Além disso, o capítulo aborda a distinção entre sofrimento e adoecimento, explorando como o primeiro pode ser um catalisador para o crescimento pessoal e coletivo. A discussão sobre a saúde dos professores no contexto pós-pandêmico também é levantada como parte essencial da busca por um sistema educacional mais saudável e equitativo.

2.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS IMPLICAÇÕES DO CAPITALISMO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE

Antes de adentrarmos nas complexas implicações do sistema capitalista no trabalho docente, é imprescindível que estabeleçamos uma sólida compreensão sobre o significado do trabalho e da educação. Nesse sentido, faremos uso das perspectivas teóricas dos importantes pensadores Saviani (2005) e Marx (2013; 2017), cujas análises proporcionam uma visão abrangente e fundamentada.

O trabalho e a educação são conceitos intrinsecamente ligados à existência humana e à construção da sociedade. Através das lentes de Saviani (2005), compreendemos que a educação desempenha um papel essencial no processo de produção e reprodução social, sendo responsável por transmitir conhecimentos, valores culturais e habilidades necessárias para a formação dos indivíduos e a continuidade da sociedade. Nessa perspectiva, a educação não é meramente um instrumento isolado, mas sim um elemento indissociável da própria organização social.

Por outro lado, sob a ótica de Marx (2013; 2017), o trabalho é concebido como a essência da atividade humana, a base da transformação e desenvolvimento da sociedade. Essa

concepção abarca não apenas a produção de bens materiais, mas também o processo de criação e recriação da própria realidade social. Marx (2013) enfatiza que a forma como o trabalho é organizado e apropriado tem implicações cruciais na estruturação da sociedade e nas relações de poder.

Nesse contexto, compreender a relação entre o trabalho e a educação torna-se fundamental para analisar as implicações do sistema capitalista no trabalho docente. A visão de Marx (2013; 2017) sobre o trabalho como uma atividade central na vida humana nos leva a questionar como essa perspectiva influencia a concepção e organização da educação em um sistema marcado pela busca incessante pelo lucro e pela acumulação de capital. Ao mesmo tempo, a abordagem de Saviani (2005) nos convida a refletir sobre como a educação é moldada e utilizada pelo sistema para atender aos interesses e necessidades da classe dominante.

Ao entrelaçarmos as perspectivas dos autores, estabelecemos um caminho sólido para explorar com profundidade as relações entre o trabalho, a educação e o sistema capitalista, bem como compreender como o trabalho docente é afetado pelas dinâmicas desse sistema hegemônico. Ademais, essa análise permitirá que examinemos as implicações dessas conexões para a qualidade do ensino e a saúde dos professores.

Ao considerar as perspectivas de Marx e Saviani, destacaremos a intrínseca conexão entre o trabalho docente e as relações sociais capitalistas, reconhecendo que, embora possua particularidades, a profissão docente compartilha características comuns a outras atividades laborais, como a precarização, a flexibilização, o trabalho temporário e as formas atípicas de emprego.

Desta forma, o objetivo deste construto é realizar uma análise crítica, enfatizando elementos que nos auxiliarão a compreender e reconhecer o cenário das reformas na educação pública e a acentuada privatização ocorrida nas últimas três décadas no Brasil. Desejamos desvelar a precarização não apenas pela questão dos baixos salários ou contratos desprovidos de seguridade social, mas, sobretudo, pelas condições e relações de trabalho que levam à desvalorização e ao desprestígio enfrentado pelos educadores no Brasil, compreendendo que essa discussão é pertinente, pois reconhecemos que esse cenário é uma possível causa para o adoecimento e sofrimento dos professores, resultando em uma crise de saúde e qualidade de vida.

Sendo assim, o panorama educacional brasileiro, desde a década de 90, está sendo marcado por significativas transformações políticas e sociais. O avanço do pensamento neoliberal e a narrativa da globalização sem polarização ganharam força, culminando no

chamado Consenso de Washington. Esse consenso propôs uma série de medidas econômicas, tais como a abertura ao capital estrangeiro, a redução da interferência do Estado na economia, à privatização de empresas estatais e a redução dos gastos públicos (EVANGELISTA et al., 2007). Diante deste panorama, surge uma problemática: de que forma esse movimento interfere na educação e no trabalho docente?

É evidente que essas medidas têm contribuído para a precarização do sistema educacional e das condições de trabalho dos professores. A abertura ao capital estrangeiro e a privatização de empresas estatais têm favorecido a expansão de instituições privadas, muitas vezes em detrimento das escolas públicas, aprofundando as desigualdades no acesso à educação de qualidade. Uma educação que vai além do simples repasse de conhecimentos e habilidades técnicas, onde busca formar indivíduos críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação da sociedade. Nesse sentido, a qualidade da educação está intrinsecamente ligada à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, identificar as contradições e desigualdades existentes, e atuar de forma consciente e engajada na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, conforme Saviani (2005), a busca pelo lucro transforma a educação em uma mercadoria, comprometendo a infraestrutura das escolas e a qualidade do ensino, afetando diretamente os professores, que muitas vezes enfrentam a falta de recursos e condições adequadas para exercerem seu trabalho. Isso leva a uma maior precarização do trabalho docente, com menos regulamentações e proteções trabalhistas, resultando em insegurança e vulnerabilidade para os professores, que enfrentam a sobrecarga de trabalho, baixos salários e falta de perspectivas de carreira.

Essa realidade está diretamente relacionada aos acordos e ajustes traçados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, na década de 1990. A Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, foi um exemplo desse movimento, resultando na assinatura de uma Declaração que tinha como objetivo principal a universalização da Educação Básica. Porém, a influência de organismos de financiamento multilaterais, como o BM, pode ter direcionado as políticas educacionais para uma lógica mercadológica, onde a educação se torna uma mercadoria e os professores enfrentam condições precárias de trabalho, como sobrecarga, baixos salários e falta de perspectivas de carreira. Essa conexão mostra como a busca por interesses econômicos e políticos pode afetar a qualidade da educação e a vida dos profissionais docentes (LIBÂNEO, 2016).

Tais mudanças levaram a novas formas de organização da produção, do trabalho e da

economia, influenciando diretamente o campo educacional (OLIVEIRA, 2004). A reestruturação produtiva reflete a lógica da acumulação flexível do capitalismo. Conforme Antunes (1995), a acumulação flexível é acompanhada por uma intensificação do trabalho, exigindo dos trabalhadores uma disponibilidade constante e flexibilidade para se adaptar às demandas do mercado. O autor também enfatiza que a acumulação flexível promove uma maior polarização social, com o crescimento de uma classe trabalhadora precarizada e uma concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite. Esse cenário contribui para aprofundar as desigualdades sociais e aumentar a exploração dos trabalhadores. Assim, resultando em novas formas de organização do trabalho, incluindo o trabalho docente.

Outro fator que potencializa esse cenário da acumulação flexível é a polivalência na área da educação. Conforme Cruz, (2012, p. 2901 *apud* SILVA, 2022):

A noção do Professor Polivalente seria vista como um profissional que percorre por diversas áreas de conhecimentos. Esse entendimento da Polivalência tem, por vez, exercido certa influência na visão que se faz do Professor dos anos iniciais quando há referência de que ele tem a cumprir múltiplas funções, aproximando-se de uma visão de profissionalismo de competência multifuncional.

A noção do Professor Polivalente, caracterizado por atuar em diversas áreas de conhecimento, frequentemente o coloca na posição de desempenhar múltiplas funções, assemelhando-se a um profissional com competências multifuncionais. No entanto, essa abordagem pode revelar fragilidades, especialmente quando consideramos a complexidade e especialização exigidas em cada disciplina. A sobrecarga de responsabilidades pode comprometer não apenas a qualidade do ensino em determinadas áreas, mas, sobretudo, a saúde do professor. A demanda por desempenhar múltiplas funções pode gerar estresse e exaustão, evidenciando a necessidade de repensar a distribuição de responsabilidades para preservar a saúde desses profissionais (BATISTA 2011, *apud* SILVA, 2022).

Outro elemento que intensifica esse cenário de acumulação flexível é a “uberização”, um fenômeno que se ramifica a partir do Projeto de Lei da terceirização no Brasil, destacado por Pochmann (2016). É possível compreender a uberização como uma tendência do sistema capitalista contemporâneo, que visa à flexibilização das relações de trabalho, redução de custos e intensificação da exploração da força de trabalho. Essa lógica se manifesta na busca por uma força de trabalho desprovida de direitos trabalhistas e garantias sociais, resultando em um cenário de maior precarização do trabalho e competição entre os trabalhadores. A “uberização” é uma tendência que vem ganhando força nos últimos anos, refletindo as transformações no campo educacional em consonância com a lógica do sistema capitalista

contemporâneo. Essa abordagem, inspirada no modelo de negócios da empresa Uber, consiste na contratação de professores por meio de aplicativos ou plataformas digitais, de forma individualizada e temporária, para atender demandas pontuais ou aulas específicas (COSTA, 2021). Essa realidade envolve aulas por demanda, sem garantias de estabilidade ou benefícios. De fato, atualmente esse cenário do uso de aplicativos tem sido mais evidente nas instituições privadas; contudo, a contratação sem garantia de estabilidade é a realidade de muitos professores das escolas públicas, como é o caso do público-alvo desta pesquisa.

Desta forma, os professores enfrentam condições precárias de trabalho, como sobrecarga, baixos salários e falta de perspectivas de carreira. A valorização do trabalho docente é diminuída, pois são tratados como mão de obra descartável em um sistema que busca a flexibilização e a individualização das relações de trabalho. Essas condições adversas acabam afetando a motivação e a saúde dos professores.

Dando continuidade na discussão do cenário de precarização do trabalho do professor, não se pode deixar de destacar as Admissões em Caráter Temporário (ACT) dos professores. A contratação temporária de professores encontra amparo na Constituição Federal de 1988 (inciso IX do art. 37) e na legislação específica estadual.

No entanto, embora respaldadas pela legislação, tais contratações podem ser objeto de debate, visto que também contribuem para a precarização do trabalho docente, afetando a estabilidade e os direitos trabalhistas dos profissionais, além de impactar negativamente a qualidade da educação. Outro fator que intensifica a precarização é a estrutura sindical dos professores, onde em sua maioria, não engloba os docentes contratados, colocando-os em uma situação de considerável instabilidade. Isso se torna especialmente problemático, uma vez que são os professores contratados os que mais necessitam de melhorias nas condições de trabalho (OLIVEIRA, 2021, p. 14).

É importante ressaltar que esse impacto negativo na qualidade da educação é decorrente da conjuntura legal que envolve a contratação desses profissionais. Ainda conforme Oliveira (2021, p. 13):

De acordo com o Censo Escolar 2019 (Brasil, 2020), são mais de 560 mil professores de rede pública em todo o país que vivem com contratos temporários de trabalho. Só nas escolas estaduais, são 276 mil, ou 40% dos professores. A média de temporários nos estados é maior que entre as redes municipais, com 25,5% de seus professores nesse tipo de contrato em 2018.

Outra pesquisa feita no Portal de Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina, registrou no período de junho de 2023 um percentual de 56% de professores Admitidos em

Caráter temporário (ACT). Essas ações podem ser compreendidas como reflexo das políticas educacionais influenciadas pelo sistema capitalista contemporâneo, que prioriza a redução de custos e a flexibilização das relações de trabalho em detrimento da valorização e estabilidade dos profissionais docentes. Essa conjuntura reforça o cenário de precariedade do trabalho no campo da educação, afetando negativamente tanto a qualidade do ensino, quanto a condição laboral dos professores, que se veem submetidos a contratos temporários e condições de trabalho desfavoráveis (COSTA, 2021).

Contudo, essa forma de contratação gera um sentimento de insegurança nos professores, levando-os a preocupações com a possibilidade de desemprego. Muitas vezes, para garantir seu sustento, os docentes se veem obrigados a trabalhar em mais de três escolas, o que resulta em uma sobrecarga excessiva de trabalho. Essa situação de múltiplas jornadas pode comprometer o bem-estar e a saúde emocional dos docentes, levando ao sofrimento e ao adoecimento.

Conforme Martins (2018, p. 134): “está triste realidade aponta, ainda, outro saldo, representado pelo acentuado e crescente sofrimento e/ou adoecimento psíquico dos trabalhadores em geral e dentre eles, confiro um destaque especial à categoria dos (as) professores(as)”.

De acordo com Martins (2018, p. 136-137), sofrimento e adoecimento trazem significados diferentes: “Por isso, considero importante destacar a diferença entre sofrimento e adoecimento. Não tenho dúvidas que todos nós, e não apenas os professores, estamos vivendo tempos de muito sofrimento— o que não é sinônimo de estarmos todos adoecidos!”

A autora destaca a diferença crucial entre sofrimento e adoecimento, sublinhando que embora todos estejam passando por tempos de sofrimento, isso não necessariamente se traduz em adoecimento para todos, inclusive para os professores. Ela enfatiza que reconhecer essa distinção é um ponto positivo, pois indica a capacidade de lidar com o sofrimento de maneira saudável.

No contexto delineado por ela, o sofrimento é considerado uma resposta complexa às condições adversas presentes no ambiente, tais como ameaças, imprevisibilidade e exigências que ultrapassam a capacidade de enfrentamento da pessoa. O sofrimento é, portanto, uma reação a esses fatores e se manifesta como uma tensão gerada nesse processo. Por outro lado, o adoecimento é descrito como o resultado de um tratamento ineficaz das formas de enfrentamento do sofrimento. Se as estratégias empregadas para lidar com o sofrimento não forem eficazes, o resultado pode ser a manutenção do sofrimento, levando eventualmente ao adoecimento, que é um estado mais grave e duradouro de comprometimento da saúde mental

e física (MARTINS, 2018).

Desta forma, a autora Martins (2018), ressalta que a atenção às formas de lidar com o sofrimento é crucial para evitar a progressão para o adoecimento. Ela enfatiza a importância de desenvolver recursos e estratégias adequadas para enfrentar o sofrimento de maneira saudável, ressaltando que esse é um dos maiores desafios enfrentados pela psicologia da educação na atualidade.

Sendo assim, para autora, o sofrimento é compreendido como uma força de empoderamento do indivíduo:

Entendo o sofrimento, então, como uma condição – não estável, não contínua e não idêntica a si mesma, que é inerente à vida humana e que, portanto, não pode ser avaliado de modo binário: como bom ou mau! Contudo, os fenômenos humanos – a vida humana, não é tão simples, de sorte que se o sofrimento “dói” – por isso não é bom, mas de outro lado, ele pode ser um recurso para o enfrentamento das situações desafiadoras e que exigem esforços adicionais – o que é bom! Por isso, penso que não podemos perder de vista que o sofrimento também é uma das determinações históricas que tem conduzido a humanidade na busca por alternativas diante de situações limitativas ou de ameaça – seja concreta ou simbólica, impulsionando inclusive a ciência, a arte, a filosofia etc. Por certo que a vivência do sofrimento é indesejável, mas se assim não fosse não seríamos impelidos à sua superação (MARTINS, 2018, p. 135).

Desta maneira, ao considerar essa perspectiva, somos convidados a enxergar o sofrimento não apenas como uma adversidade, mas também como um catalisador para o crescimento e a evolução pessoal e coletiva.

Dentro desse contexto, introduzimos uma abordagem adicional proposta pelo autor Dejour (1993). Em sua perspectiva, o sofrimento mental é uma resposta complexa e muitas vezes inconsciente às condições do ambiente de trabalho que podem causar angústia, descontentamento e impacto negativo na saúde mental de um indivíduo. Refere-se à experiência emocional e psicológica de desconforto, aflição e perturbação que surge quando as demandas e as circunstâncias laborais são incompatíveis com as necessidades, valores e aspirações do trabalhador. Ele pode ser desencadeado por vários fatores, incluindo a falta de significado nas tarefas, o desalinhamento entre as expectativas pessoais e a realidade do trabalho, a pressão excessiva, a falta de autonomia, a falta de reconhecimento ou recompensa, entre outros. Esses elementos podem contribuir para sentimentos de insatisfação, desesperança, frustração e até mesmo culpa diante das circunstâncias laborais (DEJOURS, 1993).

Para o autor Dejours (1993), um dos impactos mais dolorosos e profundos impostos ao ser humano pelo trabalho é a frustração das suas expectativas iniciais. O universo laboral

frequentemente é apresentado como um universo promissor de felicidade e satisfação pessoal e material, porém, ao se envolver nesse ambiente, o que muitas vezes se experimenta é exatamente o oposto: sentimentos de infelicidade e, em grande parte dos casos, insatisfação pessoal e profissional. Como resultado desse descompasso, emerge o sofrimento humano no âmbito do trabalho.

O autor ainda destaca que o sofrimento mental não se limita apenas a reações emocionais, mas também pode afetar a saúde física e psicológica de uma pessoa. Ele aborda a ideia de que o sofrimento mental pode ser um fator contribuinte para o desenvolvimento de problemas de saúde mental mais sérios e duradouros, como distúrbios psicopatológicos (DEJOURS, 1993).

Desta forma, reconhecer e abordar as fontes de sofrimento mental no ambiente de trabalho docente, a fim de promover uma cultura laboral mais saudável, que valorize o bem-estar emocional e psicológico dos professores é fundamental. Conforme Assunção e Oliveira (2009, p. 366):

Vale ressaltar que o sofrimento no trabalho, associado ao adoecimento em estudos específicos, está sempre ligado a um conflito entre a vontade de bem fazer o seu trabalho, de acordo com as novas regras implícitas da profissão, e a pressão que os leva a certas regras para aumentar a sua produtividade.

As perspectivas apresentadas por Dejours (1993), Assunção e Oliveira (2009) e Martins (2018), lançam luz sobre a complexidade do sofrimento humano no contexto do trabalho e da vida em geral. Isso ressalta a importância de criar ambientes que valorizem a saúde física e mental reconhecendo os desafios do sofrimento e promovendo estratégias que capacitam os professores a enfrentá-los e superá-los de maneira construtiva.

Neste panorama, outro elemento indispensável a ser discutido na problemática do cenário do docente trabalhador, é a questão da (des)valorização dos professores.

Essa valorização depende de uma densa conjuntura de fatores, que englobam condições de trabalho dignas, com ambientes propícios para o exercício de suas funções e recursos suficientes para desenvolver suas atividades pedagógicas, o reconhecimento da cultura e identidade dos professores, sua participação nas decisões educacionais, o comprometimento das instâncias governamentais em cumprir as leis estabelecidas para garantir essa valorização, a promoção de espaços de formação e reflexão e a oferta de salários adequados. Um plano de carreira bem estruturado é essencial, uma vez que busca reconhecer a qualificação e dedicação dos profissionais ao longo de suas carreiras. Dentro desta temática, destacamos a formação dos professores, a qual será discutida com mais detalhes na próxima

seção.

2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE

Iniciamos a discussão com a apresentação do Quadro 4, que oferece um breve histórico dos movimentos ocorridos no contexto educacional a partir da década de 90. As leis mencionadas no quadro serão discutidas mais detalhadamente nas seções posteriores, uma vez que desempenham um papel fundamental na fundamentação teórica deste capítulo.

Quadro 4 – Leis e Ações de Políticas Educacionais

Leis e Ações	Fatos Históricos
1989 – Consenso de Washington (BRITANNICA, 2023)	As políticas neoliberais e a globalização ganharam força, avançando para a construção de uma hegemonia
1990 - Conferência Mundial Educação Para Todos (UNICEF, 1990)	Assinatura de um tratado com o intuito de universalizar a Educação Básica. Porém, a preocupação maior era a qualidade social, pois o que interessava aos organismos multilaterais era a redução da pobreza por meio do acesso à educação
1995 - Fernando Henrique Cardoso	A redução da participação do Estado nas atividades econômicas tornou-se força motriz e ampliou, de forma significativa, a estagnação do financiamento da educação pública no país
Emenda Constitucional nº 14/96 (BRASIL, 1996b)	Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Lei nº 9.424/96
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a)	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997 (BRASIL, 1997)	Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da educação profissional em nível médio
Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001)	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências
Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002)	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena
Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006)	Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa aos participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica
Decreto nº 6091, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a)	Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007b)	Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, União Federal em colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a qualidade da educação básica - FUNDEB
Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 (BRASIL, 2007c)	Modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, autoriza a concessão de bolsas de estudo formação inicial e continuada de professores para a educação básica
Parecer CNE/CP nº 8, de 02 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008)	Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC

Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009 (BRASIL, 2009a)	Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC
Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009b)	Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências
Portaria Normativa nº 9 de 30 de junho de 2009 (BRASIL, 2009c)	Institui o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação
Portaria nº 883 de 16 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009d)	São diretrizes nacionais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo Decreto 6755, de 29/01/2009
Lei nº 7.219, de 24 de julho de 2010 (BRASIL, 2010)	Dispõe sobre Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, e introduz alterações no Decreto 6.577 de 2009 e permite a participação das IES privadas sem fins lucrativos no Parfor
Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (CAPES, 2023)	Visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica
Portaria nº 1.087, de 10 de agosto de 2011 (BRASIL, 2011)	Institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica e suas diretrizes gerais
Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012)	Altera a redação do art. 1º da Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, que estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC
2014 - Plano Nacional de Educação (PNE) - editado pela Lei nº 13.005, de 25 de Junho de (BRASIL, 2014)	Admite-se que o PNE progrida na privatização dos recursos públicos da educação, à medida que viabiliza a entrega ao capital privado de grande parte do aporte previsto de investimentos, além de avançar no aprofundamento da educação à distância, sobretudo no Ensino Superior. Estabelecendo, assim, a hegemonia dos setores privados na educação nacional. Entretanto, o PNE poderia ter se tornado o ponto central ou o foco principal da política educacional brasileira, ou seja, poderia ser uma oportunidade para fortalecer a educação pública e promover medidas que valorizassem e investissem de forma significativa no ensino público
2015 - Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017a)	Aprovada em dezembro de 2017 (BRASIL, 2017a), após inúmeros embates entre segmentos da educação pública - básica e superior, entidades sindicais, associações profissionais, MEC e os articuladores da BNCC, a Base foi homologada pelo então Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Filho, do Democrata (DEM)
Resolução CNE/CP nº 2/2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (Licenciatura) (BRASIL, 2015)	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada
Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017b)	Reforma do Ensino Médio. Sem um diálogo aberto e democrático com setores relacionados à pesquisa e docência em educação, ao menos no setor público <i>Lato sensu</i> . O Governo Federal promoveu mudanças na legislação educacional em vigor, estabelecendo novas configurações formativas para o Ensino Médio
Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019a)	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) ¹
Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020a)	Define as Diretrizes Nacionais orientadoras dos sistemas de ensino para a implementação do disposto na Lei nº 14.040/2020 pelas instituições e redes escolares de Educação Básica e Instituições de Educação Superior, públicas, privadas, comunitárias e confessionais

¹ Resolução CNE/CP nº 2/2019. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49. (2) Alterada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 30 de agosto de 2022.

Emenda Constitucional 108/2020 (Art. 212-A) (BRASIL, 2020b)	Cria o novo Fundeb – Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, onde passou a ser permanente
---	---

Fonte: Elaborado pela autora com informações de Britannica (2023), Capes (2023), Unicef (1990), e Brasil (1996a; 1996b; 1997; 2001; 2002; 2006; 2007a; 2007b; 2007c; 2008; 2009a; 2009b; 2009c; 2009d; 2010; 2011; 2012; 2014; 2017a; 2017b; 2019; 2020).

A formação inicial e continuada de professores desempenha um papel fundamental no contexto do trabalho docente, pois está diretamente relacionada à capacidade e competência dos profissionais para exercerem sua função educacional. Professores bem formados e atualizados são essenciais para proporcionar uma educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

Nos últimos anos, evidencia-se uma forte mobilização de estudos em prol da formação dos professores. Conforme Libâneo (2015, p. 630):

Nas últimas três décadas, houve um aumento significativo nos estudos sobre a formação de professores no Brasil, influenciados por organismos internacionais como a OCDE, UNESCO e o Banco Mundial, em meio a reformas educativas em diversos países. Diferentes concepções de formação docente, como o professor investigador, reflexivo e intelectual crítico, se difundiram, impactando políticas e programas em todo o mundo. Atualmente, diversos aspectos da formação de professores ainda são objeto de pesquisa, como políticas curriculares, formação inicial e continuada, saberes docentes, condições de trabalho e identidade profissional.

E para contribuir com esse cenário de pesquisas, aqui está essa investigação que objetiva analisar as políticas curriculares relacionadas à formação de professores, examinando como essas políticas impactam a qualidade da formação inicial e continuada, os saberes docentes, as condições de trabalho e a construção da identidade profissional dos educadores no contexto brasileiro. Para esse estudo é relevante considerar as legislações que regulam a formação docente e realizar uma análise crítica sobre essas questões.

A Constituição Federal de 1988, no Brasil, estabelece diretrizes fundamentais para o sistema educacional do país. Embora não aborde detalhadamente a formação de professores, ela estabelece princípios e diretrizes que são essenciais para compreender o papel dos professores e a qualidade da educação. Entre esses princípios destacam-se a garantia de igualdade de acesso e permanência na educação, a busca pela qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação, e a promoção da gestão democrática nas instituições de ensino. Esses elementos fundamentais fornecem a base para as políticas educacionais e regulamentos mais específicos que direcionam a formação de professores no

país. Portanto, a Constituição de 1988 estabelece um quadro geral para o sistema educacional brasileiro, enfatizando a importância de uma formação docente de qualidade como parte integral desse sistema (BRASIL, 1988).

Sendo assim, a formação inicial de professores é normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, e pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), expressas nas Resoluções CNE/CP nº 2/2015, CNE/CP nº 2/2019 e Resolução CNE/CP nº 1/2020. Essas normativas têm buscado orientar a formação de professores, visando à qualificação e valorização desses profissionais.

A Resolução CNE/CP nº 2/2015 estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e continuada, valorizando uma formação teórica e interdisciplinar, a integração entre teoria e prática, o trabalho coletivo e interdisciplinar, o compromisso social e a valorização do profissional da educação, a gestão democrática e a avaliação e regulação dos cursos de formação. A docência é entendida como uma ação educativa intencional e metódica, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, construídos através do diálogo entre diferentes visões de mundo (DOURADO; SIQUEIRA, 2022).

Entretanto, em 2019 ocorreu a revogação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, passando entrar em vigor a Resolução CNE/CP nº 2/2019 e posteriormente a implementação da Resolução CNE/CP nº 1/2020. Esse desmonte representou um significativo retrocesso na formação dos professores.

A nova Resolução CNE/CP nº 2/2019 impõe um modelo de centralização curricular e enfatiza a formação por competências, reduzindo a autonomia das universidades na proposição de seus projetos de formação. Além disso, houve uma diminuição da carga horária da formação pedagógica e uma ausência de destaque para a importância da pesquisa e da extensão na formação dos profissionais da educação. Da mesma forma, a Resolução CNE/CP nº 1/2020 se estabelece com foco nas competências e habilidades voltadas às diretrizes da BNCC (DOURADO; SIQUEIRA, 2022).

Essa abordagem evidencia, mais uma vez, os interesses do sistema hegemônico, pautado na negligência à qualidade da educação e, especialmente, ao cenário de trabalho docente. As políticas normativas recentes, como as Resoluções CNE/CP nº 2/2019 e CNE/CP nº 1/2020, demonstram uma tendência centrada em competências, ignorando a complexidade do processo educativo e suas dimensões sociais e históricas. A revogação da Resolução CNE/CP nº 2/2015 e a falta de consideração ao processo de implantação das universidades apontam para uma falta de diálogo e comprometimento com as necessidades reais da formação de professores. Isso resulta em uma formação superficial e fragmentada,

desvalorizando a docência e comprometendo a qualidade da educação oferecida no país.

Outra atuação das políticas educacionais foi a construção da BNCC. O MEC afirma: “A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017a, p. 7). A BNCC foi construída fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, que é a legislação específica para o setor educacional, organizando os diferentes níveis de ensino (BRASIL, 1996a). A LDB estabelece que a Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e determina a necessidade de uma base nacional comum para orientar os currículos e propostas pedagógicas em todo o país.

Assim, à primeira vista, a BNCC, ao focar no “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (BRASIL, 2017a, p. 7) pode parecer uma promissora abordagem para o sucesso educacional. No entanto, surge a indagação sobre a pertinência de uma Base Nacional “Comum” Curricular, que, ao estabelecer um currículo único para todo o país, pode apresentar algumas questões críticas.

Primeiramente, ao padronizar o currículo, a BNCC pode desconsiderar as particularidades regionais, culturais e sociais dos diferentes contextos educacionais, o que poderia limitar a valorização dos saberes locais e a pluralidade de experiências dos alunos.

Para Libâneo (2019) é crucial levar em conta a diversidade dos sujeitos na formação cultural e científica. Cada indivíduo é único e suas características não devem ser vistas como algo excepcional, mas sim como uma realidade concreta da natureza humana e do ambiente educacional. Essa diversidade é o ponto de partida fundamental para proporcionar uma aprendizagem significativa e relevante para cada estudante, respeitando suas singularidades e garantindo que o processo educativo tenha sentido e seja significativo para eles.

Outra questão é que, ao prescrever competências individuais e estratégias metodológicas, a BNCC restringi a autonomia dos professores, impedindo que eles adaptem o ensino de acordo com a realidade e as necessidades específicas de suas turmas. “Os objetivos são estabelecidos na forma de competências desejadas. Está claro que o trabalho do professor já está previsto no currículo, não deixando lugar para a didática e para a autonomia do professor” (LIBÂNEO, 2019, p. 19).

A BNCC tem sido objeto de críticas válidas, principalmente no que diz respeito à sua elaboração sob influência política. É importante questionar quais interesses e visões de mundo estão por trás desse documento normativo que guia a educação no país. Então, se faz a indagativa: será que a BNCC está realmente servindo aos interesses da educação como um

todo e à formação integral dos alunos, ou estaria ela sendo moldada por agendas políticas e interesses particulares? Essa questão nos leva a refletir sobre como a BNCC pode estar influenciando a prática educacional, tanto na forma como os conteúdos são selecionados e apresentados, quanto na maneira como os alunos são avaliados.

Portanto, é fundamental que continuemos a questionar a BNCC e a forma como ela é implementada, buscando uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com a formação integral dos estudantes. Para Krawczyk e Ferretti (2017), a formação integral do estudante deve os capacitar para uma visão abrangente e crítica da sociedade em que estão inseridos, bem como da organização do trabalho que desempenham. Essa formação visa promover uma reflexão sobre a construção de modelos mais humanizados e igualitários na produção e na vida em sociedade.

Neste percurso, ocorreu a aprovação da Reforma do Ensino Médio por meio da Lei nº 13.415/2017. No entanto, é importante ressaltar que a homologação da BNCC para o Ensino Médio ocorreu posteriormente, sendo efetivada em 2018. Desde a Constituição de 1988, a educação é considerada um direito de todos e um dever do Estado, e o Ensino Médio é uma etapa importante da Educação Básica. No entanto, ao longo do tempo, o Ensino Médio enfrentou desafios, como altas taxas de evasão escolar, falta de interesse dos estudantes e defasagem no currículo.

A proposta da reforma é enfrentar alguns desses desafios, propondo mudanças na estrutura curricular, com a “*flexibilização*” da carga horária, nos componentes curriculares e a ênfase em itinerários formativos que permitissem ao estudante escolher entre diferentes áreas de conhecimento. A ideia era tornar o currículo mais atrativo e adequado às demandas dos jovens, permitindo uma formação mais direcionada às suas escolhas e interesses.

No entanto, é importante questionar: quais os reais interesses e impactos dessa *flexibilização* tanto para a formação integral dos estudantes, quanto para o trabalho docente?

Krawczyk e Ferretti (2017, p. 36), exprimem:

O termo *flexibilização* é muito tentador porque remete, na fantasia das pessoas, à autonomia, livre escolha, espaço de criatividade e inovação. Mas *flexibilização* pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social (...) Estamos mais uma vez frente a uma equação economicista para pensar a educação, com análises reducionistas e propostas imediatistas.

Desta forma, mais uma vez se evidencia que a educação está à frente de um retrocesso, tanto no âmbito de formar estudantes, quanto na missão de prepará-los para compreender

amplamente a sociedade em que vivem e a estrutura do trabalho que realizam. O objetivo da educação deve ser proporcionar uma formação significativa, capaz de promover e ampliar os processos psíquicos superiores, bem como desenvolver habilidades de análise e compreensão da realidade. É fundamental que a educação promova o desenvolvimento de processos de pensamento crítico, visando a construção de uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

Outros aspectos preocupantes desse novo cenário estão presentes no artigo 61, inciso IV, que institui o reconhecimento do “notório saber” de profissionais para ministrarem conteúdos nas escolas de Ensino Médio, desde que atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais públicas ou privadas. A Lei nº 13.415/2017, ao reconhecer o notório saber para ministrar conteúdos no Ensino Médio, desvaloriza o trabalho docente e compromete sua identidade profissional. Ser professor vai além do conhecimento da disciplina; requer perspectiva pedagógica e social para ser um educador. A preocupação dessa Lei é abrir espaço para mercantilização educacional (KRAWCZYK; FERRETTI, 2017).

É fundamental defender a valorização da carreira docente, garantindo a qualificação e o aprimoramento contínuo dos professores, para que possam desempenhar um papel fundamental na formação dos estudantes e no desenvolvimento da educação no país.

E dando continuidade neste contexto das ações das políticas educacionais, ocorreu a criação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Conforme Oliveira (2022, p. 715):

A regulamentação da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, e atribui caráter permanente ao fundo que financia todas as etapas e modalidades da Educação Básica pública no país. (...) Com a criação desta lei, estabeleceu-se que 70% dos recursos obtidos no Fundeb devem ser destinados ao pagamento de salários dos/as profissionais da educação.

O novo Fundeb representa um avanço significativo no financiamento da Educação Básica pública no país, ao estabelecer um fundo com caráter permanente e destinado a todas as etapas e modalidades de ensino. No entanto, é fundamental observar que essa conquista resultou de lutas e mobilizações dos trabalhadores da educação ao longo do tempo, buscando melhores condições de trabalho e valorização profissional. Para Amaral et al. (2021, p. 4):

Apesar de ter sido uma vitória da sociedade brasileira, o documento apresenta aspectos que limitam as possibilidades de cumprimento do direito à educação de qualidade para todos, ao prever uma complementação da União ainda insuficiente para que seja implantado um valor Custo-Aluno Qualidade (CAQ), que possa realmente provocar uma verdadeira “revolução” educacional no Brasil. Também a sua implementação, até o ano de 2026, é um prazo muito longo, que impedirá o

pleno cumprimento das metas do PNE (2014–2024).

Sendo assim, é indispensável que a luta por uma educação de qualidade e inclusiva não se limite apenas ao estabelecimento de metas e leis, mas deve também considerar o contexto político, social e econômico em que essas políticas são implementadas. As desigualdades históricas, a distribuição inadequada de recursos e a lentidão na efetivação de mudanças estruturais são desafios que demandam uma constante análise crítica e mobilização coletiva para garantir uma verdadeira "revolução" educacional no Brasil.

Nesse contexto, também é relevante mencionar três programas institucionais, tanto para a formação inicial, quanto para a formação continuada dos professores, como o Parfor (CAPES, 2023) que se trata de um programa do governo federal brasileiro que visa à formação de professores para atuar na Educação Básica, especialmente em áreas e regiões carentes de professores qualificados. O Pibid (BRASIL, 2007d) está voltado a oferta de bolsas de iniciação à docência a estudantes de licenciatura para que eles possam desenvolver atividades práticas nas escolas e a Residência Pedagógica é um programa de formação de professores que busca proporcionar uma experiência mais intensiva de prática docente durante a graduação (CAPES, 2018).

Tais programas visam à integração entre atividades formativas oferecidas por instituições de ensino superior e escolas, mas elas têm passado por turbulências. No caso do Parfor, um dos principais desafios foi a redução de verbas, o que afetou a oferta de cursos e a qualidade da formação de professores. Além disso, houve preocupações quanto à capacidade do programa de preparar adequadamente os professores para atuarem nas escolas. Já o Pibid enfrentou problemas relacionados à redução no número de bolsas disponíveis em alguns momentos, limitando a oportunidade para mais estudantes participarem. Além disso, houve questões sobre a supervisão e acompanhamento das atividades dos bolsistas nas escolas. A alta demanda pelo programa de Residência Pedagógica tem sido um desafio de capacidade de oferta, ao mesmo tempo em que alguns participantes relataram dificuldades na integração entre teoria e prática pedagógica, indicando a necessidade de aprimorar essa articulação.

Essa situação reflete uma preocupação mais ampla: o discurso da má formação inicial do professor tem sido usado para justificar a alocação de fundos públicos em empresas privadas, algumas delas operando em setores não relacionados à educação. Isso culmina no esvaziamento do papel político-educativo da formação docente, retirando dos professores a qualidade formativa necessária para uma atuação crítica (SILVA; SANTOS 2022, p. 6). Sendo assim, a utilização da má formação inicial de professores como justificativa para a

transferência de recursos públicos para empresas privadas, muitas vezes fora do contexto educacional, suscita sérias preocupações. Essa abordagem pode enfraquecer o papel político-educativo da formação de professores ao comprometer a qualidade necessária para uma atuação crítica. Quando a formação docente perde sua perspectiva crítica, os professores podem encontrar dificuldades em desempenhar um papel transformador na educação. Portanto, é imperativo que se preserve a formação de professores no âmbito público, garantindo sua aderência a princípios que promovam uma educação crítica e emancipatória. Ao fazê-lo, pode-se fortalecer a capacidade dos professores de desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade com indivíduos pensantes e atuantes de forma consciente em relação à realidade que os cerca.

Da mesma forma, como evidenciado para a formação inicial, ressalta-se a importância de implementar uma formação continuada também emancipatória, visando garantir uma capacitação de qualidade que permita aos professores uma atuação crítica Cunha (2014, *apud* WAGNER, 2018)

Professores que não têm uma formação sólida e crítica podem se sentir menos preparados para lidar com as demandas da sala de aula, como o gerenciamento de conflitos, o desenvolvimento de estratégias de ensino eficazes e a promoção de uma educação que estimule o pensamento crítico dos estudantes. Essa falta de preparação pode causar estresse, ansiedade e até mesmo Síndrome de Burnout, afetando negativamente a saúde mental e emocional dos professores.

Além disso, quando a formação docente não é centrada em princípios de educação crítica e emancipatória, os professores podem se sentir desmotivados, desengajados e desiludidos com seu trabalho, uma vez que podem perceber que estão apenas transmitindo conteúdo, em vez de promover uma educação que capacite os alunos a compreenderem e questionarem o mundo ao seu redor.

Portanto, a qualidade da formação docente, bem como as condições de trabalho, desempenha um papel crucial no adoecimento dos professores. Garantir que os professores recebam uma formação que os capacite para uma atuação crítica e que ofereçam condições de trabalho adequadas é fundamental para promover a saúde e o bem-estar desses profissionais e, por sua vez, para a qualidade da educação que eles proporcionam aos estudantes.

Para uma compreensão mais aprofundada deste cenário, na próxima seção, vamos nos dedicar exclusivamente à análise do Plano Nacional da Educação (PNE). Investigaremos de maneira mais detalhada como essa política tem influenciado o panorama educacional, especialmente com base nas informações disponibilizadas no Relatório do 4º ciclo de

monitoramento das metas do PNE de 2022.

2.3 PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (2014-2024): METAS 15, 16, 17 E 18

O PNE se trata de um instrumento de planejamento de longo prazo, com vigência de dez anos, que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país. Em 25 de junho de 2014, o PNE, ao ser oficialmente sancionado como Lei nº 13.005, direcionou seus esforços para estabelecer uma nova diretriz educacional para o Brasil (OLIVEIRA, 2015). O plano visa melhorar a qualidade da educação, ampliar o acesso e a equidade, promover a formação de profissionais qualificados, entre outros objetivos. Ele é elaborado com base em ampla consulta à sociedade, considerando as demandas e necessidades educacionais do Brasil.

Considerando essa perspectiva, o PNE de 2014 a 2024 desempenha um papel crucial ao estabelecer metas específicas relacionadas à valorização dos professores. As metas 15, 16, 17 e 18 do PNE abordam diretamente questões relacionadas aos profissionais da educação, como a melhoria da formação inicial e continuada, a valorização da carreira docente e a garantia de melhores condições de trabalho. Oliveira (2015, p. 449) exprime:

(...) Do total de emendas recebidas pelo PL na primeira rodada de tramitação, 380 foram referentes às metas 15, 16, 17 e 18 que dizem respeito diretamente à valorização docente, sendo elas: meta 15: Formação dos Profissionais do Magistério (nível superior); meta 16: Formação dos Profissionais do Magistério em Nível de Pós-Graduação e Formação Continuada; meta 17: Valorização Salarial do Magistério Público; e meta 18: Plano de Carreira para Profissionais do Magistério.

No contexto atual da educação brasileira, em que os professores enfrentam diversos desafios, incluindo condições precárias de trabalho e baixo reconhecimento social, a grande quantidade de emendas recebidas nas metas 15, 16, 17 e 18 do PL demonstra a relevância e a necessidade de valorizar os docentes no sistema educacional. E diante do exposto surge uma questão: Tais metas estabelecidas serão cumpridas dentro do prazo vigente?

Com base nas informações disponibilizadas no Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do PNE de 2022, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é possível extrair conclusões relevantes sobre a evolução do cumprimento das metas estabelecidas para a Educação Básica brasileira até o período vigente. Com base nas informações fornecidas pelos dados, é possível tirar conclusões sobre a evolução da adequação da formação docente na Educação Básica

brasileira durante o período de 2013 a 2021, considerando a Meta 15 do PNE.

Primeiramente, constata-se um aumento no percentual de docentes com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam em todas as etapas de ensino. Os números indicam que, em 2021, esses percentuais foram de 60,70% na Educação Infantil, 71,20% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 58,50% nos anos finais do Ensino Fundamental e 66,60% no Ensino Médio (INEP, 2022).

Apesar desses avanços, é importante observar que os percentuais de adequação da formação docente em 2021 ainda estão distantes da meta estabelecida de 100% para todas as docências na Educação Básica em todo o país. Para atingir essa meta até 2024, é necessário um incremento notável no percentual de adequação da formação docente em cada etapa de ensino. Para isso, as taxas médias anuais de crescimento devem ser as seguintes: Educação Infantil (13,10 pontos percentuais – p.p.), anos iniciais do Ensino Fundamental (9,60 p.p.), anos finais do Ensino Fundamental (13,83 p.p.) e Ensino Médio (11,13 p.p.) (INEP, 2022).

Outro ponto relevante é a presença de desigualdades regionais que variam de acordo com a etapa de ensino analisada em 2021. Na Educação Infantil, nota-se uma dispersão de municípios com percentuais de adequação da formação docente tanto altos quanto baixos, abrangendo praticamente todas as unidades federativas. Vale destacar que a Educação Infantil teve o crescimento mais expressivo durante esse período, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (INEP, 2022).

Os anos iniciais do Ensino Fundamental também apresentaram um crescimento considerável, com um aumento de 17,2 p.p. em âmbito nacional entre 2013 e 2021. Esse aumento foi ainda mais notável em áreas rurais (22,4 p.p.) e na rede municipal (18,9 p.p.). regiões como Norte e Nordeste registraram os maiores aumentos no percentual de adequação da formação docente nessa etapa de ensino, superando os 20 p.p. (INEP, 2022).

No entanto, nos anos finais do Ensino Fundamental, os indicadores de adequação da formação docente sugerem desigualdades regionais mais acentuadas. Os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram percentuais mais elevados de adequação da formação docente, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam percentuais mais baixos, reforçando um padrão previamente identificado (INEP, 2022).

No Ensino Médio, os resultados apontam disparidades regionais na adequação da formação docente à área de conhecimento em que atuam. As regiões Sul e Sudeste exibem os maiores percentuais, enquanto o maior crescimento médio é observado na região Centro-Oeste. Alguns estados, por outro lado, possuem percentuais inferiores a 50%, e as áreas rurais apresentam os menores valores de adequação dos indicadores, particularmente nos anos finais

do Ensino Fundamental, onde a área rural fica consideravelmente atrás da área urbana (INEP, 2022).

Na rede federal, apesar de algumas quedas nos indicadores, foram alcançados os maiores percentuais de adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, atingindo 82,1% (INEP, 2022).

No âmbito estadual, os maiores percentuais de adequação foram registrados na rede estadual (66%), enquanto a rede privada teve os menores percentuais (50,60%), embora tenha apresentado o maior crescimento no período (19,2 p.p.) (INEP, 2022).

Essas conclusões ressaltam a importância de uma abordagem contínua e direcionada para a formação docente na Educação Básica brasileira, visando alcançar as metas estabelecidas pelo PNE. A análise dos dados apresentados oferece uma visão valiosa sobre a evolução da formação docente em pós-graduação e formação continuada na Educação Básica brasileira entre os anos de 2013 e 2021.

Em relação à meta 16 que trata sobre a Formação dos Profissionais do Magistério em Nível de Pós-Graduação e Formação Continuada, emergem as seguintes conclusões que contribuem para uma compreensão mais profunda desse cenário educacional: primeiramente, é notável o incremento no percentual de professores com titulação em nível de pós-graduação. No período observado, esse índice avançou de 30,20% em 2013 para 44,70% em 2021. Mantendo esse ritmo de progresso, é plausível considerar que a meta de atingir 50% estabelecida para 2024 poderá ser concretizada (INEP, 2022).

Entretanto, essa ascensão foi impulsionada primordialmente pela especialização, sendo que, em 2021, 40,7% dos educadores da Educação Básica possuíam essa titulação, enquanto 3,30% haviam alcançado o grau de mestre e 0,8% possuíam doutorado.

Observa-se também uma clara disparidade regional quanto à formação em pós-graduação dos professores. Os percentuais mais elevados estão nas regiões Sul (64%) e Centro-Oeste (53,40%), seguidos por Nordeste (42,2%), Sudeste (39,60%) e Norte (35,60%) (INEP, 2022).

Ao analisar a divisão entre áreas urbanas e rurais, constata-se que, em 2021, mais professores pós-graduados atuavam em escolas nas áreas urbanas (46,10%), em comparação com as áreas rurais (39,60%). Nota-se, contudo, uma tendência à diminuição dessa discrepância ao longo dos anos, de 11,9 pontos percentuais em 2013 para 6,5 pontos percentuais em 2021 (INEP, 2022).

Quanto à dependência administrativa das escolas, as redes públicas se destacaram ao longo do período ao apresentar percentuais de professores com pós-graduação superiores aos

da rede privada. A rede privada permaneceu abaixo da média nacional, com um índice de 27,60% (INEP, 2022).

Diante do exposto até o momento, fica evidente que o Plano Nacional de Educação (PNE), delineado como um instrumento de planejamento de longo prazo com uma vigência de dez anos, busca direcionar os esforços para o aprimoramento da educação no Brasil. Sancionado como Lei nº 13.005 em 25 de junho de 2014, o PNE estabelece metas e estratégias para melhorar a qualidade da educação, ampliar o acesso, promover a equidade e formar profissionais qualificados. Suas metas 15 a 18 concentram-se na valorização dos professores, abordando desde a formação inicial até as condições de trabalho (INEP, 2022).

No contexto educacional atual do Brasil, marcado por desafios enfrentados pelos professores, como condições precárias de trabalho e baixo reconhecimento social, as inúmeras emendas recebidas nas metas 15 a 18 do PNE refletem a urgência de valorizar os docentes no sistema educacional. A relevância dessa valorização é evidente diante do quadro desafiador que os educadores enfrentam (INEP, 2022).

A análise do Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do PNE de 2022, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), fornece uma visão abrangente sobre a evolução do cumprimento das metas estabelecidas para a Educação Básica brasileira até o momento. Com enfoque na Meta 15, que trata da formação dos profissionais do magistério, observa-se um aumento nos percentuais de docentes com formação superior adequada à área de conhecimento em todas as etapas de ensino até 2021 (INEP, 2022).

Apesar desses avanços, é crucial notar que os percentuais de adequação da formação docente em 2021 ainda não atingiram a meta estabelecida de 100% para todas as docências na Educação Básica em todo o país. Para alcançar essa meta até 2024, será necessário um crescimento significativo nos percentuais de adequação em cada etapa de ensino, com taxas médias anuais de crescimento específicas (INEP, 2022).

A análise revela também desigualdades regionais, especialmente na Educação Infantil, onde há uma dispersão de municípios com percentuais de adequação da formação docente variados. O crescimento expressivo nessa etapa, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, destaca a importância de considerar as peculiaridades regionais (INEP, 2022).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, observa-se um crescimento considerável, especialmente em áreas rurais e na rede municipal, com regiões como Norte e Nordeste liderando esses avanços. Contudo, nos anos finais do Ensino Fundamental, as desigualdades regionais são mais acentuadas, com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentando

percentuais mais elevados de adequação da formação docente (INEP, 2022).

No Ensino Médio, as disparidades regionais na adequação da formação docente persistem, com as regiões Sul e Sudeste liderando em percentuais mais altos. A análise por redes, tanto federal quanto estadual e privada, destaca diferentes realidades e desafios (INEP, 2022).

Ao considerar a Meta 16, que trata da formação em nível de pós-graduação e formação continuada, verifica-se um incremento notável no percentual de professores com titulação em pós-graduação. No entanto, a ascensão é impulsionada principalmente pela especialização, evidenciando a necessidade de diversificar as formas de titulação (INEP, 2022).

As discrepâncias regionais persistem na formação em pós-graduação, com as regiões Sul e Centro-Oeste liderando. A análise entre áreas urbanas e rurais revela uma diminuição da discrepância ao longo dos anos (INEP, 2022).

Em relação à dependência administrativa das escolas, as redes públicas se destacam ao apresentar percentuais de professores com pós-graduação superiores aos da rede privada. Essa diferença ressalta a importância de considerar diferentes contextos administrativos na formulação de políticas educacionais (INEP, 2022).

Em síntese, a análise qualitativa dos dados apresentados ressalta a importância de uma abordagem contínua e direcionada para a formação docente na Educação Básica brasileira. O reconhecimento das desigualdades regionais e a diversidade de contextos reforçam a necessidade de estratégias específicas para cada realidade, a fim de alcançar as metas estabelecidas pelo PNE e promover uma educação de qualidade em todo o país (INEP, 2022).

No que tange à formação continuada, verificou-se um aumento no percentual de professores que participaram desses cursos, passando de 30,60% em 2013 para 40% em 2021. No entanto, a meta ambiciosa de atingir 100% dos profissionais da Educação Básica até o término da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) encontra dificuldades, exigindo que cerca de 1.337.876 professores ainda participem dessas formações (INEP, 2022).

Uma análise regional revelou variações significativas, com a região Sul liderando com 61,3% de professores com formação continuada em 2021, seguida pelo Nordeste (43,60%), Centro-Oeste (42,20%) e Norte (39,80%). A região Sudeste apresentou o menor percentual, com 29,3%, havendo uma diminuição de 0,8 pontos percentuais entre 2020 e 2021 (INEP, 2022).

Ao considerar a série histórica, percebe-se que as redes públicas, exceto a rede federal (32,10%), foram as mais eficazes na promoção da formação continuada dos professores, com a rede privada (32,40%) se mantendo abaixo dessa média (INEP, 2022).

É relevante notar que, em quase todas as unidades da Federação, houve um aumento nos percentuais de professores com formação, tanto em nível de pós-graduação, quanto em formação continuada, entre 2013 e 2021. Uma exceção notável foi o Estado de São Paulo, onde o percentual de professores com formação continuada diminuiu em 4,5 pontos percentuais (INEP, 2022).

Essas conclusões oferecem um panorama abrangente e fundamentado sobre a trajetória da formação docente na Educação Básica brasileira nos últimos anos. Esses dados não apenas destacam o progresso alcançado, mas também ressaltam os desafios persistentes que demandam atenção contínua e estratégias eficazes para fortalecer ainda mais o sistema educacional do país. Isso levanta alguns questionamentos importantes.

Primeiramente, é relevante indagar se os professores têm a oportunidade de realizar sua formação no horário de trabalho ou se precisam sacrificar seus horários de lazer e suas famílias para isso. A conciliação entre o trabalho docente e a formação é um aspecto crucial, pois afeta diretamente a qualidade de vida dos professores e sua capacidade de se desenvolver profissionalmente. Políticas que permitam a realização de formação durante o horário de trabalho podem contribuir para um equilíbrio mais saudável entre vida profissional e pessoal.

Além disso, embora os números indiquem um aumento na formação continuada, é fundamental questionar a qualidade dessas formações. A quantidade de oportunidades de formação não é o único indicador relevante. A eficácia e a relevância dos cursos, workshops e atividades formativas oferecidas aos professores são igualmente importantes. É necessário assegurar que essas formações estejam alinhadas com as necessidades reais dos docentes e com as demandas em constante evolução da educação.

Diante dessa realidade, ressalta-se a importância de implementar uma formação continuada emancipatória, visando garantir uma capacitação de qualidade que permita aos professores uma atuação crítica. De acordo com Cunha (2014 *apud* WAGNER, 2018), a formação continuada emancipatória é fundamental para a produção de transformações profundas nas práticas pedagógicas e nos sujeitos que as vivenciam.

Esse tipo de formação possibilita a construção de uma visão crítica do mundo, a promoção da autonomia do sujeito e o desenvolvimento de uma prática docente comprometida com a emancipação social. Além disso, a formação emancipatória proporciona ao professor o reconhecimento de sua posição como sujeito político e social, capacitando-o a intervir ativamente na realidade e contribuir para um ambiente educacional caracterizado por valores de equidade e justiça.

Sendo assim, a formação dos professores deve ser compreendida como um processo

constante, proporcionando aos educadores a compreensão das particularidades de sua profissão. Isso implica em adquirir uma visão clara do processo educativo, atualizar constantemente seus conhecimentos e contribuir com novas perspectivas que se alinhem às mudanças sociais e às exigências educacionais de sua comunidade. Essa abordagem também desempenha um papel fundamental na profissionalização e valorização dos docentes.

É crucial reconhecer que a formação inicial por si só não consegue abarcar todas as complexidades da trajetória como professor, tornando-se necessário um contínuo processo de formação que se estenda ao longo de toda a carreira docente.

Portanto, a formação continuada dos professores é essencial para o constante aprimoramento de suas práticas pedagógicas e para o acompanhamento das transformações na área educacional.

Sobre a meta 17, que está voltada para a Valorização Salarial do Magistério Público, o relatório utilizou o indicador 17A:

– Indicador 17A: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo (INEP, 2022, p. 356).

Visando equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, o relatório demonstrou inicialmente um crescimento notável entre 2012 e 2021, subindo de 65,20% para 82,50%. No entanto, para atingir a meta preconizada, é necessário que esse percentual alcance os 100% até 2024 (INEP, 2022).

Neste ponto, é relevante destacar a remuneração dos professores no Brasil, conforme indicado em uma pesquisa recente divulgada pela Folha de S.Paulo em outubro de 2023, que aponta os melhores e piores salários das profissões com ensino superior. Essa pesquisa revela uma disparidade marcante no reconhecimento financeiro dos educadores. O baixo salário dos professores do Ensino Pré Escolar, conforme IBGE, 2023 (R\$ 2285,00), não apenas evidencia uma questão salarial, mas também suscita preocupações quanto à valorização da profissão e ao impacto direto nas condições de trabalho, afetando, por conseguinte, a saúde dos docentes. Essa situação destaca a urgência de uma revisão nas políticas salariais e no reconhecimento social dos educadores, reconhecendo o papel fundamental que desempenham na formação das futuras gerações (FOLHA DE S. PAULO, 2023).

Desta forma, esse aumento no Indicador 17A ao longo do período em análise é, em

grande parte, atribuível à diminuição do rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais, o que resultou em uma perda real de poder de compra de 16% ao longo dos anos considerados. Por outro lado, o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica apresentou um avanço modesto entre 2012 e 2021, com um aumento real de 6,2%, em contraste com uma inflação acumulada de 64,90% no mesmo período (INEP, 2022).

A análise regional do Indicador 17A revela diferentes situações. As regiões Norte e Nordeste aproximam-se da meta, com indicadores em torno de 95% em 2021. Já nas regiões Centro-Oeste e Sul, a remuneração média dos profissionais do magistério correspondeu a pouco mais de 85% da remuneração dos demais profissionais com formação equivalente. No Sudeste, por sua vez, a remuneração do grupo de interesse equivalia a 77,30% dos demais profissionais. Em todas as regiões, houve avanços no Indicador 17A ao longo do período, sendo o maior avanço registrado na região Nordeste (30,7 p.p.) e o menor no Sul (11,3 p.p.). Esses progressos se devem, principalmente, à significativa retração nos rendimentos dos demais profissionais (INEP, 2022).

Contudo, é importante destacar que, devido às mudanças na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) em 2020 e 2021, especialmente em relação à redução da amostra, as estimativas para esses anos por unidades da Federação devem ser interpretadas com cautela, uma vez que as amostras se tornam ainda menores. Além dos efeitos da pandemia na coleta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os impactos sobre a dinâmica do mercado de trabalho, especialmente nos rendimentos dos profissionais, também são relevantes (INEP, 2022).

No âmbito estadual em 2021, onze estados alcançaram a Meta 17, ou seja, equipararam o rendimento médio dos profissionais do magistério ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Entre 2012 e 2021, os estados que mais frequentemente superaram a marca de 100% foram Mato Grosso do Sul e Amapá, ambos com sete anos nessa condição (INEP, 2022).

Ao longo do período analisado, o Distrito Federal manteve-se com os rendimentos brutos médios mensais dos profissionais do magistério entre os mais altos do país. Em 2021, o rendimento médio dos profissionais do magistério no DF alcançou a estimativa de R\$ 6.785,01. Em contraste, os estados com os menores rendimentos médios mensais em 2021 foram Ceará e Santa Catarina, com valores de R\$ 3.357,42 e R\$ 3.471,91, respectivamente.

Apesar do cenário de aumentos nos indicadores percentuais, um número de nove estados registrou perdas reais na remuneração bruta média dos profissionais do magistério

entre 2012 e 2021. Porém, oito desses estados viram seus indicadores crescerem nesse período, apesar das médias salariais apresentarem perdas reais no poder de compra ao longo do período analisado. Distrito Federal e Espírito Santo lideraram essas quedas na remuneração dos profissionais do magistério, com reduções estimadas em 18,70% e 15,10%, respectivamente (INEP, 2022).

A análise dos dados revela um panorama abrangente sobre as condições das carreiras, remunerações e regulamentações dos profissionais do magistério em todas as unidades da Federação no Brasil: todas as unidades federativas já haviam implementado planos de carreira e remuneração para os profissionais do magistério até o ano de 2018. Além disso, 23 estados estabeleceram legislação que definia o limite máximo de 2/3 da carga horária dos professores para atividades de interação com os educandos (INEP, 2022).

Sendo assim, no que tange ao cumprimento do piso salarial nacional profissional (PSNP), 19 unidades da Federação atenderam a essa exigência no ano-base da pesquisa.

Finalmente em relação à meta 18, foram utilizados para o monitoramento dos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação da Educação Básica Pública nos Estados e Distrito Federal, quatro indicadores:

– Indicador 18A: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais do magistério. – Indicador 18B: Percentual de UFs que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos. – Indicador 18C: Percentual de UFs que atendem ao PSNP. – Indicador 18D: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério (INEP, 2022, p, 378).

Com base nos indicadores, o relatório revela que todas as unidades da Federação possuem um plano de carreira e remuneração para os profissionais do magistério em vigor até o ano de 2018 (Indicador 18A). Além disso, a legislação que estabelece o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária dos profissionais do magistério destinada às atividades de interação com os educandos é uma realidade em 23 estados federativos, o que representa 85,20% das unidades (Indicador 18B) (INEP, 2022).

No que diz respeito ao cumprimento do piso salarial nacional profissional (PSNP) no ano-base da pesquisa, 19 unidades da Federação aderiram a essa norma, equivalendo a 70,40%. É notável que, simultaneamente, 17 entes federativos atenderam aos três indicadores relacionados à Meta 18, todos eles referentes aos docentes, alcançando um total de 63% (Indicador 18C) (INEP, 2022).

O estabelecimento de um Plano de Cargos e Remuneração (PCR) para os profissionais

da educação que não fazem parte do magistério é uma prática em 22 unidades federativas, o que corresponde a 81,5% (Indicador 18D). Analisando as redes estaduais de ensino, constatou-se que 54,90% dos vínculos docentes eram ocupados por cargos de provimento efetivo no ano de 2021 (INEP, 2022).

No âmbito municipal, é notório que 95,7% dos municípios possuem um plano de carreira e remuneração (PCR) para os profissionais do magistério na Educação Básica (Indicador 18E). Paralelamente, a legislação que estabelece o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos está presente em 74,20% dos municípios, totalizando 4.134 (Indicador 18F).

A conformidade com o cumprimento do piso salarial nacional profissional (PSNP) também é considerável nos municípios, com 74,20% deles cumprindo essa exigência. Dentre esses, 57,70% atendem simultaneamente aos três indicadores da Meta 18 relativos aos docentes (Indicador 18G) (INEP, 2022).

É importante ressaltar que a implementação de um PCR para os profissionais da educação que não fazem parte do magistério estava presente em 38,8% dos municípios no ano de 2018 (Indicador 18H). No tocante aos ocupantes de cargos de provimento efetivo nas redes municipais de ensino, constituíam 70,6% dos vínculos docentes em 2021.

Essas informações oferecem uma visão abrangente das condições, regulamentações e estruturas das carreiras dos profissionais do magistério em todas as regiões do país, destacando tanto os aspectos de conformidade, quanto os desafios a serem enfrentados no âmbito da educação. Ainda conforme publicado na Agência Senado (2023, p. 1.):

Instrumento basilar das políticas públicas educacionais brasileiras, o segundo Plano Nacional de Educação (PNE) está a pouco mais de um ano de encerrar sua vigência. O cenário é desolador: a maior parte das 20 metas não foram alcançadas, e mesmo as que foram apontam para uma realidade de estagnação ou retrocesso. Em breve, o governo federal terá de enviar ao Congresso Nacional um novo projeto de lei com o PNE para o próximo decênio — o atual (Lei 13.005, de 2014) finda sua vigência em junho de 2024. A nova proposta terá de repetir boa parte das metas não executadas na primeira e na segunda versões do plano, esta última muito prejudicada por cortes orçamentários e pela pandemia da covid-19 nos últimos três anos.

Sendo assim, o PNE enfrenta mais retrocessos do que avanços, com apenas cinco das 20 metas cumpridas após nove anos de sua implementação.

No cenário da educação brasileira, a importância do novo PNE para o período de 2024 a 2034 é inegável. Como um documento de luta e compromisso com a melhoria do sistema educacional do país, o PNE se revela fundamental na condução de políticas que promovam uma educação inclusiva, de qualidade e voltada para o desenvolvimento integral dos

indivíduos.

É crucial destacar que a conjuntura atual, marcada pelos impactos da pandemia de COVID-19, reforça ainda mais a necessidade de um plano estratégico robusto e adaptável. A crise sanitária evidenciou as desigualdades educacionais existentes e enfatizou a urgência de medidas eficazes para mitigar esses desafios e promover a equidade no acesso à educação. Nesse contexto, o monitoramento contínuo das metas e indicadores do novo PNE assume um papel primordial. Através desse processo de acompanhamento rigoroso, é possível avaliar a implementação das ações propostas, identificar eventuais entraves e redirecionar estratégias de forma ágil e eficiente.

O monitoramento não apenas assegura a efetividade do plano, mas também garante a prestação de contas à sociedade, fortalecendo a transparência e a participação cidadã.

No âmbito do novo Plano Decenal 2024-2034 (PNE), destaca-se a subdivisão em 9 subeixos, visando uma sistematização eficiente das metas e estratégias propostas. Dentre esses subeixos, o III concentra-se na valorização dos profissionais da Educação. Com uma abordagem abrangente, abarcará a análise detalhada de aspectos cruciais como formação, carreira, remuneração, condições de trabalho e saúde dos educadores (CONAE, 2021). A partir desse diagnóstico, serão estabelecidas metas ambiciosas a serem alcançadas ao longo da próxima década, buscando elevar não somente a qualidade do ensino, mas também o reconhecimento e a valorização dos profissionais que atuam nesse campo.

Em síntese, o novo PNE 2024-2034 surge como um farol orientador para a educação brasileira, incorporando as lições aprendidas com as adversidades recentes e traçando um caminho promissor para a construção de um sistema educacional mais justo, equitativo e apto a enfrentar os desafios do futuro.

Contudo, é fundamental destacar que a implementação do Novo PNE requer um acompanhamento constante, considerando a conjuntura política, econômica e social do país ao longo dos dez anos de vigência. As políticas educacionais precisam ser adaptadas e reavaliadas diante dos desafios e mudanças que ocorrem ao longo do período, para garantir a efetividade das metas propostas.

Portanto, ao finalizar essa discussão sobre o novo PNE, é vital enfatizar que a valorização dos profissionais da educação não se limita apenas à sua formação e remuneração, mas também abrange o cuidado com sua saúde física e mental. Ao promover um ambiente de trabalho que priorize o bem-estar dos educadores, o plano reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade, sustentável e verdadeiramente transformadora.

Nesse contexto, surge a indagação sobre como essas políticas educacionais, têm

influenciado na saúde dos professores, uma vez que o ambiente de trabalho docente, marcado por desafios como a falta de recursos, a pressão por resultados e a burocracia, pode levar a estados de exaustão, desgaste e sofrimento mental.

Compreender esse cenário é fundamental, pois nos leva a refletir sobre os interesses e perspectivas subjacentes às políticas educacionais e suas repercussões na qualidade da educação e nas condições de trabalho dos professores e na saúde docente.

No próximo capítulo, aprofundaremos essa temática, buscando compreender as demandas e necessidades dos educadores e objetivando políticas que promovam um ambiente de trabalho saudável e valorizem aqueles que dedicam suas vidas à educação. A reflexão sobre a saúde dos professores é fundamental para o aprimoramento do sistema educacional, visando garantir um futuro mais promissor e equitativo para a educação brasileira.

3 SAÚDE DOCENTE: UMA QUESTÃO DE URGÊNCIA

Neste capítulo, exploraremos a crítica questão da saúde dos professores, uma preocupação de urgência. Nosso objetivo é enfatizar a necessidade de implementar políticas que valorizem esses profissionais da educação, compreendendo a complexa realidade que enfrentam. Especial atenção será dada ao cenário pós-pandêmico, que viu uma intensificação preocupante do adoecimento dos professores. Nosso propósito é fornecer argumentos fundamentais para orientar a formulação e implementação de ações políticas destinadas a cuidar da saúde dos professores e criar condições de trabalho para o pleno exercício de sua profissão.

Este capítulo está estruturado em três subseções, cada uma com objetivos específicos que contribuirão para o entendimento e a abordagem adequada da questão da saúde docente:

A primeira, intitulada “Marco Legal da Saúde dos Professores: Análise das Políticas e Desafios desde a Constituição de 1988” será explorado o panorama legislativo que envolve a saúde dos professores, destacando as políticas vigentes e os desafios enfrentados desde a promulgação da Constituição de 1988. Nosso intuito é realizar uma análise crítica dos obstáculos que os professores encontram em seu cotidiano escolar, ao mesmo tempo em que examinamos os marcos legais que garantem a proteção de sua saúde. Essa análise oferecerá uma base sólida para a implementação eficaz de políticas que assegurem condições de trabalho dignas e adequadas para esses profissionais.

A segunda subseção, “Principais Doenças Prevalentes entre Professores: Contexto e Impacto na Saúde dos Educadores no Ambiente de Trabalho” abordará as principais doenças prevalentes entre os professores, contextualizando-as dentro do ambiente de trabalho educacional. Nosso foco será destacar como essas doenças afetam a saúde física e mental dos educadores e como isso impacta seu desempenho profissional. Com base em pesquisas e dados, buscaremos sensibilizar para a urgência de enfrentar essas questões e desenvolver medidas eficazes de proteção e cuidado.

E a terceira subseção, “Os Impactos da Pandemia do COVID-19 na Saúde Docente: Intensificação de um Cenário Preexistente de Adoecimento” discutirá os impactos da pandemia na saúde dos professores, evidenciando como a crise sanitária intensificou um cenário preexistente de adoecimento desses profissionais.

Apresentaremos pesquisas e dados sobre as consequências do contexto pandêmico na saúde física e mental dos educadores, sensibilizando para a importância de enfrentar essa realidade e buscar medidas efetivas de proteção e cuidado. Alertamos sobre a necessidade do

cumprimento de políticas que priorizem efetivamente a saúde dos professores, considerando os desafios preexistentes e a intensificação do cenário de adoecimento no período pós-pandêmico.

Em suma, este capítulo visa aprofundar a compreensão da questão da saúde docente, fornecer embasamento crítico para políticas eficazes e alertar sobre os desafios urgentes que devem ser enfrentados para garantir condições dignas e saudáveis para os professores em seu ambiente de trabalho.

3.1 MARCO LEGAL DA SAÚDE DOS PROFESSORES: ANÁLISE DAS POLÍTICAS E DESAFIOS DESDE A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A promulgação da Constituição de 1988, muitas vezes reconhecida como a “Constituição Cidadã”, marcou um ponto de virada na trajetória política do Brasil. Além de estabelecer os pilares de um regime democrático e consagrar garantias fundamentais, a Constituição de 1988 introduziu significativas inovações no âmbito da saúde, refletindo um contexto histórico repleto de transformações sociais e políticas (BRASIL, 1988).

O Artigo 196 da Constituição (BRASIL, 1988), que proclama a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, emerge como um dos aspectos mais emblemáticos dessa carta magna. Esse artigo não é apenas uma conquista jurídica, mas uma resposta à demanda crescente por mudanças nas políticas de saúde, impulsionada pela mobilização popular durante o processo de redemocratização do país.

No entanto, a implementação e efetivação desse direito à saúde no contexto dos profissionais da educação, particularmente os professores, nos remetem a uma problemática intrigante. Até que ponto podemos questionar a extensão da aplicação eficaz dessas leis em relação aos professores? Em muitas situações, as práticas de afastamento por motivo de saúde e as exigências burocráticas para obter licenças médicas podem colocar os professores em uma posição vulnerável. Isso suscita questionamentos acerca da aplicação da garantia constitucional à saúde para essa categoria profissional.

Além do Artigo 196, a legislação brasileira também consagrou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) através das Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 (BRASIL, 1990a; 1990b). Essas leis refletem não apenas a intenção de proporcionar uma saúde equitativa para todos os cidadãos, mas também a aspiração de reconstruir o sistema de saúde após décadas de controle estatal autoritário. No entanto, ao abordar a saúde dos professores, surge outra problemática: Como essas leis se concretizam em práticas eficazes e justas para esses

profissionais?

A legislação catarinense ecoa esse compromisso mais amplo com a saúde e segurança dos servidores públicos (Quadro 2). A **Lei nº 14.609/2009** estabelece o **Programa Estadual de Saúde e Segurança do Servidor** (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009), delineando diretrizes para a gestão da saúde ocupacional e segurança dos servidores públicos estaduais. Juntamente com o **Decreto nº 2.386/2022**, que institui o **Manual de Saúde e Segurança do Servidor Público** (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2022), essas legislações fornecem um arcabouço claro para a promoção de práticas de segurança e saúde nas entidades públicas.

As **Normas Regulamentadoras (NR)** do Ministério do Trabalho, estabelecidas pela **Lei nº 6.514/1977**, complementam a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** e detalham procedimentos e normas relacionadas à segurança e medicina do trabalho. Elas têm um impacto direto na promoção de ambientes laborais seguros (BRASIL, 1977).

A **Instrução Normativa nº 8/2019**, por sua vez, define normas para a implementação do **Programa Estadual de Saúde Ocupacional** (BRASIL, 2019b), ampliando o compromisso do estado com a saúde ocupacional dos servidores públicos. Enquanto isso, a **Lei nº 17.389/2017** cria o “**Abril da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**”, dedicando um mês a ações de conscientização e prevenção de acidentes e doenças do trabalho, com impacto direto em professores e outros trabalhadores (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2017).

Quadro 5 – Leis e Normas de Saúde do Servidor em Santa Catarina

Lei/Norma	Objetivo e Conteúdo	Abrangência
Lei nº 14.609/2009	Estabelece o Programa Estadual de Saúde e Segurança do Servidor, com foco na gestão da saúde ocupacional e segurança dos servidores públicos	Servidores Públicos Estaduais
Decreto nº 2.386/2022	Institui o Manual de Saúde e Segurança do Servidor Público, fornecendo diretrizes detalhadas para implementação de práticas de segurança e saúde nas entidades públicas	Servidores Públicos Estaduais
Normas Regulamentadoras	Conjunto de regulamentações do Ministério do Trabalho complementando a Consolidação das Leis do Trabalho, abordando aspectos de segurança e medicina do trabalho	Diversos Setores e Profissões
Instrução Normativa nº 8	Estabelece diretrizes para o Programa Estadual de Saúde Ocupacional nas esferas direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, com enfoque na promoção da saúde ocupacional	Servidores Públicos Estaduais
Lei nº 17.389/2017	Institui o “abril da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora”, dedicando um mês a ações de conscientização e prevenção de acidentes e doenças do trabalho, com impacto direto em	Todos os Trabalhadores, Incluindo Professores

	professores e outros trabalhadores	
Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985	Estabelece a Readaptação Funcional como benefício pericial de saúde para servidores públicos civis do Estado	Servidores públicos civis do Estado
Decreto nº 2.121, de 01 de abril de 2014	Regulamenta a Readaptação Funcional, definindo as condições e procedimentos para sua aplicação	Servidores públicos civis do Estado
Gerência de Perícia Médica (GEPEM)	Responsável pela avaliação dos casos de Readaptação Funcional e pela concessão do benefício	Servidores públicos efetivos do Estado
Situações de Readaptação Funcional	Concessão do benefício quando há redução/modificação da capacidade física ou psíquica do servidor, ou quando fatores agravantes continuados à doença impactam sua função, sem justificar por Licença para Tratamento de Saúde (LTS) ou aposentadoria por invalidez	Servidores efetivos em casos de doença ou fatores agravantes no exercício da função

Fonte: Elaborado pela autora com informações retiradas do Portal de Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (2023) e Portal do Servidor Público de Santa Catarina (2023).

O quadro informativo e uma exploração detalhada de cada lei proporcionam um entendimento completo e claro das diretrizes e compromissos do Estado com a saúde e bem-estar dos servidores públicos. O resultado é uma compreensão abrangente das interações complexas entre a legislação, sua implementação e a promoção do bem-estar dos educadores que moldam o futuro do país.

Essa reflexão nos leva a questionar até que ponto as legislações e os programas de saúde abordam as necessidades reais dos professores. A aplicação prática das leis pode variar amplamente, dependendo de uma série de fatores contextuais. Questões como o acesso a serviços de saúde adequados, a conscientização sobre direitos e a garantia de um ambiente laboral seguro merecem uma análise minuciosa.

Em última análise, a aplicação efetiva dessas leis e programas requer um esforço conjunto de governos, instituições educacionais e sociedade em geral. A legislação fornece o arcabouço necessário para a promoção da saúde do servidor, mas sua concretização depende de medidas práticas e de conscientização. Garantir a saúde e o bem-estar dos professores é uma tarefa crucial para o fortalecimento do sistema educacional e a construção de uma sociedade saudável e progressista.

Nesse contexto, a abordagem integrada das leis de saúde do servidor em Santa Catarina desempenha um papel fundamental em fornecer uma compreensão holística e aprofundada do cenário legal e prático que molda a experiência dos servidores, especialmente os professores. Esta análise crítica não apenas lança luz sobre os desafios enfrentados, mas também destaca as oportunidades para aprimorar a implementação das leis e programas, garantindo assim um ambiente de trabalho mais seguro, saudável e produtivo para todos os profissionais envolvidos na construção do futuro do estado.

Conectando isso ao panorama apresentado anteriormente no Capítulo I, a necessidade de ação se torna ainda mais premente. A compreensão da urgência em abordar o agravamento do adoecimento entre os professores, aliada à estrutura institucional já estabelecida pela **Lei 13.005/2014** (BRASIL, 2014), que aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, e à função crítica da **Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2021)** na avaliação das metas do PNE, reforça a importância de considerar a saúde dos professores como um componente vital para a valorização desses profissionais e, conseqüentemente, o aprimoramento do sistema educacional.

3.2 PRINCIPAIS DOENÇAS PREVALENTES ENTRE PROFESSORES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Neste subcapítulo, adentraremos no cenário de adoecimento que aflige os educadores, como uma extensão natural das questões discutidas no capítulo anterior. E para uma compreensão mais profunda apresentaremos inicialmente os conceitos de saúde, doença, bem-estar e mal-estar docente.

Para Olivar (2010), o conceito de saúde do trabalhador é impregnado de uma trajetória histórica e perspectiva crítica. Assim, abordar a saúde do trabalhador implica considerar dois pilares essenciais: a análise do próprio processo laboral, na linha de pensamento marxista, e o trabalhador, enquanto agente social que interage com esse processo, lutando pelo direito à saúde e por condições de trabalho que não comprometam seu bem-estar.

Julgamos pertinente destacar a definição de saúde mental. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001) deixa evidente, saúde mental é mais do que a mera falta de transtornos mentais, mas um estado de completo bem-estar físico, emocional e social. Ainda conforme a OMS (2001), os conceitos de saúde mental incluem bem-estar subjetivo, autoeficácia percebida, autonomia, competência, dependência intergeracional e reconhecimento da capacidade de realizar o próprio potencial intelectual e emocional. Também foi definido como um estado de bem-estar pelo qual os indivíduos reconhecem suas habilidades e são capazes de lidar com o estresse normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera, e fazer uma contribuição para suas comunidades OMS (2001).

Nesse contexto de precarização das condições de trabalho dos professores, a definição de saúde proposta pela OMS (2001) adquire ainda mais relevância e complexidade. A análise crítica nos instiga a enxergar além da superfície, a compreender que o estado de completo bem-estar físico, emocional e social vai além de uma descrição simplista.

Abordar o tema do bem-estar diante do agravante quadro de precarização enfrentado pelos professores em suas condições de trabalho pode parecer contraditório. No entanto, é relevante conhecer o que a literatura traz para que se possa ter argumentos sólidos para a discussão à qual a pesquisa se alinha.

Sendo assim, o bem-estar está relacionado à essência do estado de felicidade, à satisfação com a vida, à sensação de conforto, segurança e tranquilidade, ou ainda, sendo reconhecido amplamente como o principal elemento para uma vida saudável. Para alguns estudiosos, o bem-estar não se constitui em uma descarga de emoções positivas, mas consiste no pleno desenvolvimento psicológico positivo do ser humano, dando a ele capacidade de desenvolver com eficácia suas potencialidades.

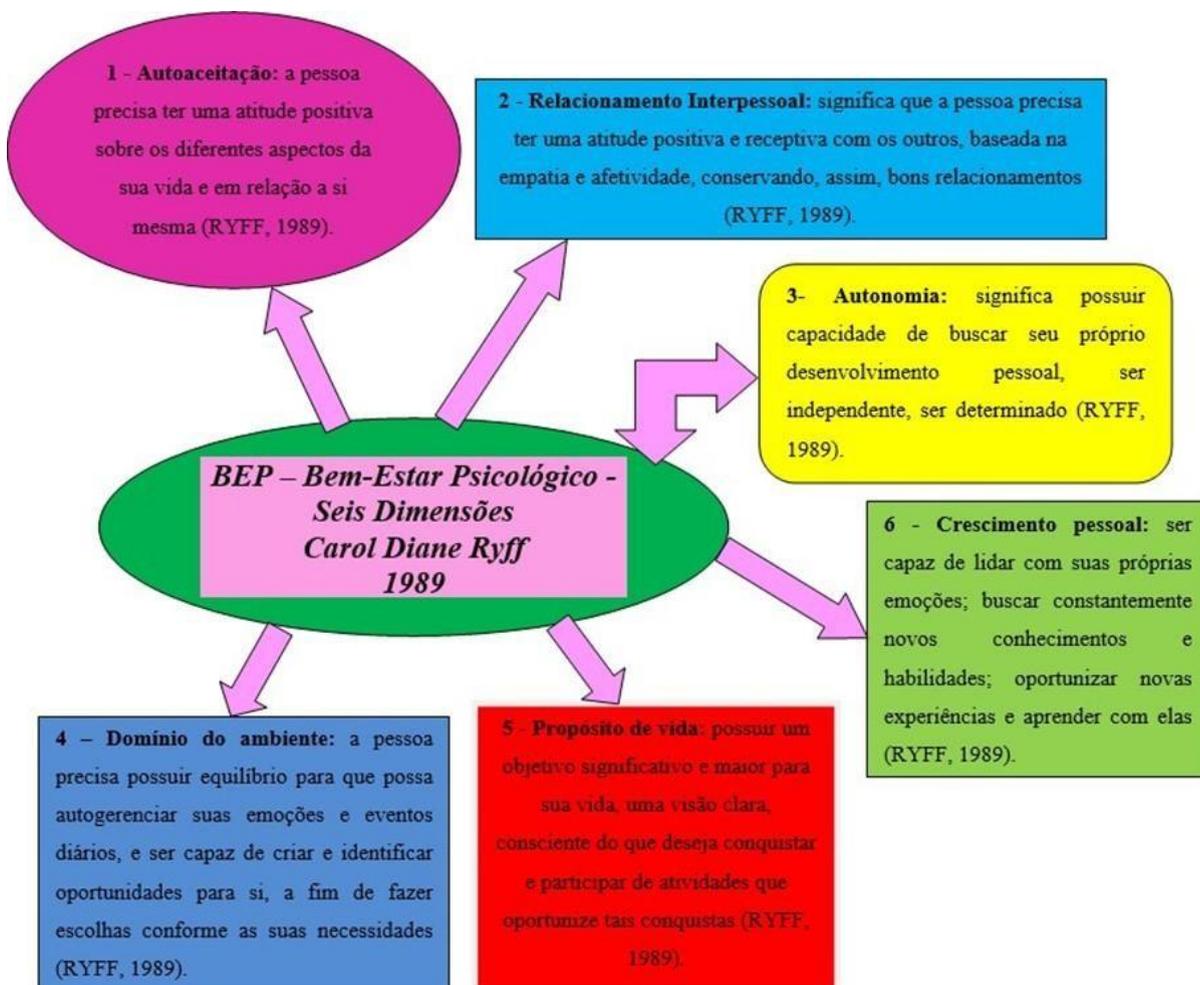
Dessa forma, pesquisadores em vários países estão comprometidos em descobrir o que realmente proporciona o bem-estar, no que efetivamente ele está fundamentado, e de que maneira podemos nos apropriar dele. Em pesquisas recentes na área da psicologia, para investigar esse complexo tema, encontramos três perspectivas distintas: a do bem-estar subjetivo (BES) (DIENER, 1984), a do bem-estar psicológico (BEP) (RYFF, 1989), e a bem-estar do trabalho (BET) (PAZ, 2004). Essa última perspectiva refere-se a uma concepção recente, que de maneira sucinta, é a integralidade das percepções BES e BEP, como veremos a seguir. A compreensão global do bem-estar está alicerçada nas duas colunas principais, a do bem-estar subjetivo (BES) e a do bem-estar psicológico (BEP), denominados consecutivamente de hedônico e eudaimônico. A diferença primordial entre elas consiste em, enquanto a hedonista volta-se ao prazer, satisfação, estado de espírito, moral ou felicidade, a eudaimonista apoia-se no pleno funcionamento das potencialidades de uma pessoa.

Em outras palavras, o BES está relacionado com a avaliação que uma pessoa faz sobre sua própria vida, de forma geral, e sobre ter experimentado mais emoções positivas, e a ausência ou menor experiência de emoções negativas ao longo de sua vivência. O BES é definido como a soma de acontecimentos que englobam respostas emocionais, níveis de satisfação e visões globais de satisfação da vida. Ainda existem três elementos básicos do BES: altos níveis de afeto positivo, baixos níveis de afeto negativo e satisfação da vida (DIENER, 1984).

O BEP, conforme proposto por Ryff (1989), refere-se a um nível pleno de funcionamento psicológico positivo do indivíduo, em que ele possui capacidade suficiente de se autoconhecer e maturidade para atuar nas diferentes áreas da vida. A teoria de Ryff (1989) considera que o BEP está fundamentado em seis dimensões: propósito de vida, crescimento pessoal, relacionamento interpessoal, autonomia, autoaceitação e domínio do ambiente. Esse

construto é baseado na teoria psicológica, agregando conhecimento de áreas como psicologia do desenvolvimento humano, psicologia humanista-existencial e saúde mental (RYFF, 1989). Para Ryff (1989), quando essas dimensões não se desenvolvem de forma satisfatória, o indivíduo pode manifestar insatisfação com a vida (Figura 1).

Figura 1 – Bem-Estar Psicológico na concepção de Ryff (1989)



Fonte: Elaborada pela autora a partir da obra de Ryff (1989).

O conjunto dos seis domínios propostos pela psicóloga Ryff (1989), propõe ao ser humano conquistar melhores condições de saúde, possibilitando que a pessoa evolua para atingir o maior nível de funcionamento psicológico. Isso permite viver com mais qualidade, com maior autonomia e compreensão dos eventos diários da vida (RYFF, 1989). Em suas pesquisas, Ryff (1989) ressalta a interpretação da felicidade como a principal motivação e o motivo central da existência humana. A autora refere-se a uma interpretação incorreta da obra de filósofos clássicos, como os manuscritos de Aristóteles (2006). Para ela, o pensamento aristotélico propõe que o bem-estar provém da eudaimonia, isto é, resulta da conduta do ser

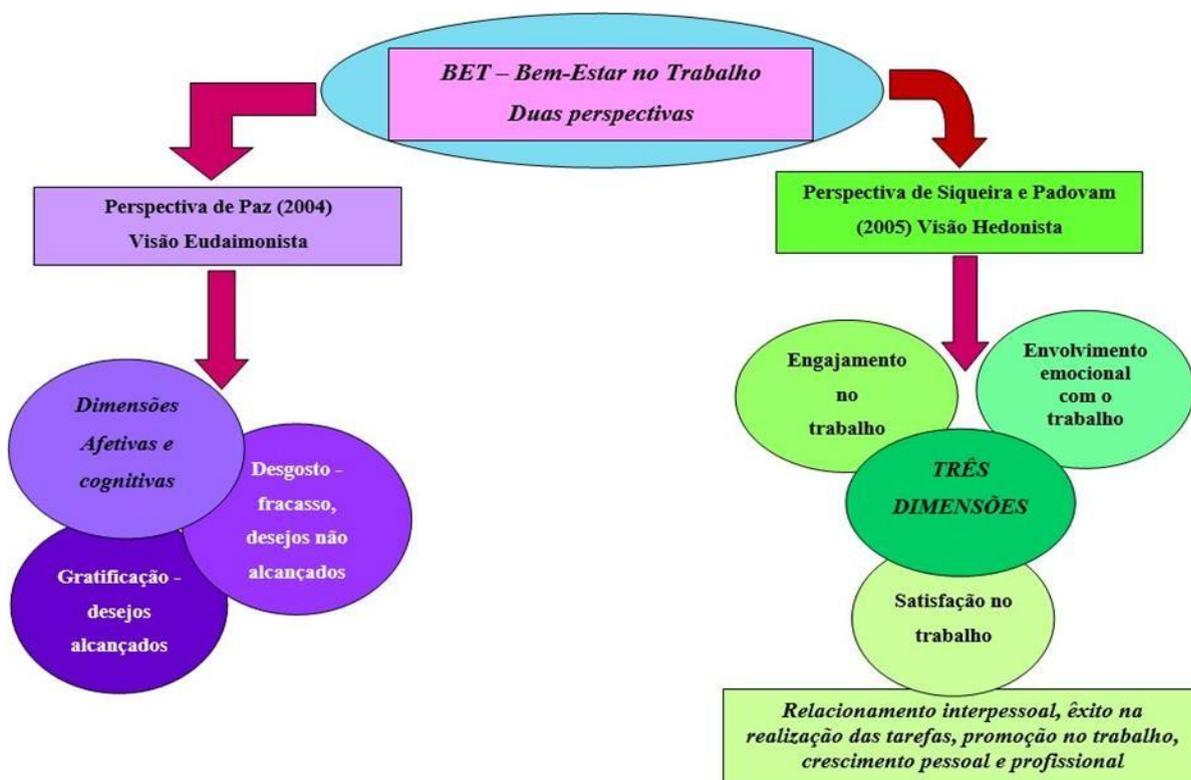
humano em direção ao desenvolvimento das suas potencialidades (RYFF; KEYES, 1995).

Como mencionado anteriormente, também encontramos literatura sobre o bem-estar no trabalho (BET), e reconhecemos que há uma acentuada divergência entre os autores sobre o tema. Porém, todos eles, de certa forma, concordam que os afetos positivos têm um papel fundamental para o bem-estar dos trabalhadores. Portanto, emoções positivas são componentes essenciais para que eles se sintam satisfeitos e felizes no ambiente de trabalho.

No Brasil, alguns autores acreditam que estudar o bem-estar de forma mais específica é um caminho mais curto para encontrar respostas, que é o caso da pesquisa sobre o bem-estar no trabalho (BET). Dentre as ideias desses autores, Paz (2004) fundamenta-se na concepção eudaimônica do bem-estar. Para ela, o BET contempla as dimensões afetivas e cognitivas, evidenciando duas faces opostas: o desgosto e a gratificação. A componente gratificação possui sete domínios: reconhecimento pessoal, suporte ambiental, recursos financeiros, autonomia, expectativa de crescimento, valorização do trabalho e orgulho. O componente desgosto, igualmente, possui sete domínios: não atendimento das exigências organizacionais, não conseguir expressar sua maneira de ser na execução das tarefas, não ter expectativas no crescimento pessoal e profissional, não reconhecimento do trabalho realizado, não possuir 50 condições adequadas de trabalho, sentir-se frustrado por pertencer à organização e indiferença e desvalorização do trabalho.

Logo, percebe-se que gratificação está relacionada com as necessidades e desejos alcançados; e o desgosto, com o fracasso, o não alcance de tais desejos e necessidades. Ainda no Brasil, em contrapartida ao modelo de BET elaborado por Paz (2004), Siqueira e Padovam (2008) ampara-se na ideia hedonista de BES, e sugere um modelo de BET estruturado em três dimensões: envolvimento com o trabalho, comprometimento organizacional afetivo e satisfação no trabalho (Figura 2). Nesse contexto, a satisfação no trabalho está baseada em cinco aspectos: (a) satisfação com a remuneração recebida; (b) relação interpessoal entre colegas e chefia; (c) satisfação do empregado na realização das suas tarefas; (d) satisfação com a promoção; (e) oportunidade de crescimento pessoal e profissional na organização.

Figura 2 – Bem-Estar no Trabalho nas perspectivas de Paz (2004) e Siqueira e Padovam (2008)



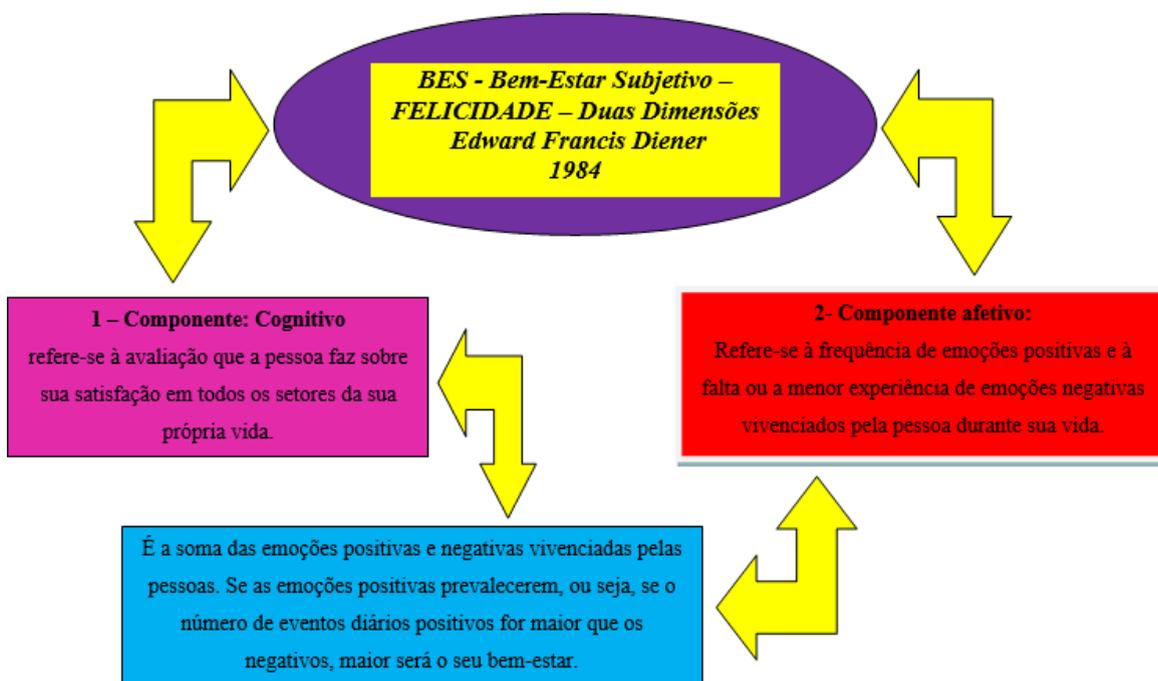
Fonte: Elaborado pela autora a partir da obra de Paz (2004) e Siqueira e Padovam (2008).

Nessa área, a satisfação no trabalho é o aspecto mais estudado. Todas as três perspectivas, BES, BEP e BET, trazem embasamentos relevantes para a nossa pesquisa, considerando que, através delas, encontramos subsídios para reconhecer que a saúde mental/emocional está diretamente conectada com a capacidade do ser humano de usufruir do bem-estar, seja ele um BES ou BEP, mas é imprescindível que os profissionais da educação usufruam do BET. Atualmente, existem inúmeros métodos para mensurar o bem-estar, tanto o BES, BEP e o BET, entre eles, o instrumento mais utilizado é a mensuração feita através do autorrelato, em que as pessoas qualificam a satisfação que possuem com relação à sua vida e descrevem a frequência de emoções afetivas recentes de prazer e desprazer (RYFF, 1989; DIENER; OISHI; LUCAS, 2003) (Figura 3).

A realidade vivenciada pelos educadores, sob essa lente crítica, revela que a busca por esse estado de saúde mental pleno é desafiada pelas múltiplas exigências e adversidades do ambiente escolar. A pressão para atender metas, lidar com turmas numerosas, enfrentar a burocracia administrativa e a falta de recursos muitas vezes excede os limites do que é saudável. A própria definição da OMS, que ressalta a capacidade de lidar com o estresse normal da vida, torna-se um paradoxo quando consideramos o excesso de carga emocional

enfrentado pelos professores.

Figura 3 – Bem-Estar Subjetivo - Diener (1984)



Fonte: Elaborada pela autora a partir da obra de Diener (1984).

O conceito de bem-estar subjetivo ganha uma dimensão crítica quando analisamos como as constantes demandas e a falta de reconhecimento podem afetar a autoestima e a sensação de competência dos educadores. A autonomia, fundamental para a saúde mental, muitas vezes, é cerceada por políticas educacionais centralizadoras e pela precarização das condições de trabalho (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Além disso, essa análise nos convida a questionar como a capacidade de realizar o próprio potencial intelectual e emocional é comprometida quando os educadores estão sobrecarregados, sem o tempo necessário para desenvolver suas habilidades e inovações pedagógicas. A contribuição para as comunidades, outro pilar da definição da OMS, pode ser limitada pela exaustão causada pela intensificação do trabalho e pela falta de suporte institucional (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Portanto, a análise crítica da definição de saúde e bem-estar nos alerta para a necessidade de considerar as condições reais e complexas em que os professores operam. Essa perspectiva reforça a importância de políticas educacionais que não apenas busquem a saúde mental superficialmente, mas que enfrentem as raízes da precarização, proporcionando um ambiente de trabalho que genuinamente promova o bem-estar físico, emocional e social dos educadores.

Dentro desse cenário, emerge o conceito reconhecido como o “mal-estar docente”.

Esse fenômeno social caracteriza-se por elementos que exercem uma influência adversa sobre o desempenho das práticas de ensino, impactando o domínio psicológico e resultando em angústia mental. Esses elementos estão intrinsecamente relacionados à exaustão, desmotivação profissional, falta de recursos apropriados, insuficiente capacitação e a crescente precarização das condições de trabalho. Tais fatores estão associados ao contínuo aumento das demandas profissionais no ambiente escolar, que se caracterizam pela presença de desafios como a violência e a indisciplina, entre outros (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; PACHIEGA; MILIANI, 2020).

Por fim, apresentamos o conceito de doença na perspectiva de Martins (2018). Segundo essa autora, a doença frequentemente surge como uma consequência do manejo inadequado das estratégias para lidar com o sofrimento. Se as abordagens adotadas para enfrentar o desconforto não gerarem os resultados desejados, o desfecho pode resultar na persistência desse sofrimento, eventualmente levando ao surgimento de doenças. Essa condição, que denota um comprometimento mais profundo e duradouro da saúde, abrange tanto a esfera mental quanto a física (MARTINS, 2018).

A intensificação do trabalho docente emerge como um fenômeno multifacetado, impulsionado por diversos fatores que convergem para a precarização das condições laborais. O impacto disso na saúde dos professores é substancial e merece uma análise minuciosa.

A complexidade desse fenômeno pode ser compreendida através da interseção entre a demanda crescente por produtividade e a limitação de recursos adequados. A intensificação do trabalho leva a uma sobrecarga que não só afeta a qualidade do ensino, mas também a saúde física e mental dos educadores. As políticas educacionais, muitas vezes, não refletem a realidade das escolas, impondo exigências adicionais aos docentes sem oferecer o suporte necessário para lidar com tais pressões. A resultante intensificação do trabalho contribui para o adoecimento dos professores, destacando a urgência de intervenções políticas para estabelecer um ambiente laboral digno e saudável (CODO, 1999; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Essa intensificação é manifestada por diversos elementos, tais como a sobrecarga de trabalho, elevado número de alunos por turma, demandas burocráticas, avaliações e metas externas, falta de reconhecimento, além da necessidade de lidar com situações complexas e a pressão para inovação (MARTINS, 2018).

A busca por equilibrar múltiplas funções, muitas vezes, exige que os professores trabalhem até 60 horas semanais e lecionem em diversas escolas para garantir um salário justo. Esse contexto impacta negativamente na qualidade de vida e saúde desses profissionais,

refletindo diretamente nas condições desafiadoras nas quais atuam. Conforme Assunção e Oliveira (2009, p. 363) “tais fatores são indicadores que permitem elaborar hipóteses articuladas às cargas de trabalho mencionadas anteriormente. O professor, extenuado no processo de intensificação do trabalho, teria a sua saúde fragilizada e estaria mais susceptível ao adoecimento”.

O estudo de Assunção e Oliveira (2009) destaca a correlação entre a exaustão resultante da intensificação do trabalho e a fragilização da saúde dos professores, tornando-os mais suscetíveis ao adoecimento. Evidencia-se, assim, que a precarização laboral exerce um profundo impacto no bem-estar desses educadores.

Nesse contexto, é imperativo que a discussão sobre o agravamento do adoecimento dos professores ocupe um lugar central nas deliberações das políticas públicas educacionais. A melhoria das condições de trabalho e a valorização do bem-estar dos educadores não apenas beneficiam individualmente os professores, mas também fortalecem a própria essência da educação, consolidando-a de maneira sustentável e eficaz.

Os professores encontram-se em um ciclo de adoecimento contínuo, inseridos em um cenário de precarização de suas atividades laborais. As exigências inerentes à carreira docente podem resultar em uma série de problemas de saúde, impactando diretamente a qualidade de vida desses profissionais e levando ao desenvolvimento de doenças.

Algumas das principais doenças que afetam os professores incluem Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Professores frequentemente executam atividades repetitivas, como escrever no quadro, carregar livros, sentar-se para trabalhar em computadores ou corrigir provas, o que pode levar ao desenvolvimento dessas condições dolorosas e limitantes, muitas vezes, agravadas pela falta de ergonomia no ambiente de trabalho. Dores nas costas e problemas musculoesqueléticos são frequentemente resultados tangíveis da intensificação do trabalho docente. A sobrecarga de trabalho pode estar relacionada a cargas horárias extensas e demandas excessivas, o que contribui para a má postura e o desenvolvimento de problemas físicos (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009). Ainda conforme os autores: “Ora, trabalhar sob pressão temporal pode desfavorecer o desenvolvimento de estratégias de autoproteção à saúde, como buscar a postura mais confortável, permanecer sentado com o dorso apoiado, evitar abuso vocal” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 355).

Como mencionado pelos autores, outra condição bastante comum está relacionada à saúde vocal. A voz desempenha um papel fundamental para os professores, no entanto, em alguns momentos é necessário elevar o tom para serem ouvidos em salas de aula lotadas. Isso

pode levar a problemas de rouquidão e a questões vocais, como o desenvolvimento de nódulos nas cordas vocais, impactando diretamente a saúde vocal dos educadores. Professores frequentemente buscam ter uma voz “forte” e “firme” para transmitir autoridade e controle sobre a classe. Por outro lado, uma voz “fraca” e “delicada” pode ser interpretada como fragilidade. No entanto, ao tentar ajustar suas vozes para atender a esses padrões desejados, podem desenvolver ajustes musculares inadequados, resultando em fadiga e alterações na qualidade vocal ao longo do dia de trabalho (LUCHESE et al., 2009, p. 677).

Os professores são considerados os profissionais com mais alto risco para o desenvolvimento de distúrbios vocais e apresentam maior prevalência de queixas vocais específicas quando comparados com os outros profissionais. Pelo menos um em cada três professores refere que dar aulas produz efeito vocal adverso e, na amostra dos autores, muitos sujeitos reduziram as suas atividades laborais em razão do problema de voz (ROY et al., 2003 apud ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 361).

Em situações onde o ambiente está permeado por uma cacofonia de ruídos, é uma cena comum observar os professores esforçando-se para elevar o tom de suas vozes acima desse clamor circundante (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 361). Essa circunstância, que não apenas afeta a saúde vocal dos educadores, tem ramificações para a saúde estomacal, como ilustrado pelo refluxo gastroesofágico.

Este último, além de provocar desconforto no estômago, pode manifestar-se através de problemas na voz, criando um ciclo complexo de desafios para os profissionais. Importante notar que o estresse, proveniente das exigências constantes e do ambiente ruidoso, é um componente adicional que conecta esses elementos. O aumento da pressão para comunicar-se em meio ao barulho pode criar tensões não apenas nas cordas vocais, mas também no sistema digestivo, agravando o refluxo. Ao mesmo tempo, o estresse é um fator conhecido por influenciar ambos os problemas, criando uma interdependência intrigante. Portanto, compreender essa teia de relações é crucial para abordar de maneira abrangente a saúde dos educadores, garantindo que suas necessidades sejam tratadas de forma integrada e eficaz (RICCI et al., 2020).

Outro fator preocupante é o estresse, uma realidade comum para os professores, que enfrentam altas demandas emocionais e administrativas diariamente. A Síndrome de Burnout, um estado de esgotamento físico e mental relacionado ao trabalho, é frequentemente observada em educadores. A relação entre a Síndrome de Burnout e as doenças do aparelho circulatório é uma preocupação relevante nesse cenário. O estresse crônico associado ao Burnout pode ter impactos significativos na saúde cardiovascular dos professores. O estresse

prolongado desencadeia reações fisiológicas no corpo que afetam a pressão arterial, a frequência cardíaca e a função dos vasos sanguíneos (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017).

De acordo com Maslach, Schaufeli e Leiter (2001), atualmente, a definição mais aceita sobre a Síndrome de Burnout fundamenta-se na concepção social-psicológica. Essa concepção considera a síndrome como uma reação à tensão emocional crônica causada por lidar excessivamente com pessoas. É um construto formado por três dimensões relacionadas, mas independentes. A primeira delas é a de exaustão emocional, caracterizada pela ausência ou escassez de energia e entusiasmo e sentimento de esgotamento de recursos. O indivíduo não tem mais ânimo, força para realizar suas atividades que antes eram realizadas com facilidade. Outra dimensão é a despersonalização, situação em que o profissional passa a tratar os clientes, colegas e a instituição como objetos. Os trabalhadores podem desenvolver frieza emocional. A terceira dimensão é a baixa realização pessoal no trabalho, definida como tendência do trabalhador a se autoavaliar de forma depreciativa. As pessoas se sentem descontentes, decepcionadas consigo mesmas, ou seja, sentem-se insatisfeitas com seu desenvolvimento profissional. Também experimentam declínio do sentimento de competência e êxito, bem como de sua capacidade de interagir com os outros.

Longas horas de trabalho, pressões administrativas, falta de recursos e os desafios comportamentais dos estudantes são fatores que contribuem para o desenvolvimento dessa condição de saúde. Adicionalmente, a pressão constante para atender às expectativas acadêmicas, lidar com comportamentos desafiadores dos alunos e enfrentar a falta de reconhecimento podem levar a distúrbios de ansiedade e depressão. A natureza isolada da profissão também pode contribuir para sentimentos de solidão, insatisfação, angústia profunda e sentimento de culpa entre os educadores (DEJOURS, 1993).

A exposição constante a situações estressantes e a sensação de sobrecarga emocional podem contribuir para o aumento do risco de hipertensão arterial, insuficiência cardíaca e arritmias, que são doenças do aparelho circulatório. Além disso, a combinação de estresse crônico e Burnout pode agravar ainda mais esses riscos, criando um ciclo prejudicial para a saúde do coração e dos vasos sanguíneos (GOMES, C. M. et al, 2016)

Outro fator muito preocupante é o fato de muitos professores precisarem se afastar de suas atividades laborais, ou seja, a necessidade de passarem por um processo de readaptação funcional. Nesse âmbito, a readaptação não pode ser considerada meramente como uma solução individual para distúrbios clínicos, nos quais a causa do adoecimento é exclusivamente atribuída a fatores biomédicos. Pelo contrário, a readaptação emerge como um processo intrincado e complexo, que não apenas envolve a esfera clínica, mas também

contempla os efeitos do contexto de trabalho e do processo de ruptura enfrentado pelo trabalhador (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013).

A Readaptação Funcional, conforme definida pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 2.121, de 01 de abril de 2014), constitui-se como um benefício pericial de saúde. Este processo não pode ser compreendido unicamente pelo seu aspecto funcional. Ao analisarmos a readaptação funcional à luz da teoria histórico-crítica, não apenas o estado de saúde do professor é revelado, mas também se expõe a interação entre as condições laborais e a saúde do docente (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2023).

A readaptação funcional dos professores frequentemente surge de condições coletivas de trabalho, como sobrecarga de aulas e demandas educacionais intensas. Compreender esse processo requer uma análise profunda das implicações psicossociais do ambiente laboral. A saúde dos professores vai além dos distúrbios clínicos, sendo influenciada por fatores sociais e emocionais presentes em seu contexto. Nesse sentido, é importante não apenas considerar aspectos físicos, mas também a dimensão social subjacente à readaptação. Isso enfatiza que a saúde dos educadores está ligada ao ambiente de trabalho e às políticas educacionais (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013).

É crucial reconhecer que essas doenças não são apenas questões individuais, mas também refletem as características e desafios inerentes ao ambiente de trabalho dos professores. Abordar eficazmente essas questões requer uma abordagem holística, que inclua apoio emocional, melhores condições de trabalho, programas de saúde e bem-estar, e conscientização sobre a importância da saúde mental e física para a qualidade de vida dos educadores. Ao fazermos isso, não apenas cuidamos daqueles que moldam o futuro, mas também fortalecemos o próprio tecido da educação e, por consequência, a sociedade como um todo.

À medida que nos aprofundamos no próximo tópico, “Os Impactos da Pandemia do COVID-19 na Saúde Docente: Intensificação de um Cenário Preexistente de Adoecimento” exploraremos como o contexto atual intensificou ainda mais esses desafios e apresentou novas dimensões para a saúde dos educadores.

3.3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA SAÚDE DOCENTE: INTENSIFICAÇÃO DE UM CENÁRIO PREEXISTENTE DE ADOECIMENTO

Em um cenário educacional marcado por desafios contínuos e condições de trabalho

muitas vezes precárias, a saúde dos professores na Educação Básica emerge como uma preocupação de crescente relevância. Como já abordamos anteriormente, a profissão docente enfrenta uma intersecção complexa entre demandas acadêmicas e emocionais, frequentemente resultando em impactos significativos na saúde física e mental desses profissionais. No entanto, a pandemia do COVID-19 trouxe uma nova dimensão a essa questão já preexistente.

Nosso enfoque agora se volta para uma investigação sobre como as condições de trabalho, somadas ao período pós-pandêmico, agravaram ainda mais os desafios de saúde enfrentados pelos professores. Especificamente, nossa pesquisa se dedica a compreender os efeitos dessa intensificação no âmbito da saúde mental, examinando os educadores que atuam em uma escola de Educação Básica no município de Tubarão/SC.

A palavra “pandemia” consta no dicionário como "doença epidêmica de ampla disseminação" (MICHAELIS, 2023). Foi ao final do ano de 2019 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre os casos de contaminação pelo vírus denominado coronavírus (OPAS, 2022). Conforme as mídias e confirmado pela Organização Mundial de Saúde (ONU, 2022), tratava-se de um vírus com alto índice de mortalidade. As notícias que perpetuavam sobre o assunto causaram a toda população uma situação de incerteza, medos e insegurança, pois estavam ligadas diretamente às questões referentes à sobrevivência, trabalhar e proteger a si mesmo e à família. Diante do fato de, na ocasião, não haver ainda medicamentos e vacinas comprovadamente eficazes para o combate à doença, foi determinado pelas autoridades da saúde e governamentais o isolamento social, de forma a evitar a aglomeração de pessoas e, assim, evitar a disseminação do vírus. Outras medidas também foram deliberadas, como o uso de máscaras, a higienização frequente das mãos com água e sabão e uso de álcool em gel (ONU, 2022).

No Brasil, o primeiro caso da infecção foi confirmado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020, sendo um brasileiro de 62 anos que estava em viagem pela Itália (BRASIL, 2020c).

A partir desse quadro, que foi se intensificando ao longo dos meses, os países, Estados e municípios passaram a discutir quais medidas deveriam ser tomadas referentes ao âmbito educacional. Uma das medidas adotadas pelo Brasil destaca-se pela chamada “Lei da quarentena”, Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020. Sua ementa “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020c, n.p.).

Em meados do mês de março, as escolas foram fechadas temporariamente, adotando nesse período a modalidade do ensino remoto (SHEIKH et al., 2020). Essa determinação

significou um forte agravante para a situação de fragilidade na saúde emocional/mental dos professores.

A rápida transição para o ensino remoto, a falta de preparação para lidar com novas tecnologias e demandas adicionais impactaram negativamente a saúde mental dos educadores.

De acordo com Saviani e Galvão (2021), o ensino remoto foi adotado pelas instituições educacionais como uma alternativa para cumprir o calendário escolar, mas constatou-se que essa abordagem apresentou desafios significativos tanto para os professores quanto para os estudantes. Muitos professores enfrentaram dificuldades relacionadas à falta de acesso, qualificação e habilidades necessárias para utilizar as novas metodologias e ferramentas de ensino utilizadas no ensino remoto. Isso resultou em prejuízos nas práticas de ensino, no processo de aprendizagem dos estudantes e impactou negativamente a saúde física e emocional de ambos os envolvidos. A falta de conectividade também enfrentada por muitos estudantes levou à adoção de materiais impressos como alternativa, o que acentuou ainda mais a defasagem na aprendizagem e demandou esforços adicionais dos professores.

Com a chegada da pandemia, a pressão sobre os educadores intensificou-se, especialmente na Educação Básica. No ano marcado pela crise da COVID-19, o ensino remoto foi implementado, desconsiderando as desigualdades socioeconômicas. Isso acelerou a privatização da educação por meio de plataformas digitais e a precarização do trabalho docente, originando o perfil do “professor de plataforma” (SANTOS; SILVA, 2022).

Por trás disso, se oculta o enfraquecimento das condições de trabalho, agravada pela tecnologia como solução única na crise pandêmica. Plataformas servem para várias funções, expondo excessivamente os professores ao monitoramento e intervenções familiares, frequentemente sem base pedagógica. O imperativo tecnológico reforça o controle, fragmenta o plano pedagógico e mina a autoridade docente, especialmente em tempos de ataques à educação (SANTOS; SILVA, 2022).

A relação entre o avanço tecnológico, as condições de trabalho em deterioração e a falta de autonomia do docente coincide com abordagens críticas da educação, que enfatizam a compreensão mais profunda das estruturas sociais e econômicas que moldam a prática pedagógica. A tendência à submissão às demandas do mercado e ao controle institucional, evidenciada pela crescente dependência da tecnologia, agrava um cenário já vulnerável. Isso coloca os profissionais da educação em um contexto de desafios crescentes para manter sua saúde mental e física, dado o aumento das demandas e a diminuição de sua influência sobre as decisões pedagógicas.

Pesquisas realizadas na China, Brasil, Marrocos e Espanha evidenciaram que um

significativo número de professores apresentou sintomas de ansiedade, depressão e estresse durante esse período da pandemia.

Um estudo realizado na China, logo após o surgimento da pandemia, mostrou que 40% dos participantes foram considerados propensos a problemas psicológicos, e 14% da amostra apresentou sintomas de estresse pós-traumático (LIANG et al., 2020). No Brasil, por meio de um estudo transversal, foram analisadas a frequência de sentimentos de tristeza, nervosismo e alteração de sono entre 45.161 adultos e idosos durante o período de abril e maio de 2020. Constatou-se que 40,4% dos participantes relataram ter sentimento de tristeza; 52,6% apresentaram sintomas de ansiedade; e 48% relataram problemas de sono (BARROS et al., 2020).

Na China, em tempos de pandemia da COVID-19, a saúde mental dos professores foi marcada pela incidência de um aumento considerável de quadros de ansiedade. Tal situação gerou grande preocupação para as autoridades de saúde e profissionais da área, pois, além de ser prejudicial ao bem-estar psicológico dos docentes, estudos anteriores identificaram que o transtorno de ansiedade é um dos fatores que afetam especificamente o comportamento em resposta a surtos virais, como a COVID-19. Por exemplo, algumas pessoas, diante de uma crise de ansiedade, passam a ter atitudes exageradas referentes aos hábitos de higiene pessoal, como lavar as mãos várias vezes ao dia, chegando ao ponto de machucá-las. Outro exemplo é a tendência de fazer constantemente um diagnóstico incorreto sobre sensações e mudanças no corpo, acreditando estar infectado pelo vírus. Essas atitudes somadas levam ao desequilíbrio emocional, gerando insegurança e medo, e reforçando ainda mais os quadros de ansiedade. Estudos também indicaram que quadros de ansiedade aumentam as chances de desenvolver doenças cardiovasculares, risco de câncer e até a morte (ASMUNDSON; TAYLOR, 2020).

Diante disso, a China realizou uma pesquisa com um total de 93.518 professores, abrangendo docentes do Ensino Fundamental, Médio e docentes universitários, no período de 04 de a 12 de fevereiro de 2020. O objetivo da pesquisa era avaliar a prevalência de ansiedade e explorar seus fatores durante a pandemia da COVID-19 nos professores entre várias faixas etárias (18-30; 30-40; 40-50; 50-60; e 60-100). Os resultados foram obtidos através da aplicação de um questionário padrão, contendo perguntas referentes a hábitos da higiene pessoal e fatores emocionais (medo, insegurança e ansiedade). A ansiedade foi avaliada através da ferramenta *Generalized Anxiety Disorder* – Escala de Transtorno de Ansiedade Generalizada (GAD-7), composta por 7 questões, criada por Robert L. Spitzer, Janet B.W. Williams, e Kurt Kroenke. O resultado indicou que a prevalência geral de ansiedade em professores (homens e mulheres) foi de 13,67%, sendo maior em mulheres, com 13,89%, do que em homens com 12,93%, e em

relação às faixas etárias, indicou 14,06% entre 60 e 100 anos, nos homens, e 14,70% entre 50 e 60 anos em mulheres (LIA et al., 2020).

Outra pesquisa realizada no Marrocos, na cidade de Kenitra, evidencia as nocivas consequências na saúde emocional/mental dos professores do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, ocasionadas pela pandemia do COVID-19. A pesquisa foi realizada com 125 professores, durante os meses de abril e maio de 2020, tendo como objetivo avaliar a Síndrome do Burnout entre professores primários em confinamento.

Para o desenvolvimento do estudo no Marrocos, foram utilizados dois questionários, um com questões referentes a dados sociodemográficos, e outro construído com questionamentos relacionados às exigências do ensino a distância durante esse período de confinamento, e os recursos que esses professores possuíam para utilizar.

O questionário era constituído por 15 perguntas relacionadas a quatro categorias distintas: (1) uso e desenvolvimento de competências em novas tecnologias de informação e comunicação, com quatro perguntas; (2) sobrecarga de trabalho, com quatro perguntas; (3) o conflito de papéis entre o ensino a distância e as responsabilidades da família, com quatro perguntas; (4) e apoio social da hierarquia, colegas e família, com três perguntas. O Burnout² foi avaliado pelo *Maslach Burnout Inventory* (MBI3), com 16 perguntas. O estudo revelou alta prevalência de Burnout: 54,40% de todos os participantes mencionaram sintomas de Burnout, sendo o esgotamento mental o principal deles. Logo, os professores primários de Kenitra encontravam-se sem energia e sem ânimo para realizar suas atividades pedagógicas durante o período de confinamento. Toda dificuldade enfrentada provocou sérios prejuízos na saúde mental/emocional desses profissionais. Dessa forma, os autores da investigação concluíram que essa situação requer a implementação imediata de ações voltadas à promoção do bem-estar psicológico dos professores, durante e após o confinamento (AMRI et. al., 2020).

Dando continuidade nesse contexto pandêmico, caminhando agora para o retorno das aulas presenciais, trazemos mais uma pesquisa realizada na Espanha, com uma amostra de

² A Síndrome de Burnout, segundo Codo e Menezes (1999), é caracterizada como um tipo de estresse persistente relacionado a situações de trabalho, originado da contínua e repetitiva pressão emocional derivada do intenso envolvimento com pessoas ao longo de extensos períodos temporais.

³ MBI - Maslach Burnout Inventory é o instrumento mais utilizado para avaliar Burnout, independentemente das características ocupacionais da amostra e de sua origem. Foi elaborado por Christina Maslach e Susan Jackson em 1978. É constituído de três dimensões: exaustão emocional, despersonalização, e realização profissional. O inventário possuía 47 itens que foram aplicados em 605 pessoas de várias áreas profissionais. A regularidade interna das três dimensões do inventário é satisfatória, pois apresenta um alfa de Cronbach que vai desde 0,71 até 0,90, e os coeficientes de teste e reteste vão de 0,60 a 0,80 em períodos de até um mês (MASLACH; JACKSON, 1981).

1.633 professores, 92,50% pertencentes à Educação Básica e 7,50% pertencentes ao setor universitário. Tal pesquisa teve como objetivo verificar o estado psicológico dos professores diante do desafio de retornar ao ensino presencial durante a crise da COVID-19. Para a coleta de dados sociodemográficos, foi utilizado um questionário on-line; e para mensurar o estresse, depressão e ansiedade, utilizou-se a escala DASS-21⁴. Após a análise dos dados coletados, foi identificado que 50,60% dos docentes estavam sofrendo de estresse, dentre eles, 4,50% indicaram um estresse extremamente severo, e 14,10% estresse severo. Aproximadamente 49,50% dos professores manifestaram sofrer de ansiedade, 8,1% relataram sentir transtorno de ansiedade extremamente grave, e 7,60% tinham sintomas graves. Por fim, 32,20% dos professores indicaram sofrer de depressão, sendo 3,20% extremamente grave e 4,30% sintomas graves (OZAMIZ-ETXEBARRIA et al., 2021). Sendo assim, um alto percentual de professores apresentou quadro grave em relação à sintomatologia de ansiedade, depressão e estresse no momento do retorno das aulas presenciais.

Outra pesquisa realizada no Brasil, no período de 2020 a 2021, sobre o tema saúde emocional, apresentou claras evidências da necessidade da problemática. Em 2020, a pesquisa foi realizada com 1.877 respondentes, sendo mais de 1,5 mil professores da Educação Básica, abrangendo as redes públicas municipais, estaduais, federais e redes privadas, e em 2021 foram mais de 4 mil respondentes, dos quais 3.839 eram professores e gestores escolares, espalhados por 24 estados brasileiros e o Distrito Federal, apenas sem representatividade de Rondônia e Roraima. O resultado da pesquisa evidenciou um significativo e preocupante número de professores com ansiedade, estresse, depressão e sentimento de solidão. Diante disso aparece um grande sinal de alerta: 73% dos educadores afirmaram que não têm suporte para cuidar da própria saúde mental. Os motivos são falta de condições financeiras (32%), não ter tempo disponível (18%) e não acreditar que é importante para si (13%) (BIMBATI, 2020).

Ainda, em uma outra pesquisa realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE, 2020)¹, com o tema “Saúde do Trabalhador”, também nos períodos de 2020 e 2021, tendo como objetivo a

⁴ A *Depression, Anxiety and Stress Scale - Short Form* (DASS-21) foi criada por Lovibond e Lovibond (1995) com o intuito de mensurar e diferenciar, da melhor maneira possível, os sintomas de ansiedade e depressão. A escala é embasada no modelo tripartido, em que os sintomas de ansiedade e depressão se associam em três estruturas básicas. A primeira (a) engloba o afeto negativo, como humor deprimido, insônia, desconforto e irritabilidade, que não são específicos e estão incluídos tanto na depressão como na ansiedade; a segunda (b) indica fatores que constituem estruturas que representam sintomas específicos para depressão (anedonia, ausência de afeto positivo); e a terceira estrutura (c) vsintomas específicos de ansiedade (tensão somática e hiperatividade) (WATSON et al., 1995). Inicialmente, a DASS foi desenvolvida e avaliada para população adulta, consistindo em 42 itens que retratam sintomas emocionais negativos (PATIAS et al., 2016).

realização de um diagnóstico de como estava a saúde dos professores e demais profissionais da educação, reafirma-se a urgente necessidade de investimentos na infraestrutura e na valorização dos docentes a fim de garantir a saúde no local de trabalho. A pesquisa foi realizada de forma online através da plataforma Google Forms, apresentando 47 questões divididas em quatro blocos: questões gerais para identificação do perfil dos pesquisados; questões relativas às condições de trabalho no contexto da pandemia da COVID-19, tanto dos professores quanto dos estudantes; opinião dos profissionais da educação sobre o sistema de educação durante a pandemia e questões relacionadas à saúde dos trabalhadores(as) da educação, especialmente relacionadas ao exercício da profissão. Nesse último bloco, foi realizada pergunta abordando “Emoções sentidas em relação ao trabalho nesse momento de pandemia” (SINTE, 2020, p. 18). Das 1.357 respostas, destaca-se que aproximadamente 65% dos respondentes indicaram sofrer de pressão psicológica por produtividade, ansiedade e insegurança psicológica; outros 54,50%, de esgotamento mental (Síndrome de Burnout); e 44% apresentaram medo de errar. Sendo assim:

[...] é possível perceber, partindo da autopercepção dos professores, que aspectos relativos à saúde mental são muitíssimo frequentes e atingem o esgotamento mental, a solidão e, de modo geral, a insegurança como aspectos que agora fazem parte da vida dessa categoria profissional de forma majoritária. Essa pergunta aponta para a necessidade de um olhar especial para a categoria, pois é sabido que o trabalho docente exige empenho, equilíbrio e tranquilidade. Caso essa condição não seja abordada adequadamente corre-se o risco de agravamento do quadro de saúde individual, comprometimento na qualidade do trabalho desenvolvido e danos irreparáveis a toda a sociedade (SINTE, 2020, p. 18).

As pesquisas apresentadas são um alerta urgente para a necessidade de atenção e cuidado com a saúde dos professores, especialmente durante momentos de crise como a pandemia do COVID-19. A autopercepção dos professores revela que aspectos relacionados à saúde mental, como esgotamento mental, solidão e insegurança, são extremamente comuns entre esses profissionais.

4 CONTRIBUIÇÕES E DESDOBRAMENTOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica de estudo de caso qualitativo para explorar as complexas interseções entre as condições de trabalho e o adoecimento docente. O foco principal deste capítulo foi investigar as influências das condições de trabalho na saúde dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual em Tubarão, Santa Catarina.

Fundamentado na exploração detalhada desse caso específico, o estudo permitiu uma análise das experiências vivenciadas pelos participantes. A abordagem qualitativa, combinada com a triangulação na análise e interpretação dos resultados, buscou proporcionar uma compreensão holística das questões que afetam os educadores e a qualidade da educação.

A condução imparcial do estudo de caso seguiu princípios éticos e científicos. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, distribuído a 37 professores por meio do Google Forms, selecionados conforme o recorte definido. A análise qualitativa dos dados, seguindo a metodologia proposta por Bardin (2020), identificou categorias temáticas que abordaram diferentes aspectos das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos professores.

A partir da análise das respostas do questionário, este capítulo apresentará e analisará os resultados obtidos, oferecendo uma visão valiosa sobre a percepção dos professores em relação às suas condições de trabalho e a influência dessas condições em sua saúde, contextualizados no ambiente educacional.

A abordagem de análise dos resultados foi conduzida seguindo a metodologia de análise de conteúdo, preconizada por Bardin (2020). Essa abordagem auxiliou na identificação de padrões, categorias e significados nos dados textuais, como as respostas dos questionários.

A metodologia de Bardin envolveu várias etapas: primeiramente, os dados foram organizados e critérios de codificação foram estabelecidos. Em seguida, os dados foram examinados minuciosamente, identificando trechos relevantes. Posteriormente, os dados foram organizados e categorizados sistematicamente, criando um sistema de codificação. Por fim, os resultados foram interpretados à luz dos objetivos da pesquisa e da base teórica.

Além disso, realizou-se uma estratégia de triangulação, combinando os resultados do questionário (dados empíricos) com a base teórica da pesquisa. Isso enriqueceu a análise, proporcionando uma compreensão mais ampla do tema em estudo e as discussões acadêmicas que cercam as questões pertinentes ao trabalho docente, à precarização laboral, às políticas

educacionais e aos desafios enfrentados pelos professores na contemporaneidade. A interligação desses três elementos proporciona uma compreensão mais aprofundada dos achados, conectando-os a um contexto mais amplo e contribuindo para a reflexão sobre as implicações dos resultados.

O capítulo está organizado com as seguintes seções: 4.1) Características Gerais dos Professores – Trabalho Docente e Suas Implicações; 4.2) Saúde dos Professores na Educação Básica e 4.3) Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente e Estratégias para Melhoria das Condições de Trabalho e na Educação.

Vamos iniciar a análise com a primeira categoria, 4.1 “Características Gerais dos Professores”, e suas seis subcategorias: Gênero (A), Faixa Etária (B), Escolaridade (C), Experiência Profissional (D), Formação/Licenciatura (E) e Nível de Área Atuante (F), Professores (P).

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROFESSORES – TRABALHO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES

Organizamos as informações das questões do questionário referente as características dos professores respondentes, no Quadro 6.

Quadro 6 – Características Gerais dos Professores

Subcategorias	Feminino (A)	Masculino (A)	Total
Faixa Etária (B)			
Até 29 anos	1	2	3
De 30 a 44 anos	14	3	17
De 45 a 59 anos	2	13	15
Mais de 60 anos	1	1	2
Escolaridade (C)			
Graduação incompleta	1	1	2
Graduação completa	4	1	5
Pós-graduação incompleta	1	1	2
Pós-graduação completa	12	13	25
Mestrado e/ou Doutorado	1	2	3
Experiência Profissional (D)			
Até 5 anos	4	2	6
De 6 a 10 anos	0	8	8
De 11 a 15 anos	4	2	6
De 16 a 20 anos	6	1	7
Mais de 20 anos	8	2	10
Formação/Licenciatura (E)			
Pedagogia	6	0	6

Química	1	1	2
Matemática	1	2	3
Português	3	0	3
Geografia	2	2	4
Arte	2	0	2
Biologia	1	1	2
Inglês	1	1	2
Física	0	3	3
Sociologia	0	2	2
Filosofia	0	3	3
História	0	1	1
Nível de Ensino Atual (F)			
Ensino Fundamental dos Anos Iniciais	3	0	3
Ensino Médio	11	19	30
Readaptados	3	1	4

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Este grupo de 37 participantes contribuiu significativamente com suas perspectivas e experiências, formando uma base valiosa para a presente pesquisa. Ao examinar a distribuição etária desses educadores, evidenciou-se uma diversidade de gerações. A faixa etária predominante está entre 30 e 44 anos, representando 45,90% dos professores. Docentes com idades entre 45 e 59 anos correspondem a 40,50%, enquanto aqueles com menos de 29 anos perfazem 8,10%. Essa mistura geracional oferece uma visão multifacetada das abordagens adotadas para enfrentar os desafios das condições de trabalho e do ambiente educacional em constante evolução.

A análise da escolaridade dos participantes revela o compromisso com a formação contínua. Impressionantes 67,60% possuem pós-graduação completa, indicando engajamento na expansão de conhecimentos e no aprimoramento pedagógico. Além disso, 8,10% detêm graus avançados, como mestrado e/ou doutorado, trazendo uma visão crítica embasada nas complexas interações entre políticas educacionais, práticas pedagógicas e sociedade em geral.

Diante dessa constatação, surge a indagação: *os professores buscam a formação continuada em nível stricto sensu com o intuito de ampliar seus conhecimentos e aprimorar suas práticas pedagógicas, ou seria a motivação predominantemente vinculada ao aumento salarial, considerando a conhecida realidade de baixos rendimentos na categoria docente?*

A experiência profissional também é variada. Um quarto dos participantes acumula mais de 20 anos de atuação na Educação Básica, trazendo consigo uma perspectiva enraizada na evolução histórica das práticas educacionais. Por outro lado, a parcela considerável de 16,20% dos professores com até 5 anos nos faz questionar se a profissão docente, diante de

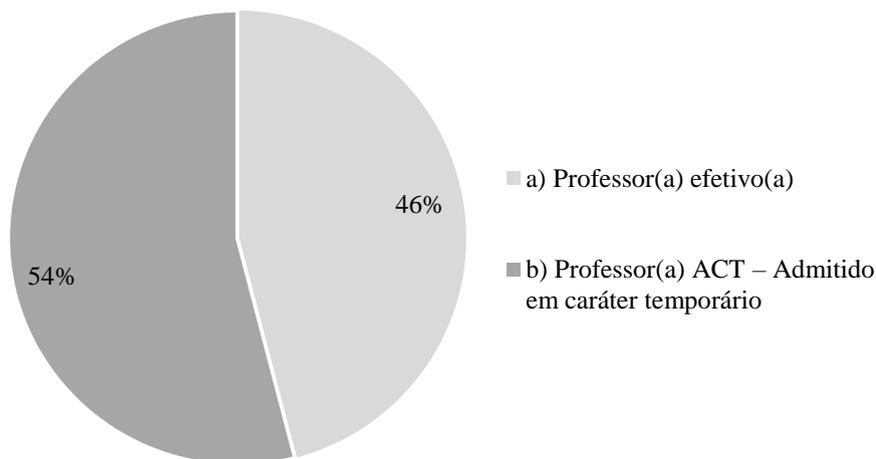
tantos desafios, tem se mostrado atraente aos jovens (NUNES; OLIVEIRA, 2017).

Por outro lado, os professores mais jovens, inseridos em um contexto educacional em constante transformação, podem enfrentar desafios únicos relacionados às demandas contemporâneas. A perspectiva histórico-crítica ajuda a contextualizar essas mudanças, destacando como as transformações nas políticas educacionais, avanços tecnológicos e evolução das expectativas sociais podem influenciar diretamente as condições de trabalho e, por conseguinte, a saúde mental e física dos professores (BARRETO, 2010).

Outros fatores essenciais para essa discussão são as análises dos professores sobre o Vínculo de Trabalho dos Professores; Carga de Trabalho dos Professores; Trabalho em Múltiplas Escolas; Acumulação Flexível; Formação Docente; Baixos Salários; Falta de um Plano de Carreira Adequado; Falta de Autonomia; Carência de Políticas Públicas voltadas para a valorização dos professores; Problemas de Indisciplina Entre os Alunos; Falta de Envolvimento das Famílias na Vida Escolar dos Estudantes; Intensificação das Responsabilidades Profissionais; Excessiva Burocracia e Infraestrutura.

As respostas evidenciaram uma distribuição significativa entre professores admitidos em caráter temporário (ACT) e efetivos, com uma proporção de 54% e 46%, respectivamente (Figura 4).

Figura 4 – Vínculo de trabalho dos professores. Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Essa distribuição reflete um cenário complexo no qual os professores enfrentam diferentes níveis de estabilidade no emprego. Conforme discutido por Assunção e Oliveira (2009), a terceirização e a contratação temporária são características da lógica de flexibilização do trabalho. Isso se alinha ao contexto atual, em que a acumulação flexível do capitalismo exige maior adaptação às demandas do mercado e resultam em polarização social, aumento da precarização e concentração de riqueza nas mãos de uma elite (ANTUNES, 1995).

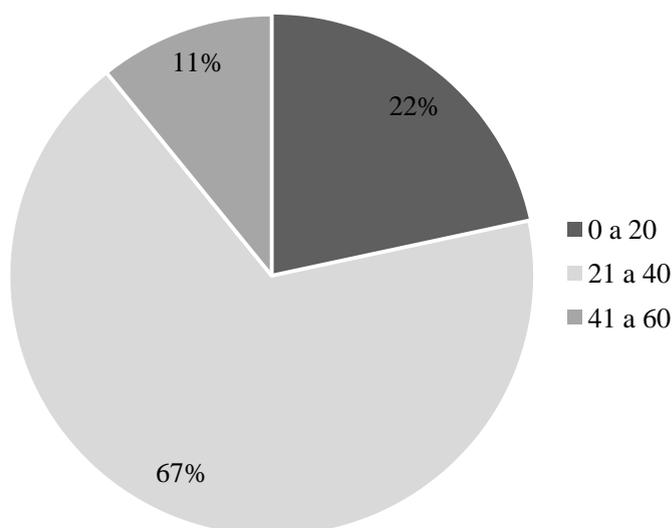
As altas proporções de professores temporários sugerem que muitos estão inseridos em uma situação de insegurança no emprego, fato corroborado por Oliveira (2021), que relata o alto número de professores vivendo com contratos temporários em todo o país. A tendência de contratações temporárias também pode ser associada às políticas educacionais influenciadas pelo sistema capitalista contemporâneo, que valoriza a redução de custos e a flexibilização das relações de trabalho em detrimento da estabilidade dos profissionais docentes (COSTA, 2021).

Essa realidade traz consequências diretas para a saúde dos professores. A incerteza quanto à continuidade do emprego, juntamente com a necessidade de trabalhar em múltiplas escolas para garantir o sustento, pode resultar em sobrecarga excessiva de trabalho e estresse emocional, prejudicando o bem-estar e a saúde desses profissionais. A falta de perspectivas de carreira e a desvalorização do trabalho docente contribuem para um ambiente laboral

desafiador e impactante.

Esse cenário se confirma com os resultados obtidos na pesquisa, onde os professores revelaram uma realidade de sobrecarga de trabalho, com uma parcela considerável enfrentando elevadas cargas horárias. Evidencia-se que 11% desses trabalham de 0 a 20 aulas semanais, 67% de 21 a 40 aulas semanais e 22% de 41 a 60 aulas semanais (Figura 5).

Figura 5 – Quantitativo de aulas lecionadas semanalmente pelos professores



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Esse cenário está em sintonia com a discussão sobre a intensificação do trabalho docente, conforme apontado por Krawczyk e Ferretti (2017). A acumulação flexível requerida pelas demandas contemporâneas, mencionada por Antunes (1995), exige disponibilidade constante por parte dos professores, o que pode impactar negativamente sua saúde diante da sobrecarga de aulas.

Dando continuidade neste agravamento das condições de trabalho dos professores os dados revelam que a prática de atuar em múltiplas escolas é menos comum entre os professores desta unidade escolar. Notavelmente, 70% dos respondentes trabalham em uma escola, enquanto 19% estão vinculados a duas instituições educacionais e 11% enfrentam a demanda ainda mais desafiadora de lecionar em três ou mais escolas.

Essa distribuição de professores entre várias instituições reflete a precarização do trabalho docente e a busca por estabilidade financeira por meio da diversificação das fontes de renda. Essa situação visualizada corrobora as análises de Libâneo (2019), que aponta a

sobrecarga de tarefas e responsabilidades como fatores que afetam negativamente a saúde emocional dos professores. Da mesma forma, de acordo com Assunção e Oliveira (2009), a necessidade de os professores trabalharem em várias escolas para garantir o sustento afeta negativamente sua qualidade de vida e saúde. Isso resulta em uma carga de trabalho intensa, que enfraquece a saúde e aumenta a suscetibilidade a doenças. A precarização do trabalho tem um profundo impacto no bem-estar desses educadores, afetando tanto a saúde física quanto emocionalmente.

Diante do exposto, torna-se evidente que as condições de trabalho docente estão marcadas por um cenário de intensa precarização. Isso resulta de diversos fatores, tais como baixos salários, a falta de um plano de carreira adequado, a falta de autonomia, a carência de políticas públicas voltadas para a valorização dos professores, problemas de indisciplina entre os alunos, a falta de envolvimento das famílias na vida escolar dos estudantes, a intensificação das responsabilidades profissionais, a excessiva burocracia, a acumulação flexível, a “uberização”, entre outros (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Para a discussão desse cenário com os professores, eles foram convidados a apontar o quanto esses fatores influenciam e afetam sua saúde. A relação entre as adversas condições de trabalho dos professores e sua percepção sobre o impacto negativo na saúde é fortemente respaldada pelos resultados da pesquisa.

A análise das respostas revela um quadro significativo de insatisfação e preocupação entre os professores em relação às condições de trabalho e seus efeitos na saúde. Notavelmente, os baixos salários têm um impacto negativo na saúde de 87% dos respondentes (49% muito negativamente e 38% negativamente). A ausência de um plano de carreira adequado é considerada extremamente prejudicial por 46% e negativamente por 38% dos docentes. A falta de autonomia nas decisões pedagógicas afeta significativamente a saúde de 43%, afeta um pouco 38% e 19% não veem impacto.

Ao considerar a pergunta sobre a precarização das condições de trabalho atuais para sua saúde em uma escala de 1 a 5, (1- muito favorável; 5 muito desfavorável) é interessante observar que a resposta “3” pode representar uma percepção média dos participantes. Esta resposta pode sugerir que os professores estão conscientes dos desafios presentes em suas condições de trabalho, indicando que existem fatores que têm impacto negativo em sua saúde, mas também pode indicar que há aspectos que ainda são considerados suportáveis ou que a situação não é extremamente adversa. No entanto, é crucial considerar que mesmo uma pontuação média como essa ainda aponta para a presença de preocupações em relação às condições de trabalho, indicando a necessidade de melhorias para garantir o bem-estar desses

profissionais.

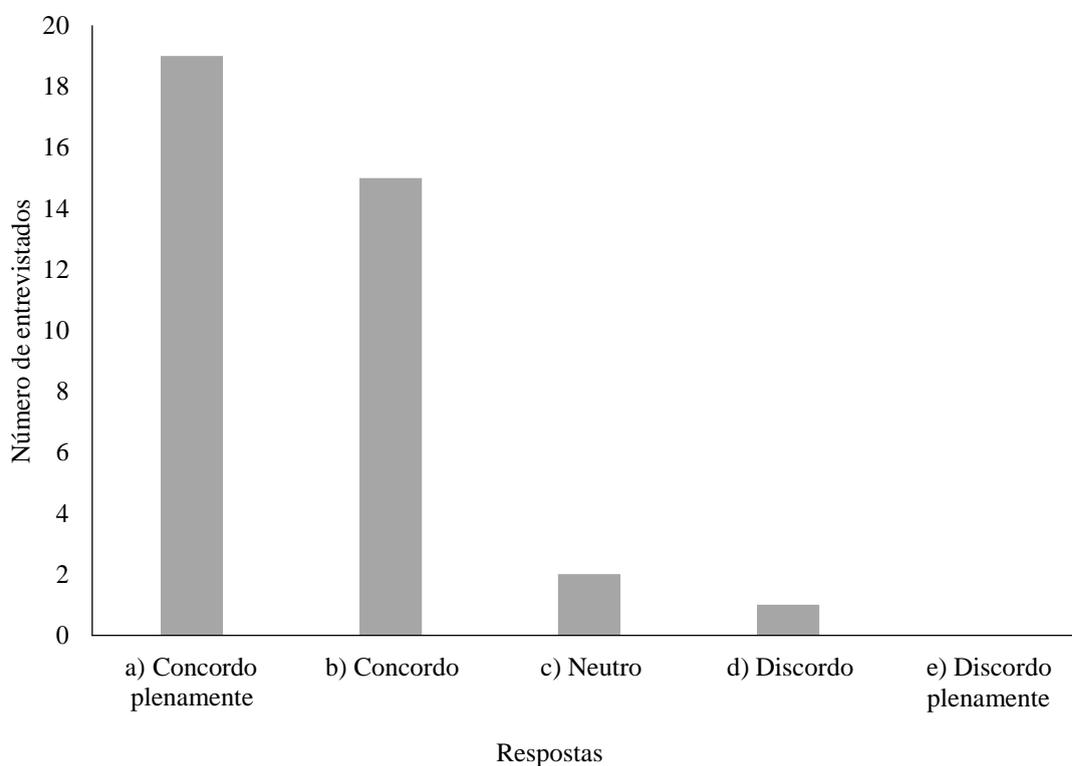
Nesse contexto, a discussão sobre os baixos salários ganha uma nova dimensão quando relacionada ao monitoramento das metas do PNE conduzido pelo INEP no período de 2014 a 2024. O enfoque na valorização salarial do magistério público, como expresso na meta 17 do PNE, oferece um quadro importante para entender a situação. A análise do indicador 17A, que compara o rendimento bruto médio mensal dos professores com nível superior em redes públicas de Educação Básica com o rendimento de outros profissionais com formação equivalente, revela avanços desde 2012. No entanto, o alcance da meta de equiparação a 100% até 2024 ainda é um desafio.

É crucial observar que, enquanto houve incremento na relação percentual, parte desse avanço se baseou na diminuição do rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais, levando a uma erosão do poder de compra dos educadores.

Essa situação, aliada à falta de perspectivas de carreira e à restrição da autonomia imposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme apontado por Libâneo (2019) culmina em um cenário onde a saúde emocional e financeira dos professores é afetada negativamente.

A questão que explora a precarização das condições de trabalho e seus múltiplos fatores revelam que a maioria dos professores concorda plenamente (51%) ou concorda parcialmente (41%) que o ambiente de trabalho precário tem influenciado negativamente em sua saúde (Figura 6).

Figura 6 – Precarização das Condições de Trabalho e Adoecimento Docente



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Portanto, a análise dos resultados da pesquisa em paralelo ao monitoramento do PNE pelo INEP (2022), demonstra que os baixos salários, juntamente com outros elementos das condições precárias de trabalho, estão intrinsecamente ligados à percepção dos professores sobre a influência negativa em sua saúde. A compreensão dessa interligação reforça a importância de políticas educacionais que visem à valorização dos educadores, à melhoria das condições de trabalho e à promoção de um ambiente propício para a qualidade do ensino.

Outro elemento relevante a ser discutido neste cenário, é a “acumulação flexível”. A acumulação flexível, que engloba uma maior intensificação do trabalho e a necessidade de constante disponibilidade e flexibilidade para se adaptar às demandas do mercado tem afetado a saúde dos professores. Dentre os entrevistados, 51% responderam: Sim, considero que a acumulação flexível afeta negativamente minha saúde no ambiente de trabalho (Figura 7).

Figura 7 – Acumulação Flexível e influências na Saúde dos Professores



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em outra questão apresentada aos professores, a pesquisa revelou que a “uberização” do trabalho docente, caracterizada pela contratação de professores como prestadores de serviços independentes, têm ganhado espaço. A resposta dos professores sobre seu enquadramento nesse cenário mostrou que 46% se encaixam nessa situação, enquanto 54% não.

Daqueles que se encontram na situação “uberizada”, 42% afirmam que isso afeta negativamente sua saúde, 8% dizem que afeta muito negativamente, e 12% não sentem impacto na saúde. 17% manifestaram neutralidade, e 21% destacaram que pouco afeta sua saúde. Essa realidade se conecta conforme Antunes (1995) e Costa (2021), que destacam como a acumulação flexível do capitalismo influencia a organização do trabalho e a economia, intensificando a exploração dos trabalhadores. A “uberização” é um exemplo disso, uma tendência que visa à flexibilização das relações de trabalho, aumentando a precarização e a competição entre os trabalhadores. Esse cenário se estende ao trabalho docente, refletindo a lógica capitalista contemporânea.

Nesse contexto, a saúde dos professores é afetada devido à falta de estabilidade, direitos trabalhistas e garantias sociais associadas à “uberização”. A constante disponibilidade e flexibilidade requeridas pela acumulação flexível intensificam o impacto negativo nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos educadores. Essa situação está em consonância com os resultados da pesquisa, onde os professores que estão na condição

“uberizada” relatam efeitos negativos em sua saúde.

Em resumo, os resultados da pesquisa, apoiados pela teoria de Antunes (1995) e Costa (2021), evidenciam que a “uberização” do trabalho docente é uma manifestação das mudanças na organização do trabalho e da economia. Isso leva à precarização, competição e impacto negativo na saúde dos professores, corroborando a percepção daqueles que enfrentam essa realidade. É crucial considerar esses aspectos ao desenvolver políticas que visam melhorar as condições de trabalho e garantir a saúde física e emocional dos educadores.

O último tema que será abordado nessa é a Formação Docente, com foco principal nas formações continuadas, reconhecendo que elas sejam um elemento essencial em relação à valorização do trabalho dos professores.

Desta forma, os professores foram questionados sobre sua escolaridade e como avaliam a adequação das formações continuadas ofertadas em relação às suas necessidades como docentes.

O índice de professores com pós-graduação concluída demonstra o empenho dos educadores na ampliação de seus conhecimentos e no aprimoramento de suas práticas pedagógicas, embora ainda seja considerado um percentual reduzido. A presença de docentes com graus mais avançados, como mestrado e/ou doutorado, reflete a busca por uma visão crítica fundamentada nas complexas interações entre políticas educacionais, práticas pedagógicas e a sociedade.

Contudo, ao cotejar esses dados com as respostas dos professores sobre a adequação das formações oferecidas, observa-se uma dinâmica intrigante. Aqueles que afirmaram que “algumas formações são relevantes, mas outras poderiam ser mais direcionadas às suas necessidades como profissional” (38%) sinalizam a necessidade de uma sintonia mais precisa entre as ofertas de formação e as demandas práticas enfrentadas em suas áreas de atuação. Tal discrepância sugere uma oportunidade para aprimorar a personalização das formações conforme as necessidades específicas de cada grupo de educadores.

Por outro lado, o grupo que destacou que “as formações oferecidas têm uma conexão limitada com suas necessidades como profissional, necessitando de melhorias” (38%) aponta para um desafio mais amplo. Isso evidencia uma possível desconexão entre o conteúdo das formações e as realidades experimentadas pelos professores em sala de aula. Esse cenário poderia ser abordado por meio de uma perspectiva alinhada com as especificidades das diferentes áreas do conhecimento e da prática pedagógica, com uma abordagem crítica e emancipatória, ainda neste cenário, a ausência de regulação no âmbito do lato sensu destaca a necessidade de avaliação e aprimoramento nos programas de pós-graduação. Essa falta de

diretrizes claras pode comprometer a qualidade das formações oferecidas aos profissionais da educação. Ampliar a discussão envolve estabelecer padrões de qualidade, implementar avaliações periódicas e flexibilizar os currículos para atender melhor às necessidades dos professores, promovendo uma formação continuada mais alinhada aos desafios reais da educação, conforme apontado por Cunha (2014, apud WAGNER, 2018).

A resposta que afirmou que “não considera que as formações atuais atendam às suas necessidades como profissional” (19%) aponta para uma lacuna mais significativa na percepção dos docentes, indicando a necessidade de uma revisão mais profunda das estratégias de formação em relação às necessidades reais dos professores.

Nesse cenário, fica evidente que essa dinâmica é influenciada pela crescente demanda de formações continuadas oferecidas por empresas privadas. Essas ofertas ressaltam a importância de considerar as motivações lucrativas das empresas e o impacto potencial na qualidade e autonomia profissional dos educadores. É essencial questionar se tais ofertas atendem as reais necessidades dos docentes e promovem um desenvolvimento pedagógico efetivo, ou se tendem a adotar abordagens genéricas que negligenciam as particularidades das práticas educacionais (LIBÂNEO, 2016).

Essas respostas dos professores ecoam os resultados do monitoramento do PNE pelo INEP, que apontam para um aumento na participação em formação continuada ao longo dos anos, mas também enfatizam a dificuldade de alcançar a meta de 100% estabelecida pelo PNE.

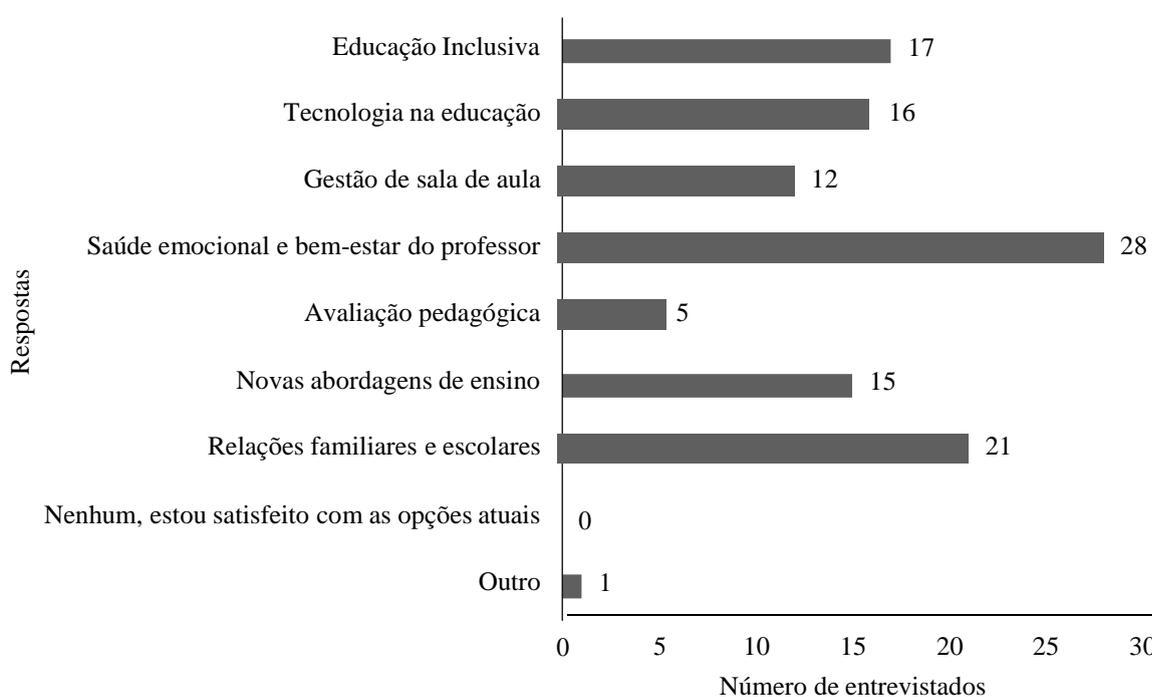
A disparidade identificada nas respostas também se harmoniza com a análise das variações regionais presentes nos dados do PNE, reforçando a importância de abordagens específicas para abordar essas diferenças.

Para concluir, as respostas dos professores se entrelaçam com as conclusões do relatório do INEP sobre as metas do PNE, especialmente a meta 16, proporcionando uma visão mais abrangente da trajetória da formação docente no sistema educacional brasileiro. Isso realça a necessidade de uma formação continuada mais ajustada às demandas reais dos educadores, embasada por uma abordagem crítica e emancipatória, capaz de enfrentar os desafios persistentes e contribuir efetivamente para o fortalecimento do trabalho do professor e do sistema educacional do país.

Além disso, foi solicitado aos professores que indicassem três temas a serem abordados nas formações continuadas que consideram mais relevantes para suas necessidades. As respostas revelaram uma clara preocupação com as condições de trabalho e os desafios emocionais que enfrentam na profissão. A maioria dos professores (76%) apontou para a

necessidade de formação abordando a “Saúde emocional e bem-estar do professor”, sugerindo um reconhecimento do impacto emocional do ambiente de trabalho e da pressão constante que vivenciam (Figura 8).

Figura 8 – Temas de Prioridades para a Formação Continuada dos Professores



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A demanda por formação em saúde emocional pode ser interpretada como uma resposta às exigências de um ambiente de trabalho que frequentemente é desgastante e estressante, onde o próprio bem-estar do professor, muitas vezes, é deixado em segundo plano em favor de metas e responsabilidades cada vez maiores (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

A segunda opção mais escolhida pelos professores foi “Relações familiares e escolares” (57%). Isso pode ser interpretado como um reconhecimento das complexas interações entre a escola, as famílias dos alunos e a importância de uma colaboração efetiva para o sucesso educacional. Essa preferência também destaca a percepção dos professores quanto à necessidade do envolvimento ativo dos pais e responsáveis na vida escolar dos estudantes. Essa visão vai além do entendimento de que a responsabilidade pela educação não deve recair exclusivamente sobre os professores, mas conforme o Artigo 125 da Constituição (BRASIL, 1988), que proclama a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. A busca por formação nesse âmbito sugere que os professores estão cientes da importância de promover uma sinergia entre a escola e as famílias para criar um ambiente de

apoio mais abrangente e enriquecedor para o desenvolvimento educacional dos estudantes. Paralelamente, elementos externos à escola exercem influência sobre a atividade laboral dos professores. Contudo, a valorização não se reflete de maneira equitativa na percepção em relação aos professores, especialmente quando consideramos a participação das famílias na vida escolar dos estudantes. Observa-se uma tendência de diminuição na disponibilidade de tempo por parte dos pais para se envolverem ativamente na educação e acompanhamento dos filhos. Essa mudança de cenário pode impactar negativamente na qualidade do apoio que os estudantes recebem em casa, afetando seu desempenho acadêmico e o desenvolvimento geral ao longo do tempo (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Além disso, a preferência pela “Educação inclusiva” (46%) pode ser interpretada como uma resposta a cada vez maior diversidade nas salas de aula e à urgente necessidade de adotar abordagens pedagógicas que atendam adequadamente a todos os estudantes. Concomitantemente, esses profissionais constantemente se deparam com a necessidade de fazer escolhas entre o que consideram essenciais e o que pode ser priorizado, em um cenário de sobrecarga e demandas excessivas que não cessam e continuam a aumentar. Esse contexto apresenta a eles um desafio constante, conforme apontado por Assunção e Oliveira (2009).

Por último, a opção “Tecnologia na educação” (43%) também pode ser compreendida, considerando a atual pressão por inovação e a crescente incorporação da tecnologia na educação. Professores podem sentir-se despreparados diante da acumulação de responsabilidades e da necessidade constante de se manterem atualizados (CODD, 1999; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Portanto, as respostas dos professores destacam uma busca por formação que lide de forma eficaz com as complexidades emocionais inerentes à profissão, que fortaleça os laços entre escola e famílias, que promova uma abordagem inclusiva e que capacite os educadores a utilizarem a tecnologia de maneira crítica e reflexiva. Essas demandas estão intrinsecamente entrelaçadas com os desafios e as pressões enfrentados pelos professores no sistema educacional, enfatizando a necessidade premente de intervenções políticas e pedagógicas que abordem de maneira integral a realidade desses profissionais.

Para aprofundar nossa compreensão dos fatores que mais impactam a saúde dos professores, elaboramos uma questão que os convidou a identificar os fatores específicos da precarização do trabalho docente que mais afetam sua saúde. Com o objetivo de facilitar a análise e apresentá-la de maneira clara e abrangente, organizamos o Quadro 7.

Quadro 7 – Fatores de precarização do trabalho identificados pelos professores

Subcategorias	Fatores	Quantidade de professores
Relação com os Alunos	Falta de Respeito e Desinteresse dos Alunos	7
	Indisciplina dos Alunos	4
Desafios das Condições de Trabalho	Tamanho das Turmas e Salas Superlotadas	4
	Falta de Autonomia e Burocracia Excessiva	4
	Excesso de documentos para preencher e falta de tempo para planejamento	4
	Desvalorização da profissão docente e Baixos Salários	6
	Ansiedade Relacionada à Instabilidade Contratual	1
Envolvimento das famílias	Ausência de Apoio das Famílias	5

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em síntese, a análise das respostas dos professores na categoria “Condições de Trabalho e Precarização” revela uma complexa teia de desafios que afetam diretamente a vida profissional e emocional desses educadores. A distribuição entre professores temporários e efetivos reflete uma realidade de instabilidade laboral, influenciada pela flexibilização do trabalho e pela valorização da redução de custos no contexto capitalista contemporâneo. A sobrecarga de trabalho, a necessidade de lecionar em múltiplas escolas e a influência da acumulação flexível também são questões centrais que afetam a saúde física e emocional dos professores.

Diante dessa conjuntura, a formação docente emerge como uma ferramenta crucial para abordar as demandas e desafios enfrentados. A busca por formações que abordem a saúde emocional, as relações familiares e escolares, a educação inclusiva e o uso da tecnologia, indicam as inúmeras necessidades enfrentadas pelos professores frente às condições de trabalho marcadas por uma realidade multifacetada de precarizações. A formação dos educadores para enfrentar desafios de forma construtiva não se limita apenas ao desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também à promoção de uma consciência crítica sobre as condições de trabalho e seus impactos na saúde mental e física. Através de práticas pedagógicas que estimulem a reflexão e o diálogo, os educadores podem se tornar agentes de transformação, questionando as estruturas que perpetuam o mal-estar e buscando soluções coletivas.

Dessa maneira, a transição para a próxima categoria, “Saúde dos Professores na Educação Básica”, naturalmente se insere nesse panorama. A saúde dos educadores está intrinsecamente relacionada às condições de trabalho e à precarização discutidas até agora.

A análise desta próxima subcategoria fornecerá uma visão das percepções e experiências dos professores em relação à sua saúde física, emocional e mental, estabelecendo uma conexão contínua com os desafios previamente discutidos.

4.2 SAÚDE DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesta subseção, analisaremos as respostas para as questões que abordam os aspectos relacionados à saúde dos professores.

Os professores foram questionados se, ao longo do ano de 2023, enfrentaram algum problema de saúde relacionado ao trabalho docente que os levou a se afastar para tratamento médico. Ao analisarmos as respostas fornecidas pelos professores, emerge um quadro complexo que revela as consequências diretas das condições laborais na saúde dos profissionais da educação. Cerca de 32% indicaram ter enfrentado tais problemas, embora não tenham necessitado de afastamento médico. Preocupantemente, 22% relataram ter enfrentado problemas de saúde relacionados ao trabalho docente que os levaram a se afastar para tratamento médico.

Esses resultados refletem um cenário em que as condições de trabalho podem estar impactando a saúde dos professores de maneira significativa. O fato de mais de um quinto dos participantes terem necessitado de afastamento médico devido a problemas de saúde relacionados ao trabalho docente é alarmante e demonstra uma correlação entre as demandas laborais e os impactos na saúde dos profissionais. Isso aponta para a necessidade de uma análise profunda das condições de trabalho e das pressões enfrentadas no ambiente educacional.

Ao analisar as respostas que diz respeito à frequência de afastamento do trabalho por questões de saúde, torna-se evidente que muitos professores não conseguiram escapar das implicações físicas e emocionais de sua profissão. Dos participantes, 43% afirmam não ter precisado se afastar nenhuma vez devido a questões de saúde. No entanto, 30% relatam ter precisado se afastar uma vez, enquanto 11% enfrentaram essa necessidade duas vezes e outros 11% mais de quatro vezes. Essa distribuição de respostas indica que uma parcela considerável dos professores experimentou a necessidade de afastamento médico em algum momento do ano de 2023.

Esses resultados corroboram a ideia de que o trabalho docente está associado a desafios que podem impactar negativamente a saúde dos professores. A frequência relativamente alta de afastamentos por motivos de saúde sugere que a pressão, a sobrecarga e

as condições de trabalho podem estar contribuindo para problemas de saúde física e emocional entre os profissionais da educação. É importante salientar que tais questões não devem ser consideradas como problemas individuais, mas sim como reflexos de um sistema educacional que demanda cada vez mais dos professores, muitas vezes em detrimento de sua própria saúde e bem-estar.

Dando continuidade neste cenário, sobre a presença de dores osteomusculares, como problemas na coluna, joelho, LER ou DORT, relacionadas ao trabalho, emerge uma imagem complexa que reflete as consequências das condições laborais sobre a saúde física dos educadores. Dos participantes, 35% afirmam sofrer de dores osteomusculares associadas ao seu trabalho, enquanto outros 35% indicam não vivenciar tais dores em relação às atividades profissionais. Além disso, 30% dos professores expressam incerteza ou desconhecimento sobre a relação das dores com as tarefas laborais.

Esses resultados destacam um cenário em que um percentual considerável de professores experimenta dores osteomusculares que podem estar vinculadas às suas atividades no ambiente educacional. Essas dores podem ser atribuídas a atividades repetitivas e a falta de ergonomia no ambiente de trabalho, conforme indicado por estudos prévios. É importante reconhecer que essas condições físicas têm impactos significativos na saúde e no bem-estar dos professores, interferindo na capacidade de executar suas funções de maneira eficaz e confortável.

A proporção relativamente alta de professores que relatam dores osteomusculares relacionadas ao trabalho sugere que as condições laborais podem estar contribuindo para esses problemas de saúde. A execução de tarefas repetitivas, como escrever no quadro ou corrigir provas, bem como a sobrecarga de trabalho devido a cargas horárias extensas e demandas excessivas, podem estar colaborando para o desenvolvimento dessas condições dolorosas. A falta de tempo para cuidados de autoproteção à saúde, conforme mencionado por Assunção e Oliveira (2009), agrava a situação, resultando em posturas inadequadas e falta de atenção à saúde musculoesquelética.

Nesse contexto, as respostas dos professores sobre dores osteomusculares reforçam a necessidade de uma análise crítica das condições de trabalho no ambiente educacional. A intensificação do trabalho docente, frequentemente associada a práticas repetitivas e falta de tempo para cuidados de saúde, pode resultar em consequências físicas tangíveis. Isso indica a importância de políticas educacionais e laborais que abordem a ergonomia, a carga horária e a sobrecarga de trabalho para preservar a saúde física dos professores.

Em resumo, a análise das respostas dos professores em relação às dores

osteomusculares sob a perspectiva da saúde docente revela a necessidade de uma atenção mais profunda às condições laborais que contribuem para esses problemas. Esses dados corroboram a visão de que a intensificação do trabalho, a falta de tempo para autocuidado e a falta de ergonomia, podem impactar negativamente a saúde física dos educadores, enfatizando a importância de políticas que visem melhorar o ambiente de trabalho e promover a saúde e bem-estar dos professores.

A análise das respostas dos professores destaca a influência direta das condições de trabalho na saúde desses profissionais, revelando uma correlação entre um ambiente desafiador e a manifestação de diversos problemas de saúde entre os educadores.

A pesquisa identificou que os professores enfrentam problemas na fala e na audição. Os dados indicam que a maioria dos professores (65%) não enfrenta dificuldades relacionadas a esses aspectos em seus locais de trabalho. Outros 13% destacam que não tem certeza ou não sabem se os problemas de fala e/ou audição estão relacionados ao ambiente de trabalho e 22% mencionam enfrentar problemas vocais e/ou de audição relacionado a profissão.

Isso ganha destaque ao considerar a natureza frequentemente ruidosa das salas de aula, remetendo à observação de Luchesi et al. (2009), que ressaltam que elevar o tom de voz em ambientes barulhentos pode resultar em rouquidão e até no desenvolvimento de nódulos nas cordas vocais.

Adicionalmente, quando se observa sobre o hábito dos professores de realizar exercício para as cordas vocais, 89% dos professores responderam que não fazem exercícios, enquanto 11% afirmaram fazer. Isso nos lembra da importância de abordar não apenas os problemas, mas também as práticas preventivas.

Além disso, sobre o enfrentamento de dores no sistema digestivo, como refluxo, gastrite ou úlcera estomacal que possam estar relacionadas ao trabalho dos professores, ressalta a relação entre a saúde vocal e o sistema digestivo dos docentes. Embora a maioria (57%) não relate dores digestivas relacionadas ao trabalho, 22% mencionam enfrentar esses problemas. Nesse contexto, emerge o estresse como um fator interligado entre esses aspectos. As salas superlotadas, a indisciplina dos alunos, o ambiente constantemente ruidoso, as salas superlotadas e as demandas da profissão podem gerar tensões nas cordas vocais e no sistema digestivo, como discutido por Assunção e Oliveira (2009) e mencionado por Ricci et al. (2020).

A interconexão complexa entre as condições do ambiente escolar, as questões de fala, audição e saúde digestiva destacam a necessidade de uma abordagem holística na promoção da saúde dos educadores. Reconhecer as demandas do ambiente de trabalho e adotar medidas

abrangentes é fundamental para criar um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento profissional (RICCI et al., 2020).

Outro aspecto pertinente a esta subseção são os aspectos relacionados à saúde mental/emocional dos professores, relacionados a problemas como depressão, Burnout, TDAH ou síndrome do pânico que possam estar relacionados ao seu trabalho. Isso nos permite avaliar o impacto das pressões laborais na saúde mental dos docentes. Um notável 32% dos participantes relataram ter sido diagnosticados com problemas de saúde mental diretamente atribuíveis às demandas laborais. Esse dado ressoa com a compreensão de que o mal-estar surge quando as exigências do trabalho superam os recursos individuais e a capacidade de enfrentamento, como discutido por Dejours (1993).

Outro fator evidenciado na pesquisa é que os professores apresentam doenças do aparelho circulatório, como hipertensão arterial, insuficiência cardíaca ou arritmias que possam estar relacionadas ao estresse do trabalho. A interseção entre mal-estar e saúde física também é evidenciada, com 24% dos professores indicando a presença de doenças do aparelho circulatório relacionadas ao estresse do trabalho. Isso destaca como as pressões constantes e as adversidades do contexto educacional podem contribuir para uma manifestação física do mal-estar, corroborando a visão de Oliveira et al. (2017) sobre os efeitos negativos do estresse crônico na saúde cardiovascular.

As dinâmicas interpessoais no ambiente escolar também emergem como fatores significativos de mal-estar. Cerca de 68% dos educadores reconhecem que tensões e conflitos com a equipe gestora, pedagógica, estudantes e pais têm um impacto negativo em sua saúde. Essas tensões podem ser vistas como geradoras de um mal-estar psicossocial, onde as relações desgastantes e a sensação de desvalorização contribuem para um cenário de desconforto persistente, de acordo com Dejours (1993).

Por fim, a análise reforça a conexão entre as condições de trabalho precárias e o aumento do mal-estar emocional, com 68% atribuindo às condições inadequadas uma contribuição significativa para o sofrimento emocional. Isso reflete a compreensão de que o ambiente de trabalho, quando caracterizado por sobrecarga, falta de recursos e pressões administrativas, pode ser um terreno fértil para a proliferação do mal-estar, como discutido por Assunção e Oliveira (2009).

Nesse contexto, as contribuições da autora Martins (2018) oferecem uma perspectiva enriquecedora. Ela destaca a importância de direcionar a atenção para as formas de enfrentamento do sofrimento, enfatizando a necessidade de desenvolver recursos e estratégias adequadas para lidar com o desafio de forma saudável. A autora ressalta que o próprio

sofrimento, longe de ser uma experiência estática e binária, pode ser entendido como uma condição inerente à existência humana, moldada por determinações históricas complexas. Martins (2018) acentua que, apesar de a vivência do sofrimento ser inegavelmente indesejável, sua presença pode desencadear um processo de superação e empoderamento, uma vez que impulsiona a busca por alternativas diante de limitações ou ameaças, inclusive influenciando conquistas na ciência, arte e filosofia. Em outras palavras, o sofrimento, para a autora, emerge como uma força que impulsiona o indivíduo a enfrentar desafios, gerando um contexto de crescimento e evolução.

Portanto, ao combinar a compreensão sobre as condições laborais e o mal-estar evidenciado pela pesquisa com as reflexões de Martins (2018), é possível enxergar como os professores, diante das adversidades do ambiente educacional, estão imersos em um complexo processo de interação entre a sobrecarga emocional e as estratégias de enfrentamento. As condições laborais desfavoráveis podem servir como um terreno propício para o florescimento do mal-estar, enquanto as abordagens de enfrentamento saudáveis podem desempenhar um papel crucial na mitigação desse mal-estar e na promoção de uma relação mais empoderada com o sofrimento.

Em resumo, a análise crítica dessa situação ressalta a necessidade premente de ações abrangentes que englobem tanto as condições de trabalho quanto as estratégias de enfrentamento adotadas pelos professores. É imperativo que sejam implementadas mudanças estruturais profundas nas políticas educacionais, visando não somente a melhoria das condições laborais, mas também o fortalecimento da saúde mental e física dos educadores. Nesse contexto, é crucial promover a adoção de políticas que reconheçam e enderecem as pressões crescentes enfrentadas pelos professores no ambiente educacional contemporâneo. A formulação de políticas educacionais eficazes deve incluir medidas concretas para reduzir a sobrecarga de trabalho, garantir recursos adequados para o desempenho das atividades docentes e estabelecer mecanismos de apoio emocional e psicológico.

Além disso, o fomento de ambientes colaborativos e de respeito mútuo dentro das instituições de ensino deve ser uma prioridade, visando diminuir as tensões e conflitos que contribuem para o mal-estar. As palavras da autora Martins (2018) também ganham ainda mais relevância nesse contexto, ao enfatizar a importância de desenvolver estratégias saudáveis para lidar com o sofrimento.

Portanto, é imprescindível analisar as estruturas sociais e históricas que moldam as condições laborais dos professores, compreendendo que a educação não ocorre em um vácuo, mas é influenciada por fatores socioeconômicos e políticos. Ao considerar essa perspectiva, as

políticas educacionais têm o potencial de se tornarem instrumentos de transformação social, ao abordarem não apenas os sintomas do adoecimento dos professores, mas também as raízes estruturais que o alimentam.

Para finalizar as discussões dessa categoria, será analisado o tema da readaptação funcional dos professores e a análise das Questões 27 e 28.

As respostas obtidas por meio do questionário revelam a importância de analisar a readaptação funcional dos professores à luz das condições de trabalho. A Questão 27 aborda se os professores ao longo da sua vida profissional docente já necessitaram se readaptar de sua função por motivo de problemas de saúde. Dos participantes, 19% indicaram que já passaram por um processo de readaptação devido a questões de saúde. Essas respostas estão alinhadas à visão de Arbex, Souza e Mendonça (2013), que aponta que a readaptação não deve ser vista apenas como uma solução individual para distúrbios clínicos, mas como um processo complexo que envolve não apenas fatores biomédicos, mas também as implicações do ambiente de trabalho e das rupturas vivenciadas pelo trabalhador.

As respostas estão apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8 – Razões para Readaptação de Professores devido a Problemas de Saúde

Professores (P)	Respostas
P1	Problemas nas cordas vocais
P2	Voz
P3	Sem motivação, depressão
P4	Sim, nódulos nas cordas vocais
P5	Estresse
P6	Depressão associada com psoríase severa
P7	Ansiedade e depressão

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Essa variedade de motivos destaca a natureza multifacetada da relação entre as condições de trabalho e a saúde dos professores. A perspectiva de Arbex, Souza e Mendonça (2013) de que a readaptação funcional não deve ser entendida apenas sob um aspecto funcional, mas como um reflexo das complexas dinâmicas que permeiam a vida dos educadores, encontra respaldo nessas respostas.

As respostas também reforçam a ideia de que a readaptação funcional dos professores, muitas vezes, é resultado de condições coletivas de trabalho, como sobrecarga de aulas e intensas demandas educacionais. Isso ressalta a importância de uma análise aprofundada das implicações psicossociais do ambiente laboral, conforme discutido por Arbex, Souza e

Mendonça (2013). A menção a questões vocais e emocionais amplifica a influência de fatores sociais e emocionais presentes no contexto dos professores, expandindo a compreensão além de aspectos clínicos isolados.

Em suma, a análise das respostas dos educadores quanto à sua saúde e bem-estar no contexto da Educação Básica revela uma trama complexa de desafios e influências. Os dados claramente demonstram uma ligação intrínseca entre as condições de trabalho e os impactos na saúde física e mental dos professores. A interseção entre as exigências laborais e os problemas de saúde destaca a urgência de medidas voltadas para a promoção do bem-estar desses profissionais. Os índices de afastamento médico, ocorrência de dores osteomusculares, problemas de saúde mental e a necessidade de readaptação funcional, enfatizam que a saúde dos docentes é moldada pelo ambiente onde atuam. A compreensão de que os desafios enfrentados pelos educadores têm origem tanto nas estruturas do sistema educacional quanto nas pressões emocionais e sociais é de suma importância.

Portanto, a melhoria das condições laborais, a implementação de políticas de apoio à saúde mental e física, bem como o investimento em estratégias preventivas, surgem como caminhos cruciais para a promoção de uma educação de qualidade, permitindo que os professores exerçam sua profissão de maneira saudável e empoderada.

Neste contexto, a adoção de políticas abrangentes e uma reflexão profunda sobre as raízes estruturais que afetam a saúde dos professores se mostram fundamentais para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável, enquanto se reconhece o papel crucial que os educadores desempenham na sociedade.

Essas considerações lançam luz sobre os desafios enfrentados durante a pandemia e pós-pandemia, delineando a próxima categoria "Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente".

4.3 IMPACTOS DA PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA NA SAÚDE DOCENTE E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NA EDUCAÇÃO

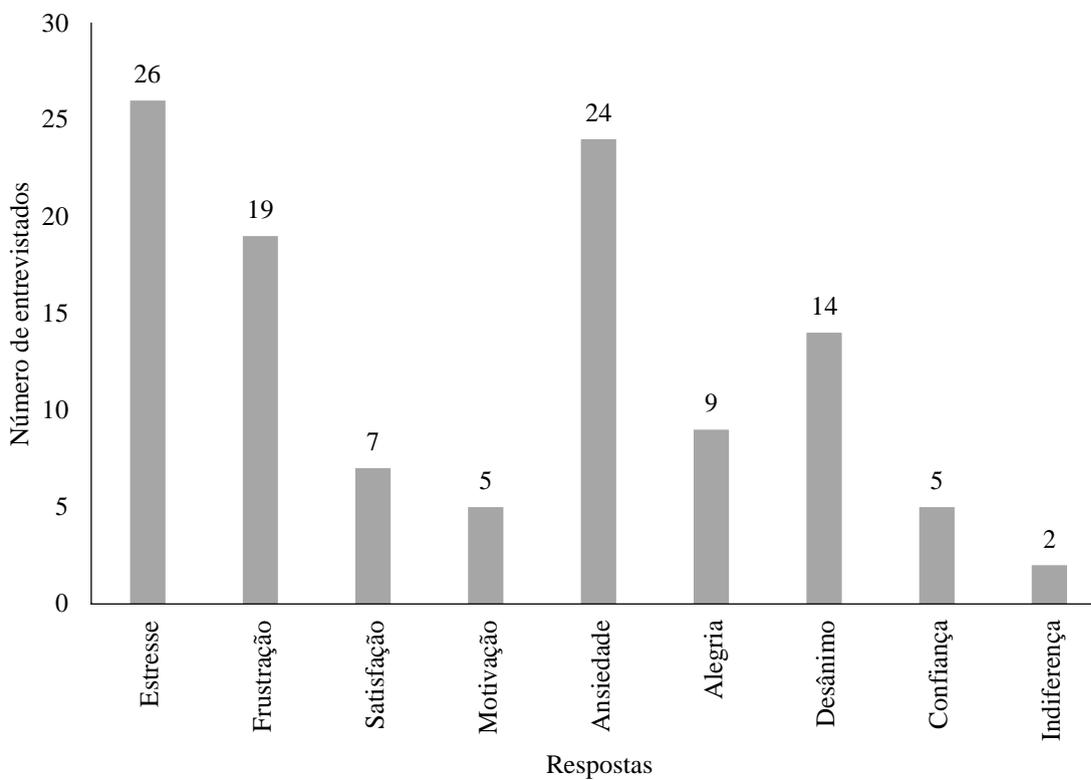
Neste contexto, é essencial analisar como o cenário pandêmico do Covid-19 afetou a saúde docente e, conseqüentemente, a educação. Ao mesmo tempo, a análise das estratégias apontadas pelos professores para melhorar as condições de trabalho na área educacional torna-se fundamental. Este enfoque integrado permite uma compreensão abrangente das questões enfrentadas pelos profissionais da educação, possibilitando a formulação de soluções

mais eficientes e adaptáveis às circunstâncias desafiadoras tanto da pandemia quanto do período pós-pandêmico.

Voltado a este cenário, convidamos os professores a indicarem três emoções que melhor descrevessem suas experiências durante o período de pandemia e o subsequente momento em relação ao seu trabalho docente, a avaliarem como está a sua saúde mental/emocional no momento e a identificarem sua percepção em relação a essa fase, especialmente se notaram uma intensificação das doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho devido aos desafios enfrentados.

A análise das respostas às perguntas apresentadas revela um panorama alarmante sobre a saúde mental e emocional dos professores durante o período pós-pandêmico. É notável a intensificação das doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho, conforme indicado pela significativa porcentagem de 46% dos participantes que afirmaram ter observado tal aumento. A saúde mental dos professores também é afetada, com a maioria (51%) relatando que, embora se sintam bem em geral, experimentam ocasionalmente um leve desconforto emocional. O estresse, a ansiedade e a frustração são as emoções predominantes, com 70%, 65% e 51% dos professores, respectivamente, escolhendo essas emoções como as mais frequentemente experimentadas em relação ao trabalho (Figura 9).

Figura 9 – Emoções dos Professores em Relação ao Trabalho Docente no Período Pandêmico e Pós-Pandêmico: Principais Experiências



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Essas conclusões refletem os achados de autores como Asmundson e Taylor (2020), Bimbati (2020), Codo e Menezes (2000), Liang et al. (2020), Santos e Silva (2022), Saviani e Galvão (2021) e SINTE (2020), que consideram uma série de fatores contribuindo para o agravamento da saúde mental dos professores durante o período pandêmico e pós-pandêmico.

O ensino remoto, adotado como medida de contingência trouxe desafios significativos para os professores. A rápida transição para essa modalidade de ensino, aliada à falta de preparação adequada para lidar com as tecnologias e demandas adicionais, resultou em impactos negativos na saúde mental e emocional dos educadores.

O estudo de Saviani e Galvão (2021) destaca as dificuldades enfrentadas pelos professores devido à falta de acesso, qualificação e habilidades necessárias para lidar com as novas metodologias e ferramentas de ensino. Isso resultou em prejuízos no processo de ensino-aprendizagem e, por consequência, na saúde física e emocional de professores e estudantes.

As autoras Santos e Silva (2022) ressaltam que a pressão para a adoção da tecnologia como única solução durante a crise pandêmica agravou a precarização do trabalho docente. O

imperativo tecnológico contribuiu para o aumento do controle institucional sobre os professores, fragmentou o planejamento pedagógico e minou a autoridade docente, tudo isso em meio a ataques à educação.

As consequências psicológicas são evidenciadas em pesquisas realizadas na China, Brasil, Marrocos e Espanha. O aumento significativo de sintomas de ansiedade, depressão e estresse é uma constante. O estudo na China de Liang et al. (2020) identificou que 40% dos participantes tinham propensão a problemas psicológicos e 14% apresentaram sintomas de estresse pós-traumático. No Brasil, Barros et al. (2020) constataram que mais de 50% dos participantes relataram sintomas de ansiedade, e cerca de 40% relataram sentimentos de tristeza e problemas de sono. O estudo marroquino revelou alta prevalência de Burnout entre os professores, com esgotamento mental sendo um sintoma principal (AMRI et al., 2020). Da mesma forma, o estudo espanhol destaca que mais da metade dos professores (51%) estava sofrendo de estresse, e quase a mesma proporção estava experimentando ansiedade (46%) e depressão (32%) durante o retorno às aulas presenciais (OZAMIZ-ETXEBARRIA et al., 2021).

Os dados do SINTE (2020) também apontam para a necessidade urgente de atenção à saúde mental dos professores. A grande porcentagem de educadores enfrentando pressão psicológica por produtividade, ansiedade, insegurança, esgotamento mental e medo de errar indica um cenário preocupante.

Diante desse contexto desafiador, torna-se imperativo abordar as condições de trabalho, a pressão tecnológica e as demandas excessivas enfrentadas por esses profissionais, a fim de criar um ambiente mais saudável e sustentável para os professores.

E dando continuidade neste contexto esta categoria também aborda as sugestões e propostas apresentadas pelos professores como forma de enfrentar os desafios e dificuldades identificados ao longo desta pesquisa.

Senso assim, analisaremos as estratégias destacadas por eles, que desempenham um papel fundamental na busca por melhores condições de trabalho, prevenindo o adoecimento docente e promovendo um ensino de qualidade. Suas perspectivas e ideias oferecem valiosas contribuições para a construção de soluções eficazes que podem beneficiar tanto os educadores quanto os estudantes.

Para uma melhor compreensão, as respostas foram organizadas em categorias, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Propostas dos Professores para Melhoria das Condições de Trabalho Docente

Categorias	Professores (P)	Sugestões - estratégias
Valorização Salarial e Condições de Trabalho	P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7	Valorização salarial, salas com menos alunos, melhores salários, cursos de capacitação, maior autonomia para escolas, evitar salas superlotadas
Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional	P2, P8, P9	Melhores salários, condições de trabalho, cursos que qualifiquem o professor, realização de palestras motivacionais
Apoio Psicológico e Pedagógico	P10, P11, P12, P13	Equipe multidisciplinar, combate à indisciplina em sala de aula, aulas sobre inteligência emocional, valorização do trabalho docente
Envolvimento da Família na Educação	P14, P15, P16, P17	Maior envolvimento da família na escola, parcerias escola-família, redes de apoio efetivas, responsabilização dos pais
Autonomia Institucional	P3	Maior autonomia para escolas nas decisões pedagógicas

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em síntese, a análise das respostas dos professores à luz das teorias educacionais evidencia a complexidade dos desafios enfrentados por esses profissionais. Suas sugestões refletem a busca por uma educação mais humana, inclusiva e adaptada à contemporaneidade. As vozes dos professores ressoam como um chamado para a reestruturação das políticas educacionais, a fim de reconhecer e atender de maneira abrangente as necessidades e aspirações desses profissionais que moldam as gerações futuras.

As estratégias e reflexões compartilhadas pelos professores desvelam uma ampla gama de considerações e apreensões cruciais para o aprimoramento da qualidade educacional e para a condição dos profissionais atuantes nessa esfera. Uma análise crítica dessas sugestões à luz das teorias e conceitos previamente delineados conduz a uma compreensão mais profunda e abrangente das perspectivas desses educadores.

É interessante notar que a busca por valorização salarial e melhores condições de trabalho, enfatizada pelos professores, encontra ressonância nas preocupações levantadas por Antunes (1995), Assunção e Oliveira (2009), Evangelista et al. (2017), Krawczyk e Ferretti (2017), Libâneo (2019), Santos e Silva (2022), Dourado e Siqueira (2022) e outros autores nesta pesquisa. Evidencia-se um movimento em direção à rejeição da precarização do trabalho docente, uma vez que a exigência por salários dignos, formações docentes significativas, planos de carreira adequados, oferta de concursos públicos e cuidados com a saúde docente transcende a esfera pessoal e remete a uma crítica à desvalorização social da profissão. A busca dos professores por ambientes de trabalho mais adequados contrasta com a realidade enfrentada constantemente, conforme a perspectiva da “acumulação flexível”

(ANTUNES, 1995), que frequentemente resulta em intensificação do trabalho, priorizando a produtividade em detrimento do bem-estar e da saúde desses profissionais.

A proposição contínua de cursos de formação continuada e o destaque dado ao desenvolvimento profissional pelos educadores alinham-se com a perspectiva de Libâneo (2019). O autor defende que a formação sólida e em constante evolução é uma pedra fundamental para aprimorar a prática educacional, e essa ênfase por parte dos professores sugere um reconhecimento de que a busca pelo desenvolvimento profissional não é apenas uma aspiração, mas uma exigência intrínseca para elevar a qualidade do ensino.

A sugestão dos professores de estabelecer uma equipe multidisciplinar para lidar com as questões de saúde mental dos estudantes, combate à indisciplina, oferecer apoio socioemocional e envolver as famílias no processo educacional está alinhada com as considerações de Assunção e Oliveira (2009). Apesar da crescente valorização da educação pelos pais, nem sempre isso se traduz em reconhecimento aos professores, e a disponibilidade de tempo para dedicar-se à educação dos filhos está diminuindo. Observa-se que os professores estão sendo cada vez mais demandados para desempenhar múltiplos papéis, inclusive o de psicólogo.

Nesse contexto, os alunos enfrentam desafios crescentes relacionados à saúde emocional, demandando apoio, enquanto os professores, sobrecarregados, também lutam com as mesmas demandas. Esse cenário realça a necessidade de uma abordagem holística que leve em conta o processo de ensino e de aprendizagem e o bem-estar emocional dos estudantes e dos professores, ao mesmo tempo em que reconhece as complexidades enfrentadas pelos educadores. Importante destacar que todos esses fatores têm contribuído para o adoecimento dos professores, resultando em impactos negativos em sua saúde física e mental.

Como também, a busca por maior autonomia institucional, enfatizada pelos professores, reflete as mudanças sociais discutidas por diversos autores, como Santos e Silva (2022) e Assunção e Oliveira (2009). A demanda por autonomia está intrinsecamente relacionada à capacidade das instituições educacionais de se adaptarem às transformações em curso na sociedade, buscando moldar uma educação relevante para as gerações presentes e futuras.

Em síntese, a análise das respostas dos professores à luz das teorias educacionais e a sua conexão com o adoecimento docente evidenciam a complexidade dos desafios enfrentados por esses profissionais. As sugestões refletem a busca por uma educação mais humana, inclusiva e adaptada à contemporaneidade, além de sinalizarem uma compreensão da necessidade de cuidar não apenas dos estudantes, mas também dos próprios educadores.

As vozes dos professores ressoam como um chamado para a reestruturação das políticas educacionais, a fim de reconhecer e atender de maneira abrangente as necessidades e aspirações desses profissionais que moldam as gerações futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mergulhou nas complexas interseções entre as condições de trabalho e o adoecimento docente na Educação Básica, proporcionando uma análise do impacto das exigências laborais na saúde física e emocional dos professores.

Na categoria “Características Gerais dos Professores - Trabalho Docente e suas Implicações” identificamos o gênero, faixa etária, escolaridade, experiência profissional, formação/licenciatura e área de atuação. Esses dados foram fundamentais para compreender o perfil dos professores envolvidos na pesquisa e como essas variáveis podem influenciar suas condições de trabalho e saúde no contexto educacional atual. Ao considerar a contextualização dos sujeitos da pesquisa, a análise das características dos participantes revelou uma diversidade de gerações, experiências, níveis de formação, vínculos de trabalho e ambientes de atuação. Essa diversidade enriqueceu a compreensão das complexas relações entre as condições de trabalho, o bem-estar e a saúde emocional dos educadores da Educação Básica. Essa teia de variáveis serviu como ponto de partida para a análise das relações entre as condições de trabalho, o adoecimento docente e as práticas pedagógicas. Abordamos os fatores: Vínculo de Trabalho dos Professores; Carga de Trabalho dos Professores; Trabalho em Múltiplas Escolas; Acumulação Flexível; Formação Docente; Baixos Salários; Falta de um Plano de Carreira Adequado; Falta de Autonomia; Carência de Políticas Públicas voltadas para a valorização dos professores; Problemas de Indisciplina Entre os Alunos; Falta de Envolvimento das Famílias na Vida Escolar dos Estudantes; Intensificação das Responsabilidades Profissionais; Excessiva Burocracia; e Infraestrutura. Isso envolve a identificação e análise dos desafios enfrentados pelos professores no ambiente de trabalho, considerando fatores que podem impactar diretamente a qualidade do exercício da profissão e a saúde docente.

Na categoria “Saúde dos Professores na Educação Básica”, a análise concentrou-se na saúde física e emocional dos professores, considerando sua interação com as condições de trabalho. Aqui, foram investigadas as diversas dimensões que compõem a saúde dos educadores, incluindo aspectos relacionados ao sofrimento emocional. Foram examinadas as situações em que os professores precisaram se afastar do trabalho para tratamento médico ou passar por processos de readaptação devido a condições relacionadas ao exercício da profissão.

A categoria “Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente e Estratégias

para Melhoria das Condições de Trabalho e na Educação” se concentrou nas experiências e percepções dos professores sobre a pandemia de COVID-19 e suas implicações nas condições de trabalho e na saúde. Os aspectos investigados incluíram as mudanças nas práticas pedagógicas, os desafios do ensino remoto, a intensificação das atividades laborais, as preocupações emocionais após o retorno presencial, o apoio institucional, entre outros e foram abordadas as possíveis medidas e ações que os professores consideram importantes para promover condições de trabalho mais saudáveis e satisfatórias, contribuindo simultaneamente para aprimorar a qualidade da educação. As estratégias exploradas englobam uma variedade de aspectos, podendo incluir alterações nas políticas educacionais, implementação de ações institucionais, fortalecimento da valorização da carreira docente, incentivo à formação contínua, disponibilização de suporte emocional e outras abordagens. Essas medidas não apenas visam o bem-estar dos professores, mas também têm o potencial de elevar o padrão de qualidade do ensino, contribuindo para uma experiência educacional mais enriquecedora e impactante para os estudantes.

Diante do exposto, os objetivos traçados foram alcançados com êxito. O estudo teve como objetivo geral investigar os fatores que afetam a saúde dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual no município de Tubarão, Santa Catarina. E a seguir apresentaremos de forma detalhada o resultado alcançado de cada objetivo.

5.1 OBJETIVOS ALCANÇADOS

Como relação ao objetivo específico: (a) identificar o cenário das políticas educacionais que provocam a des/valorização docente, compreendemos que foi alcançado no capítulo 2, onde realizamos uma análise do cenário das políticas educacionais no Brasil, à luz do impacto na valorização e desvalorização dos professores, revela um panorama complexo e multifacetado. Trouxemos o Plano Nacional de Educação (PNE) que desempenha um papel de destaque nesse contexto, uma vez que estabeleceu metas específicas visando à valorização dos docentes durante o período de 2014 a 2024. Essas metas (15, 16, 17 e 18) focaram em questões cruciais, tais como a melhoria da formação inicial e continuada, a valorização da carreira docente e a garantia de melhores condições de trabalho para os professores. O PNE representa um avanço notável no reconhecimento da importância dos professores no sistema educacional do país. Apesar desses avanços, é crucial observar que ainda subsistem desafios significativos a serem superados. Os percentuais de adequação da formação docente em 2021 permanecem aquém da meta ambiciosa de 100% para todas as docências na Educação Básica

brasileira. Para atingir essa meta até 2024, é necessário um incremento notável no percentual de adequação da formação docente em todas as etapas de ensino, demandando taxas médias anuais de crescimento expressivas. Isso representa um desafio considerável para as políticas educacionais.

Além disso, as disparidades regionais persistem, com diferenças significativas nas taxas de adequação da formação docente em diferentes partes do país. É imperativo que as políticas educacionais se voltem para abordar essas desigualdades regionais, garantindo que todos os professores, independentemente de sua localização, tenham igualdade de oportunidades e reconhecimento em seu exercício profissional.

No que tange às resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), é possível discernir um progresso na Resolução CNE/CP nº 2/2015. Essa resolução trouxe à tona a importância de uma formação docente abrangente, valorizando elementos como a formação teórica e interdisciplinar, a integração entre teoria e prática, o compromisso social e a valorização do profissional da educação. Além disso, promoveu a gestão democrática e estabeleceu diretrizes para a avaliação e regulação dos cursos de formação, contribuindo para uma abordagem mais consciente e integral da docência.

No entanto, resoluções posteriores, notadamente a Resolução CNE/CP nº 2/2019 e a Resolução CNE/CP nº 1/2020, introduziram mudanças que podem ser interpretadas como uma desvalorização dos professores. Essas resoluções centralizaram o currículo e enfatizaram a formação baseada em competências, diminuindo a autonomia das universidades na proposição de projetos de formação. Adicionalmente, houve uma redução na carga horária da formação pedagógica e uma carência de ênfase na importância da pesquisa e extensão na formação dos profissionais da educação. Situação que foi intensificada com a implementação de uma Base Comum para todos (BNCC).

Em síntese, o panorama das políticas educacionais no Brasil envolve avanços significativos, principalmente através do PNE, mas também desafios persistentes. É crucial continuar monitorando o progresso em direção às metas do PNE, bem como abordar as desigualdades regionais. Além disso, é essencial equilibrar a valorização dos professores com as demandas do sistema educacional, mantendo o foco na qualidade da formação e no reconhecimento da importância da docência na construção de uma educação de excelência no país.

Referente ao objetivo específico (b): Analisar os fatores que provocam o mal-estar docente e prejudicam sua saúde e o exercício da profissão, os resultados revelaram que os fatores incluíam altas cargas de trabalho, salários inadequados, falta de autonomia,

indisciplina dos alunos e excesso de burocracia. Esses fatores contribuíram para o estresse e o desgaste emocional dos professores.

Da mesma forma, no objetivo específico (c): analisar o contexto da saúde dos professores no período pandêmico e pós-pandêmico. Os resultados apresentados foram que durante esse período, houve um aumento significativo nos sintomas de ansiedade, depressão e estresse entre os professores. Muitos relataram dores osteomusculares relacionadas ao trabalho. Além disso, uma porcentagem significativa de professores precisou se afastar do trabalho devido a problemas de saúde.

E por último, tivemos o objetivo específico (d): analisar estratégias voltadas para aprimorar as condições de trabalho docente, promover sua saúde e, por consequência, elevar a qualidade da educação. Os resultados apresentados indicam que as estratégias sugeridas pelos professores incluem a valorização salarial, a redução do número de alunos por sala, a formação continuada, o apoio psicológico e pedagógico, o envolvimento das famílias na educação e a promoção de maior autonomia institucional.

Sendo assim, é fundamental que as políticas adotadas para apoiar os professores abordem não apenas os sintomas, mas também as causas fundamentais que contribuem para o adoecimento desses profissionais, incluindo questões estruturais como a precarização do trabalho docente, a falta de investimentos na educação, sobrecarga de responsabilidades e o baixo reconhecimento social e salarial dos professores.

Além disso, é imprescindível que ocorra o efetivo monitoramento e avaliação das políticas implementadas, utilizando mecanismos como a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2021), para garantir que elas estejam alcançando os resultados desejados e atendendo às necessidades reais dos professores.

Portanto, torna-se crucial cuidar da saúde dos professores, sendo necessária a colaboração de toda a sociedade, incluindo governos, instituições educacionais, sindicatos e a própria comunidade escolar. Promover mudanças significativas e valorizar adequadamente os educadores, que desempenham um papel vital em nossa sociedade, requer um esforço conjunto.

A problemática que norteou esta pesquisa, "Quais as influências das condições de trabalho docente na saúde dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual em Tubarão - Santa Catarina?", emergiu como uma questão crucial para a compreensão dos desafios enfrentados pelos professores.

O objetivo geral de investigar os fatores que afetam a saúde dos professores foi alcançado. A hipótese inicial, indicando a desvalorização do trabalho docente como um fator

contribuinte para o adoecimento dos professores, encontrou respaldo nas análises e discussões. Elementos como as deficientes condições de trabalho na sala de aula, a escassez de recursos humanos e materiais, a sobrecarga laboral e a insatisfação com salários e plano de carreira tangibilizaram essa hipótese.

A convergência entre a teoria e os achados da pesquisa reforça a pertinência e a acuidade das indagações iniciais. A análise das respostas dos professores, aliada às contribuições de diversos autores, forneceu uma compreensão abrangente dos impactos das condições de trabalho na saúde dos professores, enfatizando a clara necessidade de políticas abrangentes voltadas para a valorização dos professores e a promoção de ambientes de trabalho saudáveis.

As discussões em torno da valorização salarial e da rejeição à precarização do trabalho refletem a busca por reconhecimento social e melhores condições laborais. Respalhando as demandas dos educadores por um ambiente de trabalho digno e justo, autores destacam a importância da formação profissional e da constante atualização para enfrentar as demandas educacionais contemporâneas.

A sugestão de criar uma equipe multidisciplinar para lidar com questões de saúde mental dos estudantes e apoio socioemocional reflete a complexidade das relações escolares e familiares, alinhando-se às mudanças sociais discutidas por diversos estudiosos que reconhecem a importância de moldar uma educação relevante para as gerações presentes e futuras.

A análise crítica dos resultados destaca a relação entre as condições de trabalho e a saúde física e mental dos professores. As dores osteomusculares emergiram como uma preocupação significativa, associada à sobrecarga emocional, mal-estar e problemas de saúde mental, evidenciando a influência das dinâmicas laborais nas dimensões emocionais e físicas dos educadores. Tensões interpessoais no ambiente escolar e a readaptação funcional ressaltam a complexidade das relações e as adaptações necessárias para enfrentar os desafios educacionais.

Diante desse panorama, é imperativo que as políticas educacionais se concentrem em valorizar os professores, melhorar suas condições de trabalho e promover ambientes saudáveis. A pandemia evidenciou ainda mais a necessidade de apoio e capacitação adequados para enfrentar desafios tecnológicos e emocionais inéditos. Neste contexto, a presente pesquisa procura incentivar a implementação de novas políticas e práticas educacionais que promovam o bem-estar dos professores, reconhecendo a centralidade de sua função na sociedade.

As estratégias emergentes apontadas pelos professores, como a busca por maior autonomia institucional, o investimento em formação contínua e a criação de equipes multidisciplinares para lidar com questões emocionais e de saúde mental, fornecem um roteiro valioso para a implementação de mudanças efetivas. A parceria entre educadores, gestores educacionais, pesquisadores e formuladores de políticas é fundamental para construir um ambiente que promova o bem-estar dos professores e, por extensão, a qualidade da educação.

Neste sentido, as contribuições dos professores, alinhadas com as perspectivas dos autores estudados, reforçaram a necessidade de uma reavaliação das políticas educacionais, com foco na valorização da profissão docente e na promoção de condições de trabalho mais saudáveis e dignas. O reconhecimento das preocupações dos professores, como a sobrecarga de trabalho, a precarização do emprego e as demandas emocionais, direciona a atenção para a importância de um ambiente de trabalho que proporcione suporte, respeito e reconhecimento.

No cenário pós-pandêmico, os desafios podem ter sido ampliados, tornando ainda mais urgente a adoção de abordagens que considerem as dimensões emocionais e as necessidades de saúde mental dos professores. A rápida transição para o ensino remoto, as demandas tecnológicas e a pressão emocional apresentaram desafios inéditos que precisam ser enfrentados com sensibilidade e resiliência. As estratégias propostas pelos professores, em conjunto com as contribuições dos autores discutidos, podem ser fundamentais para orientar as políticas pós-pandêmicas, garantindo que o bem-estar dos educadores seja central em qualquer plano de recuperação educacional.

Entretanto, tais mudanças não podem ser realizadas de forma isolada. Elas exigem um compromisso coletivo, envolvendo educadores, gestores, pesquisadores, formuladores de políticas e toda a sociedade. É imperativo que os resultados desta pesquisa sejam disseminados e debatidos, provocando uma reflexão profunda sobre a importância dos professores na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo assim, a pesquisa destaca a interdependência entre a saúde dos professores e a qualidade da educação. Professores saudáveis e valorizados são essenciais para proporcionar um ambiente de aprendizado positivo e eficaz para os alunos. Investir na promoção do bem-estar dos educadores é, portanto, um investimento na educação como um todo.

Finalmente, a presente pesquisa, ao explorar as complexidades das condições de trabalho e do adoecimento docente na Educação Básica, estabelece uma base sólida para futuras investigações, políticas e práticas que visam transformar as realidades enfrentadas pelos professores. A jornada em busca de uma educação mais saudável e equitativa é contínua, e a voz dos educadores, juntamente com a abordagem dos autores que contribuíram

para esta pesquisa, deve continuar a guiar nossos esforços na construção de um sistema educacional que beneficie a todos os envolvidos.

Esta pesquisa proporcionou uma visão das complexas interações entre as condições de trabalho docente, o bem-estar dos professores e a qualidade da educação na Educação Básica. À luz dos resultados obtidos e das análises realizadas, algumas recomendações surgem como diretrizes importantes para melhorar as condições de trabalho dos professores e, por consequência, a qualidade do sistema educacional.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Recomendamos, em sintonia com as orientações do Novo Plano Nacional de Educação (PNE, 2024-2034), a valorização salarial dos professores e a busca por uma remuneração condizente com suas responsabilidades. Estratégias como a redução do número de alunos por sala de aula e a simplificação de processos burocráticos, alinhadas ao PNE, podem contribuir significativamente. Da mesma forma, a preservação da saúde física e mental dos professores, a formação continuada e a autonomia institucional são aspectos essenciais que requerem ação conjunta de políticas educacionais e demais esferas governamentais. Portanto, enquanto o PNE estabelece diretrizes valiosas, é fundamental que as políticas educacionais, em conjunto com demais iniciativas, atuem de forma abrangente para fortalecer o sistema educacional como um todo.

5.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

No entanto, é necessário reconhecer que esta pesquisa apresentou limitações. Ela foi conduzida em uma única escola da rede estadual em Tubarão, Santa Catarina, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras regiões ou contextos. Além disso, o tamanho da amostra, composta por 37 professores, pode ser considerado relativamente pequeno em comparação com a população total de educadores na Educação Básica.

Além disso, os resultados da pesquisa refletem o contexto específico do período pandêmico e pós-pandêmico, o que pode não ser totalmente representativo de condições normais de trabalho.

5.4 FUTUROS ESTUDOS

Sugestões para futuros estudos incluem a expansão do escopo geográfico e a inclusão de uma amostra mais ampla de escolas e professores para obter uma compreensão mais abrangente das condições de trabalho docente. Estudos longitudinais podem ser conduzidos para acompanhar as mudanças nas condições de trabalho e na saúde dos professores ao longo do tempo. Investigar as experiências de outros atores educacionais como diretores de escolas e funcionários administrativos, pode fornecer uma perspectiva mais completa sobre as condições educacionais. Pesquisas qualitativas, como entrevistas em profundidade, podem ser conduzidas para explorar as experiências dos professores em maior detalhe e por fim dar continuidade na minha pesquisa (doutorado).

Essas recomendações, limitações e sugestões para futuros estudos representam um conjunto abrangente de reflexões que têm o potencial de enriquecer ainda mais o campo de pesquisa sobre as condições de trabalho docente e seu impacto na saúde e qualidade da educação. O intuito principal é que os resultados desta pesquisa possam servir como base para o desenvolvimento de políticas e práticas que efetivamente melhorem as condições de trabalho dos professores e, por consequência, promovam a saúde e o bem-estar desses profissionais. Ao investir nas condições de trabalho docente, estamos direcionando esforços para o aprimoramento do sistema educacional como um todo, atendendo às necessidades dos professores, da sociedade e contribuindo para uma educação mais eficaz e equitativa.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Plano Nacional de Educação entra na reta final sem cumprir maioria das metas.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/plano-nacional-de-educacao-entra-na-reta-final-sem-cumprir-maioria-das-metas>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- ALVES, M. T. S. **A resistência e a sobrevivência das professoras na rede pública estadual de Santa Maria.** 2022. 111 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2022.
- AMARAL, N. C. et al. O Fundeb permanente em tempos de desconstrução e desfazimento: mobilização e um basta veemente. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-11, 2021.
- AMRI, A. et al. Assessment of burnout among primary teachers in confinement during the COVID-19 period in Morocco: case of the Kenitra. **The Pan African Medical Journal**, v. 35, p. 1-5, 2020.
- ANDRADE, Jacqueline de. **Trabalho e Educação: um estudo sobre o adoecimento dos docentes contratados na Educação Básica Municipal em Uberlândia-MG: 2010-2018.** 2019.117 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Uberlândia, 2019.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995.
- ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. 1-14, 2019.
- ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicómano.** 1. ed. San José: Imprensa Nacional, 2016.
- ASMUNDSON, G. J. G.; TAYLOR, S. How health anxiety influences responses to viral outbreaks like COVID-19: What all decision-makers, health authorities, and health care professionals need to know. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 71, p. 1-2, 2020.
- ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.
- ASSUNÇÃO, A. Á.; NORONHA, M. M. B OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trabalho, Educação & Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 65-86, 2008.
- ASSUNÇÃO, A. Á.; BARRETO, S. M; GASPARINI, S. M; A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2020.

BARRETO, E. S. S. Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 427-443, 2010.

BARROS, M. B. A. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, p. 1-12, 2020.

BIMBATI, A. P. Qual é a situação dos professores brasileiros durante a pandemia? **Nova Escola**, 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileiros-durante-a-pandemia>. Acesso em: 09 maio 2023.

BOCK, K. C. S. **Trabalho e saúde docente nas EMEIs de São Paulo: efeitos da implementação do ensino fundamental de nove anos**. 2021. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007**. Brasília, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6091.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Brasília, 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009**. Brasília, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020b**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa 8, de 20 de fevereiro de 2019**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138313>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. **Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020**. Brasília, 2020c. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13979&ano=2020&ato=fe8Mzaq1EMZpWT445>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111273.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007.** Brasília, 2007c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília, 2017b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977.** Brasília, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.219, de 24 de julho de 2010.** Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Brasília, 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Brasília, 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **PIBID – Apresentação.** Brasil, 2007d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico.** 2020c. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1042-brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>. Acesso em 20 jun. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 8, de 02 de dezembro de 2008.** Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pcp008_08.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 1.087, de 10 de agosto de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/495/o/Portaria-n.1087-2011.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 883 de 16 de setembro de 2009**. Brasília, 2009d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port883.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 9 de 30 de junho de 2009**. Brasília, 2009c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009**. Brasília, 2009a. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020**. Brasília, 2020a. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22020.pdf?query=obrigatoriedade. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Res02.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12123-rcp003-12-pdf&category_slug=dezembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRITANNICA. **Washington Consensus**. Britannica, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Washington-consensus>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Parfor**. Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Residência Pedagógica**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CARDOSO, S. **As vivências do/no trabalho docente na Educação Infantil**: ciclo de vida profissional. 2020. 394 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília,

2020.

CERVILIERI, C. E. **Trabalho docente e saúde**: estudo com professores de escolas da rede pública de ensino do estado de São Paulo no município de Ribeirão Preto/SP. 2021. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. **Cadernos de Saúde do Trabalhador**, v. 14, p. 29-48, 2000.

CONAE. Conferência Nacional Educação. **Inclusão, Equidade e Qualidade**: compromisso com o futuro da educação brasileira. Brasília, DF: Fórum Nacional de Educação; Comissão de Sistematização e Monitoramento, 2021. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/conae2022/documentos/DOCUMENTO_REFERENCIA_CONAE_2022_APROVADO_30_07.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

COQUEIRO, P. H. S. **Professores e Síndrome de Burnout**: percepção a partir da gestão escolar, organização escolar e suporte laboral. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2021.

COSTA, M. F. **BNCC e trabalho docente temporário em SC**: subordinação, flexibilização e precariedade. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.

COUTO, Andrea Lobato. **Adoecimento de docentes na educação básica**: uma revisão sistemática da literatura. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

DEJOURS, C. **Travail, usure mentale: de la psychopathologie à la psychodynamique du travail**. Paris: Bayard Éditions, 1993.

DIAS, M. J. P. O. **Mal-estar e adoecimento docente no contexto da Educação Infantil**. 2020. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological Bulletin**, v. 95, p. 542-575, 1984.

DIENER, E.; OISHI, S.; LUCAS, R. E. Personality, culture and subjective well-being: Emotional and cognitive evaluations of life. **Annual Review of Psychology**, v. 54, p. 403-425, 2003.

DOMINGUES, Camila. **As significações de professores readaptados sobre as condições de trabalho docente e suas implicações no processo de adoecimento**. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva. **Textura** – Revista de Educação e Letras, v.

24, n. 59, p. 55-77, 2022.

EVANGELISTA, O. et al. A tragédia docente e suas faces. *In*: EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K. (Orgs.). **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo**. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2017.

FACCI, M. G. D.; URT, S. C.; BARROS, A. T. F. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar E Educacional**, v. 22, n. 2, p. 281-290, 2018.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FROTA, D. L. **Saúde do professor: um estudo sobre o adoecimento no trabalho a partir do olhar docente**. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

GOMES, C. M. et al. Estresse e risco cardiovascular: intervenção multiprofissional de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 2, p. 351-359, 2016.

GOMES, V. A. F. M.; NUNES, C. M. F.; PÁDUA, K. C. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do Ensino Fundamental I. **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos**, v. 100, n. 255, p. 277-296, 2019.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Decreto nº 2.386, de 28 de dezembro de 2022**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2022/002386-005-0-2022-004.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Lei nº 14.609, de 07 de janeiro de 2009**. Florianópolis, 2009. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/14609_2009_Lei.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Lei nº 17.389, de 20 de dezembro de 2017**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17389_2017_lei.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

KRAWCZYK, N; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 33-44, 2017.

LEITE, N. C. **O mal-estar do professor de língua inglesa: o desvio de função como aposta subjetiva**. 2018. 158 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LIA, Q. et al. Prevalence and factors for anxiety during the coronavirus disease 2019 (COVID-19) epidemic among the teachers in China. **Journal of Affective Disorders**, v. 277, p. 153-158, 2020.

LIANG, L. et al. The effect of COVID-19 on youth mental health. **Psychiatric Quarterly**, v. 91, n. 3, p. 841-852, 2020.

LIBÂNEO, J. C. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. *In*: LIBÂNEO, J. C. et al. (Orgs.). **Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate**. Goiânia: Editora da UFG, 2019.

LIBÂNEO, J. C. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 2, p. 629-650, 2015.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016.

LOPES, H. P. **Síndrome de burnout: prevalências e fatores associados em professores da rede pública estadual de Mato Grosso**. 2020. 329 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2020.

LUCHESE, K. F. et al. Problemas vocais no trabalho: prevenção na prática docente sob a óptica do professor. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 673-681, 2009.

MANGO, M. S. M. et al. Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR). **Fisioterapia em Movimento**, v. 25, n. 4, p. 785-974, 2012.

MARQUES, M. H. C. **Do trabalho docente às políticas de readaptação profissional: o caso dos professores da Secretaria de Estado da Educação de Goiás**. 2022. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022.

MARTINS, L. M. O sofrimento e /ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. **Cadernos Cemarx**, n. 11, p. 127-144, 2018.

MARTINS, R. F.; ARAUJO, A. L. G. D.; AMORIM, M. A. Vínculo de trabalho e adoecimento docente: análise das licenças dos professores da rede estadual de educação de Minas Gerais. **Educação em Revista**, v. 38, p. 1-15, 2022.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. **Journal of Occupational Behavior**, v. 2, p. 99-113, 1981.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. Job burnout. **Annual Review Psychology**, v. 52, p. 397-422, 2001.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologias da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2021.

MELO, L. F. **A dialética rotina escolar-saúde**: fatores que contribuem para o adoecimento docente. 2020. 164 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Pandemia**. Michaelis Online, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pandemia/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MINAYO, M. C. S. Introdução. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MIRA, B. C. C. R. **Implicações das políticas educacionais nas condições de trabalho e no adoecimento/readaptação dos professores da rede estadual de São Paulo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2022.

MORAES, D. M. **Atuação e formação docente na educação básica diante da pandemia da Covid-19**: um estudo de caso na perspectiva decolonial. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2022.

MOTA, L. O. E. **Possíveis fatores de risco e proteção para o bem-estar e saúde mental da categoria docente**: um estudo bioecológico com professores readaptados da SEDF. 2022. 280 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

NUNES, C. P.; OLIVEIRA, D. A.. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 66–80, jan. 2017.

OLIVAR, M. S. P. O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 102, p. 314-338, 2010.

OLIVEIRA, A. S. D.; PEREIRA, M. S.; LIMA, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 609-619, 2017.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, D. A. Os docentes no Plano Nacional de Educação: Entre a valorização e a desprofissionalização. **Retratos da Escola**, v. 8, n. 15, p. 447-461, 2015.

OLIVEIRA, D. A. Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-24, 2021.

OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente no Brasil pós-pandêmico: qual o destino dos recursos públicos? **Retratos Da Escola**, v. 15, n. 33, p. 713-732, 2022.

OLIVEIRA, M. C. **Os indicadores primários e as consequências do mal-estar docente em organizações escolares brasileiras**. 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre a Saúde no mundo**. Saúde Mental: Nova concepção, Nova Esperança, 2001. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registo/Relatorio>. Acesso em: 05 fev. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. ONU, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 20 out. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Brasil**. Opas, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 20 out. 2022.

OZAMIZ-ETXEARRIA, N. et al. During the COVID-19 crisis: the challenge of returning to face-to-face teaching. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 1-10, 2021.

PACHIEGA, M. D.; MILANI, D. R. C. Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica. **Dialogia**, n. 36, p. 220-234, 2020.

PATIAS, N. D. et al. Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21) - Short Form: Adaptação e Validação para Adolescentes Brasileiros. **Psico-USF**, v. 21, n. 3, p. 459-469, 2016.

PAULA, W. E. E. D; LIMA, R. DE C. G. S. Docência na educação infantil: neoliberalismo, desumanização e adoecimento na república inacabada brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2020.

PAZ, M. G. T. Poder e saúde organizacional. *In*: TAMAYO, A. (Org.). **Cultura e Saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PENTEADO, R. Z.; SOUZA, S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019.

PEREIRA, E. A. C. **Espaço escolar na contradição: Educação e Violência – Experiências de professores no contexto da Educação Básica**. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

PERSEGUEIRO, K. G. **A identidade das professoras categoria 'O' na rede estadual paulista: desdobramentos da política de desvalorização do trabalho docente**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, 2023.

POCHMANN, M. Entrevista. **Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho**, n. 48, p. 16-19, 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Professor de pré-escola ganha o pior salário e médico lidera ranking; veja lista completa. 2 de out. de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/veja-os-melhores-e-os-piores-salarios-das-profissoes-com-ensino-superior.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PROVÉRBIOS. 2, 6-7. *In: A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

RAMOS, M. C. A.T. “**O que tenho a comemorar? o que foi que eu fiz da minha vida?**”: a saúde mental de professores da educação básica de Garanhuns-PE. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

RICCI, G.; WOLF, A. E.; BARBOSA, A. P. Sinais e sintomas de refluxo laringofaríngeo e sua relação com queixas e qualidade vocal. *CODAS*, v. 32, n. 5, p. 1-5, 2020.

RYFF, C. D. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 57, n. 6, p. 1069-1081, 1989.

RYFF, C. D.; KEYES, C. L. The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 69, n. 4, p. 719-727, 1995.

SABATH, Ana Lúcia Nery. **Estado da arte sobre trabalho docente nos anos iniciais da educação básica: adoecimento e barbarização**. 2020. 146 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTANA, F. A. L., & NEVES, I. R. (2017). Saúde do trabalhador em educação: a gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileira. *Saúde & Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 786-797, 2017.

SANTOS, J. A. **Trabalho docente, racionalidade técnica e adoecimento: um olhar à luz da teoria crítica da sociedade**. 2023. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas, Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade e Sociedade*, n. 67, p. 36-49, 2021.

SHEIKH, A. et al. Reopening schools after the COVID-19 lockdown. *Journal of Global Health*, v. 10, n. 1, p. 1-3, 2020.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. *Educação e Pesquisa*, v. 33, p. 531-541, 2007.

SILVA, A. P. S. **Análise da relação entre práticas de autocuidado e Síndrome de Burnout na docência**. 2019. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2019.

SILVA, G. F. de S. As Dificuldades dos Professores Polivalentes. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 8, p. 277-290, 2022.

SILVA, J. P. **Quando o trabalho invade a vida: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo**. 2022. 522 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, M. M. **Trabalhadores docentes de Ciências da Educação Básica e o contexto de sofrimento-adoecimento**. 2022. 36 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2022.

SILVA, M. M.; SANTOS, M. L. O perfil docente defendido pelo Banco Mundial. **Educação em Foco**, v. 27, n. 1, p. 1-16, 2022.

SILVA, M. G. **O impacto do mal-estar docente no protagonismo do professor**. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.

SILVEIRA, E. L. **Adoecimento de professores iniciantes no exercício da docência e a surdez do sistema de ensino estadual/MT**. 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2022.

SINTE. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina. **Pesquisa saúde docente**. SINTE, 2020. Disponível em: [https://sinte-sc.org.br/Noticia/19739/pesquisa saúde docente](https://sinte-sc.org.br/Noticia/19739/pesquisa%20saude%20docente). Acesso em: 20 jun. 2022.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Unicef.Org, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VIEGAS, M. F. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. 1-21, 2022.

VILELA, A. P. A. **Trabalho e adoecimento: uma análise do professorado paulista sob a perspectiva da geografia**. 2019. 146 f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2019.

WAGNER, F. **Competências pedagógicas e o sentido da formação continuada para os professores da educação superior**. 2018. 372 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

WATSON, D. et al. Testing a tripartite model: I. Evaluating the convergent and discriminant validity of Anxiety and Depression Symptom Scales. **Journal of Abnormal Psychology**, v. 104, n. 1, p. 3-14, 1995.

ZAFALÃO, J. L. D. **Professoras e professores: políticas públicas de trabalho e emprego no estado de São Paulo (2007/2018) e seus reflexos no adoecimento**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ZENAIDE, V. L. O. **Vivências e desafios de professoras readaptadas na cidade de Corumbá**. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023.

APÊNDICE A - CONVITE PARA OS PROFESSORES

Prezados Professores,

Na condição de pesquisadora, como estudante de mestrado em Educação na Unisul, venho acompanhando de perto os desafios enfrentados no cotidiano das salas de aula. Percebo que as dificuldades são muitas e os obstáculos, por vezes, parecem intransponíveis. No entanto, é inquestionável a importância do trabalho de vocês na formação de nossos estudantes.

Com o intuito de contribuir para o avanço do conhecimento na área de educação e compreender a relação entre a precarização do trabalho docente, o bem-estar emocional e a saúde dos professores, convido vocês a participarem de uma pesquisa que está sendo realizada como parte do meu mestrado em Educação.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as causas que afetam a sua saúde emocional. Por meio dos resultados obtidos, esperamos obter insights valiosos que possam subsidiar a implementação de medidas e políticas que visem a melhorar as condições de trabalho e promover o bem-estar dos professores.

Sua participação é voluntária e suas respostas serão tratadas de forma confidencial e anônima. As informações coletadas serão usadas exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica, e serão analisadas de forma agregada, sem a identificação individual dos participantes. Sua contribuição é fundamental para o sucesso da pesquisa e para a compreensão dos desafios enfrentados pelos professores no atual contexto educacional.

Agradecemos antecipadamente pela participação e pelo tempo dedicado em responder ao questionário. Caso vocês tenham alguma dúvida ou precisem de mais informações, sintam-se à vontade para entrar em contato conosco.

Atenciosamente,

Beatriz Heitich da Silva Farias

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOCENTE: CAUSAS PERSISTENTES

Prezados Professores,

Como parte do meu mestrado em Educação na Unisul, estou conduzindo uma pesquisa para compreender a relação entre a precarização do trabalho docente e a saúde dos professores. Sua participação é crucial para obter insights valiosos que possam contribuir para a melhoria das condições de trabalho e promover um ambiente saudável para os educadores. Além disso, seus dados ajudarão a garantir uma educação de qualidade. Suas respostas serão tratadas com confidencialidade e usadas somente para fins acadêmicos. Agradeço antecipadamente por sua colaboração.

Atenciosamente,

Beatriz Heitich da Silva Farias

1. Qual a sua faixa etária?

- a) Até 29 anos
- b) De 30 a 44 anos
- c) De 45 a 59 anos
- d) Mais de 60 anos

2. Qual sua escolarização?

- a) Graduação incompleta
- b) Graduação
- c) Pós-graduação incompleta
- d) Pós-graduação completa
- e) Mestre ou doutor(a)

3. Há quanto tempo você atua como professor(a)?

- a) Até 5 anos
- b) De 6 a 10 anos
- c) De 10 a 15 anos

- d) De 15 a 20 anos
- e) Mais de 20 anos

4. Qual seu vínculo de trabalho com a rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina?

- a) Professor(a) efetivo(a)
- b) Professor(a) ACT – Admitido em caráter temporário

5. Quantas aulas você leciona semanalmente?

Resposta _____

6. Em quantas escolas você trabalha?

- a) Uma
- b) Duas
- c) Três
- d) Quatro
- e) Mais de quatro

7. As condições de trabalho docente estão marcadas por um cenário de intensa precarização, resultado de fatores como: baixos salários, ausência de um plano de carreira adequado, falta de autonomia, carência de políticas públicas voltadas para a valorização dos professores, problemas de indisciplina entre os alunos, falta de envolvimento das famílias na vida escolar dos estudantes, intensificação das responsabilidades profissionais, excessiva burocracia, acumulação flexível, "uberização" entre outros.

Considerando esse ambiente de trabalho precário, na sua opinião, esses fatores têm tido um impacto negativo na sua saúde?

- a) Concordo plenamente
- b) Concordo
- c) Neutro
- d) Discordo
- e) Discordo plenamente

8. Em uma escala de 1 a 5, o quão desfavoráveis você considera as condições de trabalho atuais para sua saúde?

Muito favoráveis 1 2 3 4 5 Muito desfavoráveis

9. Os baixos salários afetam sua saúde?

- a) Muito negativamente
- b) Negativamente
- c) Neutro
- d) Positivamente
- e) Muito positivamente

10. A ausência de um plano de carreira adequado influencia negativamente sua saúde?

- a) Muito negativamente
- b) Negativamente
- c) Neutro
- d) Positivamente
- e) Muito positivamente

11. A falta de autonomia para tomar decisões pedagógicas afeta sua saúde?

- a) Sim, afeta muito
- b) Sim, afeta um pouco
- c) Não, não afeta

12. De acordo com o conceito de acumulação flexível conforme Antunes (1995), que engloba uma maior intensificação do trabalho e a necessidade de constante disponibilidade e flexibilidade para se adaptar às demandas do mercado, você acredita que essa dinâmica tem tido um efeito negativo em sua saúde como professor?

- a) Sim, considero que a acumulação flexível afeta negativamente minha saúde no ambiente de trabalho.

- b) Não percebo uma conexão direta entre a acumulação flexível e minha saúde no trabalho.
- c) Tenho observado um impacto limitado da acumulação flexível em minha saúde como professor.
- d) Não tenho opinião formada sobre a influência da acumulação flexível em minha saúde no contexto educacional.

13. A "uberização" do trabalho docente, caracterizada pela contratação de professores como prestadores de serviços independentes, sem vínculos formais, tem sido uma tendência crescente. Isso envolve aulas por demanda, sem garantias de estabilidade ou benefícios. Você se encaixa nessa situação de trabalho "uberizado"?

- a) Sim
- b) Não

14. Caso você se encaixe na situação de trabalho "uberizado", como isso afeta sua saúde?

- a) Muito afetada negativamente
- b) Afetada negativamente
- c) Neutra, sem impacto na minha saúde
- d) Pouco afetada negativamente
- e) Não afetada, sem impacto na minha saúde

15. Compreendendo o papel crucial das formações continuadas na valorização do trabalho docente, como você avalia a adequação das formações atualmente oferecidas aos professores em relação às suas necessidades como profissional?

- a) As formações atuais são altamente adequadas e atendem plenamente às minhas necessidades como profissional.
- b) Algumas formações são relevantes, mas outras poderiam ser mais direcionadas às minhas necessidades como profissional.
- c) As formações oferecidas têm uma conexão limitada com minhas necessidades como profissional, necessitando de melhorias.
- d) Não considero que as formações atuais atendam às minhas necessidades como profissional.

- e) Não tenho opinião formada sobre a adequação das formações continuadas.

16. Na sua opinião, quais temas deveriam ser abordados em formações continuadas para professores? (Marque até três opções)

Marque todas que se aplicam.

- a) Educação inclusiva
- b) Tecnologia na educação
- c) Gestão de sala de aula
- d) Saúde emocional e bem-estar do professor
- e) Avaliação pedagógica
- f) Novas abordagens de ensino
- g) Relações familiares e escolares
- h) Nenhum, estou satisfeito com as opções atuais
- i) Outro - especifique na próxima questão

17. Durante o decorrer deste ano de 2023, você já enfrentou algum problema de saúde relacionado ao trabalho docente que o levou a se afastar para tratamento médico?

- a) Sim, enfrentei problemas de saúde relacionados ao trabalho docente que me levaram a um afastamento para tratamento médico.
- b) Tive problemas de saúde relacionados ao trabalho docente, mas não me afastei para tratamento médico.
- c) Não enfrentei problemas de saúde relacionados ao trabalho docente.

18. Indique quantas vezes você precisou se afastar do trabalho por questões de saúde neste ano de 2023:

- a) Nenhuma vez
- b) Uma vez
- c) Duas vezes
- d) Três vezes
- e) Mais de três vezes

19. Você sofre de dores osteomusculares, como problemas na coluna, joelhos, LER ou DORT, que possam estar relacionadas ao seu trabalho?

- a) Sim, sofro de dores osteomusculares relacionadas ao meu trabalho
- b) Não, não sofro de dores osteomusculares relacionadas ao meu trabalho
- c) Não tenho certeza ou não sei se as dores estão relacionadas ao meu trabalho

20. Você enfrenta problemas de fala e/ou audição que possam estar relacionados ao ambiente de trabalho?

- a) Sim, enfrento problemas de fala e/ou audição relacionados ao ambiente de trabalho.
- b) Não, não enfrento problemas de fala e/ou audição relacionados ao ambiente de trabalho.
- c) Não tenho certeza ou não sei se os problemas de fala e/ou audição estão relacionados ao ambiente de trabalho.

21. Você faz exercícios para as cordas vocais?

- a) Sim
- b) Não

22. Você enfrenta dores no sistema digestivo, como refluxo, gastrite ou úlcera estomacal, que possam estar relacionadas ao seu trabalho?

- a) Sim, enfrento dores no sistema digestivo relacionadas ao meu trabalho.
- b) Não, não enfrento dores no sistema digestivo relacionadas ao meu trabalho.
- c) Não tenho certeza ou não sei se as dores estão relacionadas ao meu trabalho.

23. Você já foi diagnosticado com problemas de saúde mental, como depressão, Burnout, TDAH ou síndrome do pânico que possam estar relacionados ao seu trabalho?

- a) Sim, fui diagnosticado com problemas de saúde mental relacionados ao meu trabalho.
- b) Não, não fui diagnosticado com problemas de saúde mental relacionados ao meu trabalho.
- c) Não tenho certeza ou não sei se os problemas de saúde mental estão relacionados ao meu trabalho.

24. Você possui doenças do aparelho circulatório, como hipertensão arterial, insuficiência cardíaca ou arritmias, que possam estar relacionadas ao estresse do trabalho?

- a) Sim, possuo doenças do aparelho circulatório relacionadas ao estresse do trabalho.
- b) Não, não possuo doenças do aparelho circulatório relacionadas ao estresse do trabalho.
- c) Não tenho certeza ou não sei se as doenças do aparelho circulatório estão relacionadas ao estresse do trabalho.

25. Lidar com tensões e conflitos com a equipe gestora e equipe pedagógica, estudantes, pais e responsáveis afeta sua saúde?

- a) Sim, essas tensões e conflitos têm um impacto negativo na minha saúde.
- b) Não sinto que essas tensões e conflitos afetem minha saúde.
- c) Experimento um impacto limitado das tensões e conflitos em minha saúde.
- d) Não tenho opinião formada sobre o impacto dessas tensões e conflitos em minha saúde como professor.

26. Você sente que o ambiente de trabalho e as condições precárias têm contribuído para um aumento do sofrimento mental durante o exercício da atividade docente?

- a) Sim, sinto que as condições precárias têm contribuído significativamente para um aumento do sofrimento emocional.
- b) Não, as condições precárias não têm contribuído para um aumento do sofrimento emocional.
- c) Não tenho certeza ou não sei se as condições precárias estão relacionadas ao aumento do sofrimento emocional.

27. Ao longo da sua vida profissional docente, você já foi readaptado (a) de sua função por questões de saúde?

- a) Sim
- b) Não

28. Se você já precisou se readaptar, qual foi o motivo que o levou a essa necessidade de readaptação?

Resposta _____

29. Quais das seguintes emoções você experimentou com maior frequência durante o período pandêmico e pós-pandêmico em relação ao seu trabalho docente? Por favor, escolha até três opções que melhor descrevam suas experiências.

Marque todas que se aplicam.

- a) Estresse
- b) Frustração
- c) Satisfação
- d) Motivação
- e) Ansiedade
- f) Alegria
- g) Desânimo
- h) Confiança
- i) Indiferença

30. Como você avalia que esteja a sua saúde mental/emocional neste momento pós-pandêmico?

- a) Excelente, sinto-me equilibrado e saudável emocionalmente.
- b) Boa, mas às vezes sinto leve desconforto emocional.
- c) Regular, enfrento altos e baixos emocionais ocasionalmente.
- d) Precária, sinto-me frequentemente sobrecarregado(a) emocionalmente.
- e) Ruim, estou lidando com problemas significativos de saúde mental/emocional.

31. Durante o período pós - pandêmico, você notou uma intensificação das doenças pré-existentes em relação ao trabalho?

- a) Sim, notei uma intensificação das doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho.
- b) Não, não notei uma intensificação das doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho.
- c) Não tenho certeza ou não sei se houve intensificação das doenças preexistentes relacionadas ao trabalho.

32. Em relação aos temas que deveriam ser abordados na formação continuada, indique, caso deseje, outra sugestão que não foi indicada na questão anterior. Por favor, compartilhe outras sugestões de temas que você considera relevante.

Resposta _____

33. Como a carência de políticas públicas voltadas para a valorização dos professores afeta sua motivação e saúde?

- a) Muito negativamente
- b) Negativamente
- c) Neutro
- d) Positivamente
- e) Muito positivamente

34. Lidar com problemas de indisciplina entre os alunos, e trabalhar em salas superlotadas afetam sua saúde?

- a) Afeta muito
- b) Afeta
- c) Neutra
- d) Pouco afeta
- e) Não afeta

35. Como a excessiva burocracia no trabalho docente afeta sua saúde?

- a) Muito negativamente
- b) Negativamente
- c) Neutro
- d) Positivamente
- e) Muito positivamente

36. Se você faz uso de medicação contínua ou controlada, qual doença ou condição de saúde você trata com esses medicamentos?

Resposta _____

37. Na sua percepção, quais fatores específicos da precarização do trabalho docente mais influenciam na sua saúde? Por favor, explique.

Resposta _____

38. Por favor, compartilhe suas opiniões e sugestões sobre as estratégias que deveriam ser implementadas pelas políticas educacionais para aprimorar as condições de trabalho docente, promover sua saúde e, por consequência, elevar a qualidade da educação.

Resposta _____

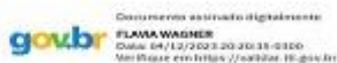
ANEXO A - FOLHA DE ROSTO



BEATRIZ HEITICH DA SILVA FARIAS

"CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: CAUSAS PERSISTENTES"

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina.



Dr.^a Flavia Wagner - Presidente da Sessão

Presente por videoconferência

Dr.^a Mariléia Maria da Silva - Examinadora Externa

Presente por videoconferência

Dr. Gilvan Luiz Machado Costa - Examinadora Interna

F23 Farias, Beatriz Heitich da Silva, 1981-
Condições de trabalho e adoecimento docente : causas
persistentes / Beatriz Heitich da Silva Farias. – 2023.
155 : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,
Pós-graduação em Educação.
Orientação: Prof. Dra. Flávia Wagner

1. Professores de educação infantil - Aspectos da saúde. 2.
capitalismo. I. Wagner, Flávia. II. Universidade do Sul de Santa
Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 371.1

Ficha catalográfica elaborada por Carolini da Rocha CRB 14/1215

